

JOSE DE CARVALHO SILVA FILHO

**A BESTA - FERA  
E AS AGUAS DE BAIXO**

UM ESTUDO SOBRE REPRESENTACOES

39  
S586b  
/PT

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA



A BESTA-FERA E AS ÁGUAS DE BAIXO  
Um Estudo Sobre Representações

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia da Universidade  
Federal de Pernambuco para  
obtenção do grau de Mestre.

JOSÉ DE CARVALHO SILVA FILHO

ORIENTADOR: GISÉLIA FRANCO POTENGY

Recife

maio/1992

\*\*\*\*\*  
CPD PE000018150 LOCAL BC  
REG 92/02437BC  
CHM 39/S586B//TESE/BC  
OBS EMPR/PROIBIDO  
\*\*\*\*\*

PE-00001815-0

Universidade Federal de Pernambuco  
BIBLIOTECA CENTRAL  
CIDADE UNIVERSITÁRIA  
50.739 - Recife - Pernambuco - Brasil

2437 09/12/92 PIU

ACESSO: 469099  
IV-06

JOSE DE CARVALHO SILVA FILHO  
ORIENTADOR: D. S. LA FRANCO ROCHA

Ao "povo das Ilha"

"A alegria vem das tripa"

(Cecília - trabalhadora rural)

"Os riscos que corre  
essa gente morena  
o horror de um progresso vazio  
matando os mariscos  
os peixes do rio  
enchendo o meu canto  
de raiva e de pena".

(Caetano Veloso)

## Agradecimentos

A gratidão é um dos sentimentos mais autênticos ao concluir-se um trabalho como este. Longo e esbarrando a todo momento com as minhas limitações pessoais, ele tornou-se possível graças à colaboração de várias pessoas que, durante todo o seu processo ou em momentos específicos, deixaram um pouco de si ou deram aqueles empurrões e incentivos necessários.

Sou extremamente grato a Gisélia por sua orientação que não se limitou ao formalismo acadêmico, e tornou a relação orientador-orientando mais humanizada pelo exercício de uma prática que foi além do respeito indiferente e burocrático da ética da Academia. Desde a elaboração do projeto de pesquisa contei com a sua presença.

Outra pessoa que participou, a seu modo, de todo o processo, foi a minha mãe - Irene. Ela sabe como participou, e eu também. Gratidão sem limite.

Sem a "força" dada por Dr. Apulcro, cursar o Mestrado com tranquilidade, teria sido muito difícil.

Pelas críticas e sugestões feitas ao projeto de pesquisa inicial, agradeço a Scott e Dora; como também pela orientação que prestaram durante a pesquisa realizada anteriormente através da FUNDAJ, que me foi, pessoalmente, valiosa.

Tercina, juntamente com Dora e Gisélia, leu a primeira versão do trabalho. Agradeço as observações, que foram importantes no processo final de arrumação do texto.

Das conversas e discussões com **Silvia, Glauciete, Socorro, Arruda, Lucila e Fátima**, companheiros que, como eu, participaram da pesquisa da FUNDAJ, muitas dúvidas foram esclarecidas e, principalmente, outras tantas surgiram. Por isso, e por muito mais, têm o meu carinho e gratidão.

Vários outros **amigos**, colegas de curso e de trabalho, também deram as suas cotas de contribuição através do incentivo, da torcida e até participando diretamente, como no caso de **Luta e Da Paz**, que ajudaram, respectivamente, na confecção de mapas e de algumas tabelas de dados censitários, e do professor José Soares que, pacientemente, revisou o texto final, sugerindo as alterações gramaticais e ortográficas necessárias ao "meu português ruim".

Nada mais eficaz do que o companheirismo e, especialmente, a cumplicidade, para fazer-nos fimar o pé no caminho. Nesse sentido, foi sempre motivante encontrar e partilhar avanços e tropeços do trabalho com **Tânia, Dora, Teodora e Rita**.

O cansativo exercício de digitação, retoques finais, editoração e encadernação "sobrou" para **Ricardo**. Sem a sua disponibilidade e paciência para aturar as tomadas de decisões quanto aos inúmeros detalhes da versão final, esta não teria saído a contento. Sou grato ainda a **Bárbara, Fátima e Daladier**, que participaram também de momentos desse processo.

Agradeço o apoio da ANPOCS que, através do Programa de Dotação para Pesquisa, com recursos da Fundação Ford, custeou parte das despesas da pesquisa.

Aos professores João Bosco e Josefa Salete, a minha gratidão pelas críticas e sugestões feitas por ocasião do "ritual" de defesa deste trabalho. Apesar da impossibilidade de incorporação, nesta versão, de todas as sugestões, com certeza, em revisões posteriores, elas terão seus desdobramentos.

Enfim, um registro imprescindível de gratidão às pessoas da "Ilha", que permitiram a minha intromissão em suas vidas, acreditaram em minha boa-fé e favoreceram a minha estadia em seu meio. Sem essa colaboração não haveria este trabalho.

## RESUMO

Através do incentivo ao desenvolvimento da irrigação - a partir da década de 40 - e da implementação de um projeto nacional de política de produção de energia, que previa a construção de grandes barragens ao longo do rio São Francisco tendo como objetivo último a produção de energia elétrica, a ação do Poder Público instalou na região do Submédio São Francisco, um acelerado processo de transformações que redirecionaram suas práticas agrícolas mais tradicionais.

O presente trabalho tenta resgatar aspectos desse processo na forma em que estes são representados por uma comunidade de camponeses que residia, até 1987, em quatro ilhas do rio São Francisco, no município de Belém do São Francisco - PE, quando foi retirada da área pela Cia. Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), para dar lugar ao reservatório da Barragem de Itaparica, e transferida para o Projeto Caraíbas - projeto de irrigação construído pela empresa, em Santa Maria da Boa Vista - PE, para reassentar famílias atingidas pela barragem.

Privilegiam-se três momentos significativos de transformações, que correspondem a efeitos diretos ou indiretos da ação do Estado na área, a saber: a implantação da agricultura irrigada, a construção das Barragens de Sobradinho e a de Itaparica.

Tratando-se de um estudo sobre representações, interessa-se, prioritariamente, não pelo processo em si de

transformações da comunidade, mas como este é percebido e representado no discurso dos seus integrantes.

## SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

### PRIMEIRA PARTE

#### DEFININDO CAMINHOS E ESPAÇOS

#### CAPITULO PRIMEIRO

##### A PESQUISA

1. OBJETO.....	16
2. MÉTODOS E TÉCNICAS.....	16
2.1 Das Entrevistas.....	16
2.2 Dos Dados Secundários.....	18
2.3 De Critérios e Controles.....	19
2.4 Da Observação.....	25
2.5 Da Análise/Interpretação.....	26
3. TRABALHO DE CAMPO.....	29
NOTAS.....	35

## CAPITULO SEGUNDO

### O REFERENCIAL TEÓRICO

1. DA REPRESENTAÇÃO.....	40
1.1 Fundamentos filosóficos e antropológicos.....	40
1.2 A Antropologia e o Estudo de Representações no Brasil: origens e críticas metodológicas.....	50
1.3 Conclusões.....	58
NOTAS.....	63

## CAPITULO TERCEIRO

### O VALE DO SÃO FRANCISCO: CONTEXTOS HISTÓRICOS

1. ECONOMIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	65
2. A PRESENÇA DO NEGRO.....	72
3. DO ESTADO INTERVENTOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	86
NOTAS.....	95

## SEGUNDA PARTE

### RASTREANDO SENTIDOS

#### CAPITULO QUARTO

##### A COMUNIDADE, OU "OS NEGO DAS ILHA"

1. FRONTEIRAS SÓCIO-ECONÔMICAS E ÉTNICAS.....	99
1.1 Condição Sócio-econômica: a campesinidade.....	100
2.2 Condição étnica: a identidade étnica.....	111
2. HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	113
3. IDENTIDADES: SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO AO GRUPO.....	123
4. DIFERENCIAÇÕES: PROPRIEDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	143
NOTAS.....	153

#### CAPITULO QUINTO

##### AVALIANDO TRANSFORMAÇÕES, OU NAS PEGADAS DA "BESTA"

1. A MOLHAÇÃO, OU DA BUSCA DO POSSIVEL.....	156
2. SOBRADINHO, OU DO MEDO COMO TÉCNICA PEDAGÓGICA.....	172
3. ITAPARICA, OU DE COMO SE "RETIRAR" PARA TRAS.....	179
3.1 A Chegada da Besta-fera.....	179
3.2 A Volta do Cativoiro.....	202
NOTAS.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	229
ANEXOS.....	243

## INTRODUÇÃO

A construção da Barragem de Itaparica encontrava-se em fase de conclusão e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) enviava a instituições de pesquisa "Termos de Referência", propondo uma "Avaliação do Plano de Reassentamento da População Rural de Itaparica" (fev/87).

A avaliação proposta não se caracterizaria, segundo os "Termos", por um "exercício acadêmico", mas constituiria-se num "monitoramento" tendo por objetivo "subsidiar à CHESF na tomada de decisões que melhorem o desempenho dos projetos, como também para incorporar as contribuições (expectativas, percepções, necessidades) da própria população no processo..." (CHESF/ATIR, 1987: 1).

Falava-se de "intervenção do Estado", de "insatisfação generalizada", de "suspeita de incredulidade" por parte da população rural quanto aos projetos de irrigação apresentados como opções de reassentamento, de "negociações", "tensões" e "dificuldades de várias ordens para o pleno êxito de projetos e ações governamentais".

A Fundação Joaquim Nabuco, através de seu Departamento de Economia, em abril de 1987, responde à solicitação da CHESF com uma "Proposta de Trabalho" que, aprovada pela empresa, teve a sua execução iniciada no mês seguinte.

A "pesquisa" contou com uma equipe inicial de doze membros - entre pesquisadores de campo (quatro), supervisão

(dois), pesquisador/documentarista/arquivista (um), apoio logístico e secretarial (dois) e coordenação (três).

Minha participação nesta Avaliação teve início em maio com a contratação da Equipe de Campo, da qual fiz parte durante toda a sua duração.

Definidas quatro sub-áreas da totalidade dos municípios a serem atingidos pelo reservatório, passei a residir em Belém do São Francisco. Iniciou-se, assim, um longo processo de observação participante, neste município e em Chorrochó-BA. A pesquisa de campo durou cerca de treze meses - 1/7/87 a 29/7/88.

Durante o período que durou a Avaliação, afora a realidade particular da sub-área da qual participei, tive acesso a reuniões mais amplas (CHESF/Pólo Sindical, CHESF/FUNDAJ, Pólo Sindical/FUNDAJ, entre outras), a documentos da empresa executora e de entidades de representação dos trabalhadores rurais atingidos; e, de uma forma especial, contamos, os pesquisadores, com uma orientação constante dos coordenadores e supervisores da pesquisa. Valiosos foram os contatos com os outros municípios atingidos (visitas, reuniões, discussões informais), e isso se deu, principalmente, através dos companheiros que, como eu, faziam a pesquisa de campo.

A importância desta Avaliação é inquestionável - quando não pelo registro que fez da realidade imediatamente próxima ao enchimento do reservatório e transferência da população (a inversão da ordem que seria a mais lógica dos acontecimentos é proposital de minha parte) e por ser a primeira (acredito) avaliação dos impactos sociais da construção da Barragem de

Itaparica, sobre o espaço rural a ser inundado pelo reservatório, realizada com tal abrangência e por uma instituição não envolvida diretamente na execução e viabilização das obras e reassentamento da população.

Esse seu caráter globalizante e de "monitoramento"/"não acadêmico", no entanto, impôs-lhe, obviamente, certos limites - o registro de dados mais particularizados, práticas cotidianas e traços culturais das populações atingidas, por exemplo, como também análises teóricas mais aprofundadas dessa realidade, ficaram por ser feitas. E isto pela própria dimensão, geograficamente falando, do universo pesquisado, pela enorme diversidade dos atingidos, pela curta duração da Avaliação e ritmo acelerado dos acontecimentos impostos pela ação da CHESF na área; mas, principalmente, por esse seu caráter globalizante e de "monitoramento".

De minha parte, introduzido na problemática de impactos sociais causados pela ação do Estado sobre o meio rural através dessa Avaliação - a questão era por mim trabalhada anteriormente sob a perspectiva das populações indígenas -, foram necessários meses (quase um ano) para que houvesse uma definição quanto ao dar-se ao trabalho de analisar e escrever algo - a nível de dissertação - sobre a realidade à qual observava. Obviamente tinha consciência da dimensão social e política do que acontecia, do que presenciava, no entanto, encontrava-me totalmente envolvido (pessoal, política e intelectualmente) com outra problemática. Mas eu não só observava, participava. E foi na participação, no contato direto, no envolvimento com as

comunidades , com o cotidiano, o drama, a insegurança, a esperança e a afetividade de famílias e pessoas reais; foi na convivência constante com o esforço de trabalhadores rurais em compreenderem o processo no qual se encontravam envolvidos e do qual eram objeto (e lutavam no sentido de terem na mão os seus destinos); foi no participar das tensões, das mobilizações e negociações; foi no sentir a insegurança mergulhada nos olhares, escorregando de boca em boca nas conversas da roça, do Sindicato, do banho de rio, da mesa, da rede... Foi aí que nasceu e avolumou-se o "quê" ausente durante tanto tempo - "ausência" que conviveu sempre com uma clara consciência civil, política e acadêmica do processo todo. Foi na participação que nasceu a paixão. E foi sob o "signo da paixão" que vim trabalhando desde a elaboração do Projeto de Pesquisa até esta versão final de Dissertação. "Paixão no sentido mais amplo e estrito sentido", como coloca Francisco de Oliveira. "Paixão no sentido de Gramsci: o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender não é um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão" (OLIVEIRA, 1985:3).

Pois bem, definido o objeto e elaborado o Projeto de Pesquisa da Dissertação, enviei este último ao Concurso de Dotações para Pesquisa da FORD/ANPOCS - 1989. Aprovado o projeto, o trabalho de campo teve início em agosto do mesmo ano e estendeu-se até abril do ano seguinte, quando os sujeitos da pesquisa já se encontravam reassentados, fora de seu município de origem, em Santa Maria da Boa Vista-PE.

Confesso que todo o processo de decisões quanto a este trabalho obedeceu critérios bastante pessoais - poderia ser de outra forma? Assim, a definição do objeto deu-se a partir de dois interesses intimamente relacionados e de igual importância pessoal. O primeiro, mais acadêmico, diz respeito ao fascínio exercido pelos estudos de representações sobre o meu universo de estudante/leitor; fascínio esse, que remonta aos meus tempos de estudante de Filosofia (meu curso de Graduação), quando interessavam-me teorias do conhecimento, lógica e especulações à cerca dos fundamentos histórico-sociais das grandes correntes do pensamento ocidental. O segundo, relaciona-se com uma postura mais política, ou seja, baseia-se em "crença" pessoal na possibilidade de uma sociedade plural, onde as diferenças não apenas sejam "respeitadas" (com indiferença), mas tratadas e levadas em conta nos processos de tomadas de decisão e estabelecimento de políticas definidoras da organização e funcionamento da sociedade nacional. Nesse sentido, conhecer as diferenças é o passo primário. Assim sendo, preocupavam-me as idéias correntes, generalizantes e homogeneizadas, quanto ao processo de execução de políticas estatais na área estudada do vale do São Francisco. Sob o signo do "desenvolvimento", da "modernização", esses projetos são divulgados de forma a escamotear parte da realidade, na medida em que, não levando em conta as diferentes realidades e os seus sujeitos, trabalham em cima de genérico "desenvolvimento" não verificável na prática em vários setores locais. É óbvio que um determinado grau de "desenvolvimento" econômico é palpável para alguns grupos

sociais, mas este não se estende da mesma forma à totalidade dos atores sociais. O que pensam os que ficam fora deste processo ou não têm acesso real aos seus benefícios? Diante da "fala" e prática dos órgãos governamentais, como se comportam a "fala" e prática dos sujeitos "atingidos"? Tendo em mente algumas destas preocupações foi definido o objeto deste trabalho. Retornando à questão das diferenças, preocupava-me por exemplo, no caso específico do desalojamento das populações atingidas por Itaparica, a manipulação ideológica nos discursos de diretores da CHESF que tentavam argumentar a seu favor através de flagrantes confusões tipo: estamos realizando uma "mini-reforma agrária" na região. Ora, essa afirmação pode até ser verdadeira em parte, mas certamente não contempla a realidade de tantas situações particulares verificadas na área do reservatório, como no caso da comunidade abordada neste trabalho, que já estava dotada de uma organização social e econômica que dispunha, em certa medida, os meios de produção essenciais ao acesso de seus membros. Como esta, mesmo que em número absoluto, minoritária, outras situações semelhantes existiram. E aí voltamos à questão política das minorias e diferenças de quando iniciamos esta "justificativa".

Abordar, pois, um processo, a partir do recorte da teoria das representações, seria encará-lo sob a ótica do "outro", apresentar uma versão "diferente" da corrente e oficial - estavam vinculados os dois interesses.

Posto o recorte teórico do objeto - seria um estudo sobre representações -, a tentação foi limitar o campo de análise aos discursos sobre a CHESF e a construção da barragem de

Itaparica. Com a observação, fomos percebendo que estes discursos vinculavam-se a outros e que a construção dessa barragem enquadrava-se dentro de um contexto maior de políticas nacionais de utilização dos potenciais do vale do rio São Francisco. Desta forma, ampliamos no tempo o universo referencial das representações. E, enfim, o objeto da pesquisa estava definido: as representações de uma comunidade de camponeses do município de Belém do São Francisco, sobre as transformações verificadas a partir de três momentos específicos de intervenções do Estado na área, ou seja, o incentivo ao desenvolvimento da agricultura irrigada, a construção das barragens de Sobradinho e de Itaparica.

Esta ampliação poderia oferecer riscos à profundidade do trabalho. Era um risco... houve uma opção. Não poderia, encarando teoricamente o processo como um *continuum* e percebendo a vinculação dos três momentos nos discursos dos sujeitos da pesquisa, me furtar de abordá-lo em sua totalidade; ainda mais tendo em vista que as particularidades destas referidas etapas, sob diversos possíveis ângulos, ou já se tornaram ou poderão vir a ser objeto de outros trabalhos. Na tomada de decisão houve um profundo respeito ao universo das representações dos sujeitos sobre o próprio processo histórico da comunidade.

Na escolha da comunidade, dos sujeitos da pesquisa, pesaram também dois interesses. O primeiro, pessoal, afetivo - sem mais comentários. O segundo relaciona-se a antiga preocupação com questões de identidade étnica e ações do Estado em pequenas comunidades. Anos atrás, como já me referi no início desta

Introdução, quando estas questões eram levantadas sob a perspectiva das populações indígenas, tinha como objetivo abordá-las tendo como referência outros grupos similares. A comunidade, ou a Ilha, como passarei a denominá-la, abriu-me essa oportunidade. Sendo uma comunidade de predominância negra, onde as questões étnicas afloram facilmente, e estando passando por um momento crítico de intervenção do Estado em sua vida, a sua escolha foi imediata.

Era ainda uma forma de registrar elementos de uma realidade particular tão rica em todos os aspectos, ainda mais tendo em vista o escasso número de trabalhos ou registros sobre comunidades negras no sertão do Estado de Pernambuco.

Como já esclarecemos, a comunidade é originária de Belém do São Francisco, município do Estado de Pernambuco, localizado na microrregião do Sertão do São Francisco (hoje denominada de Microrregião de Itaparica, pelo IBGE) a cerca de 456 km da capital do Estado. No momento da pesquisa que nos forneceu os dados primários e deu origem a este trabalho, a comunidade já se encontrava reassentada em projeto de irrigação construído em Santa Maria da Boa Vista, município também pernambucano, transferida que foi pela CHESF por encontrarem-se as suas terras localizadas dentro da área prevista para ser ocupada pelo reservatório da barragem de Itaparica.

O presente trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, **Definindo Caminhos e Espaços**, trataremos de delimitar

os parâmetros, recortes e fundamentos da pesquisa. Compõe-se de três capítulos.

No **Primeiro Capítulo**, abordamos as questões técnicas e metodológicas, incluindo-se aí um relato da experiência pessoal do trabalho de campo .

O **Capítulo Segundo** trata da fundamentação teórica da noção de representação que dá suporte ao recorte efetuado no universo trabalhado pela pesquisa. Os dois primeiros itens do capítulo poderiam ter sido dispensados, no entanto, preferi não fazê-lo por uma questão lógica pessoal de conhecimento. Quando estudo, princípio, sempre que possível, pelo mais elementar e recorro às questões filosóficas e contextos históricos referentes ao objeto de estudo, para, enfim, elaborar alguma conclusão. Respeitei esse meu processo na elaboração do texto, mesmo que resumindo informações, no sentido de não alongá-lo em demasia. Os "finalmentes" encontram-se no item "1.3. Conclusões".

Com o **Terceiro Capítulo**, fechamos a primeira parte. Este surgiu desde o início da pesquisa e deve-se a sua razão de ser, a uma certa dúvida inicial de minha parte. Vejamos. Ao deparar, logo de início, com a realidade da comunidade, ainda em Belém do São Francisco, antes do reassentamento da população, causou-me certa estranheza as suas condições sócio-econômicas enquanto trabalhadores rurais. Acostumado que estava com uma bibliografia sobre a área que ressalta, mais tradicionalmente, problemas relacionados com as estruturas de poder, tendo como pano de fundo a realidade pecuarista da região; e, mais recentemente, que aborda a problemática dos perímetros irrigados

ao longo do rio, uma certa euforia e confusão fizeram-me buscar informações históricas para tentar compreender e incluir no meu universo de apreensão da área, a possibilidade de existência dessa realidade que me era nova, a saber, comunidades de camponeses sobrevivendo fora dos espaços das tradicionais "fazendas". Assim, a primeira parte do capítulo tenta discorrer um pouco sobre a história do vale, para concluir com algumas pistas explicativas dessa realidade.

Outro fator de estranhamento, talvez maior que o primeiro, foi o da presença de uma comunidade predominantemente negra em pleno sertão. Recorri, também nesse caso, à história, e outras fontes, para tentar localizar-me no processo de compreensão da área. Dessa busca surgiu a segunda parte do capítulo.

Trata-se, em resumo, estas duas primeiras partes do capítulo, de informações que possibilitam uma fundamentação, mais à nível histórico, dos dois traços através dos quais caracterizamos a comunidade, ou seja, as feições camponesas e a etnicidade.

Na última parte do capítulo, a noção de Estado, o seu papel e a sua ação nas sociedades capitalistas contemporâneas, com ênfase na realidade brasileira, principalmente, no contexto específico do vale do rio São Francisco, são discutidos. Este tema é relevante, pois trata-se, neste trabalho, de representações sobre ações empreendidas justamente por esta instituição que denominamos Estado brasileiro.

A segunda parte do trabalho, "Rastreamento Sentidos", inicia o estudo das representações do grupo. Compõe-se dos capítulos quarto e quinto.

No Quarto Capítulo é dado um mergulho no interior dos processos de construção da identidade grupal. São abordadas as auto-representações ou imagens veiculadas no discurso das relações que fundamentam a construção das identidades sociais da comunidade.

Inclui-se, neste capítulo, quase que à guisa de introdução, uma caracterização da comunidade (item "1") baseada em dados que fogem à sua tônica geral, ou seja, noções teóricas sobre as questões da produção camponesa e da identidade étnica. Estas, aqui se localizam, por tratarem-se de noções importantes muito mais no sentido de caracterizarem o universo dos sujeitos abordados, do que no recorte epistemológico do objeto. Por outro lado, esta localização facilita a compreensão do leitor, que encontra relacionados, no mesmo espaço, conceitos e material empírico básicos. O conceito de "comunidade", tão veiculado no trabalho, também encontra-se aqui estabelecido. Repetimos: estas são noções e conceitos que, embora teóricos, não se encontram no capítulo específico sobre os referenciais teóricos, como era de se esperar, por tratarem-se de elementos que mais fundamentam a caracterização dos sujeitos, que a construção do objeto. A partir disto, entendemos que a sua localização, aparentemente deslocada, na organização geral do trabalho é relativa à sua função no texto; portanto, optamos, ao localizá-la, levar em conta a sua importância para o leitor.

A relevância deste capítulo reside na constatação de que, os aspectos mais fundamentais da avaliação das ações do Estado (nos termos colocados pela pesquisa) feita pela comunidade, passam necessariamente pela questão da identidade grupal.

Enfim, o **Quinto Capítulo** analisa as representações da comunidade que têm como objeto as transformações ocorridas no seu universo sócio-cultural e econômico, a partir das ações do Estado na área. Divide-se em três partes, tratando, de forma a respeitar uma cronologia histórica, da introdução da agricultura irrigada, da construção da barragem de Sobradinho e da ação da CHESF no processo de construção da barragem de Itaparica e reassentamento da população.

Apesar de sugestões, no sentido de condensar informações identificadoras da comunidade, no início do texto, preferi manter a narrativa na sua forma original. Assim sendo, aprincípio, é oferecido ao leitor, apenas, um quadro básico e suficiente de características sócio-econômicas do grupo. Outros dados e referências teóricas de apoio, aparecem no texto, na medida em que solicitados pela própria análise.

A título de observação: as notas de cada capítulo encontram-se relacionadas no final de cada um, ficando os anexos para o final do trabalho; os nomes dos entrevistados foram abreviados com o intuito de evitar identificações - em caso de coincidências, um número ao lado da abreviatura faz a distinção;

em alguns casos, quando relevante, indica-se a idade do entrevistado, após a abreviatura de seu nome.

**I PARTE**

**DEFININDO CAMINHOS E ESPAÇOS**

**CAPÍTULO PRIMEIRO**

**A PESQUISA**

## 1. OBJETO

Este trabalho tem como objeto o universo das **representações** de uma comunidade de camponeses originária do município de Belém do São Francisco - PE, referentes ao processo de mudanças sócio-econômicas e culturais pelo qual vem passando a própria comunidade nos últimos 50 anos, como consequência de ações do Estado brasileiro através de sua política de "modernização" e "desenvolvimento" para o vale do São Francisco e aproveitamento das águas do rio para a geração de energia elétrica. Três momentos são privilegiados neste processo:

- a) a introdução da irrigação na área (décadas de 40/50);
- b) a construção da barragem de Sobradinho (década de 70) (1);
- c) a construção da barragem de Itaparica e relocação da comunidade para o projeto de irrigação Caraíbas (2), em Santa Maria da Boa Vista - PE.

Remeto ao Capítulo II a construção teórica do objeto da pesquisa, a saber, a noção de representação.

## 2. MÉTODOS E TÉCNICAS

### 2.1 Das Entrevistas

Segundo orientação de MICHELAT (1987), que sugere ser a adequação com o objeto o critério indicado de escolha de alguma técnica a ser utilizada pela pesquisa, optou-se pela **entrevista do tipo aberta e não-diretiva, ou semi-diretiva**. Tendo como objeto um universo de representações de determinados sujeitos e

partindo do princípio de que o discurso (enquanto expressão de fala) se apresenta como um lugar privilegiado para a análise de representações, tomei esse tipo de entrevista como o "mais adequado", o melhor dentro do quadro metodológico de que dispunha.

Segundo este autor, a entrevista não-diretiva parece essencial, quando o objetivo da pesquisa é "provocar as produções verbais dos indivíduos" com o intuito de captar, apreender "sistemas de valores, de normas, de representações, de símbolos..."; "considera-se que a entrevista não-diretiva permite, melhor do que outros métodos, a emergência deste conteúdo sócio-afetivo profundo, facilitando ao entrevistado o acesso às informações que não podem ser atingidas diretamente" (MICHELAT, op. cit.).

Para a composição do corpus a ser submetido a análise, busquei auxílio no gravador. Realizei vinte e nove entrevistas (ver mais informações adiante) com o objetivo de compor o "texto" base de leitura. Esta também foi uma opção, tomada e executada tendo em mente todas as suas limitações e problemas (3), que encarei-os não como um obstáculo mas, como condição da pesquisa (adiante retornaremos ao assunto).

Como já disse, a opção por este procedimento teve como objetivo a construção do corpus básico de análise. Outros recursos, no enteanto, foram utilizados.

Realizei outras entrevistas mais diretivas, com determinadas pessoas sobre assuntos específicos. E aproveitei dados de conversas informais com os mais diversos atores

envolvidos no processo de reassentamento da comunidade - de coordenadores e técnicos da CHESF a reassentados de outras localidades e municípios diferentes ao de origem da comunidade, de habitantes das cidades vizinhas ao projeto (Santa Maria da Boa Vista e Orocó) a dirigentes e assessores sindicais.

No sentido de caracterizar melhor o grupo e obter alguns indicadores quantificáveis, procedi a um levantamento domiciliar de dados a partir de um roteiro, onde solicitei as seguintes informações: composição familiar - membros e suas respectivas idades, origens e escolaridade; forma de acesso à terra - residencial e de trabalho; forma de aquisição e localização da terra de trabalho; relação de trabalho; condição no projeto - beneficiário ou não (4) e situação legal quanto ao processo de desapropriação da área inundada (questão da indenização). Foram inqueridas 198 pessoas da comunidade residente no projeto, mais uma que optou para "solução própria" (5) - estas 198 pessoas residem nas oito agrovilas do projeto destinadas à comunidade.

## **2.2 Dos Dados Secundários**

Lancei mão ainda de informações coletadas em 1987 a partir dos dados "brutos" do Censo Agropecuário de 1985 do IBGE, referentes às comunidades de Belém do São Francisco atingidos por Itaparica. Outros dados fornecidos pelo IBGE - censos agropecuários e demográficos - também foram consultados.

Disponho de entrevistas realizadas com o grupo entre junho de 1987 e julho de 1988 quando participei, como pesquisador de campo, de pesquisa executada pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) nos municípios de Belém do São Francisco - PE e Chorrochó - BA, e posteriormente em parte do Projeto Caraíbas e parte do Pedra Branca - BA (6). Dentre o material disponível desta pesquisa, disponho de 14 questionários aplicados com o grupo. Esses questionários fazem parte de um levantamento de indicadores das condições de vida da população de toda a área do reservatório antes e após a sua transferência para os projetos de irrigação. Foram 409 questionários aplicados entre os meses de maio e junho de 1988. Dos 177 reassentados de Belém, na época, 54 foram entrevistados, destes 54, 14 provinham das ilhas (7). Os dados destes questionários, embora passíveis de quantificação, serão utilizados apenas como mais um referencial, pois não obedeceu a nenhuma metodologia amostral específica (8).

Coletei, ainda, dados importantes sobre os trabalhadores rurais sindicalizados, através de levantamento realizado no registro de associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém do São Francisco.

### **2.3 De Critérios e Controles**

Para melhor controle da pesquisa, trabalhei inicialmente com uma listagem fornecida pela CHESF onde o número de famílias cadastradas/checadas era 272 (9). Em campo, de posse

dessa relação nominal, tentei localizar as famílias quanto ao reassentamento.

**QUADRO 1 - FAMÍLIAS CADASTRADAS/CHECADAS SEGUNDO OPÇÃO DE REASSENTAMENTO - 1989**

	OPÇÃO					
	Reassentamento		Solução	Sem	Faleci-	
	Projeto Caraíbas	Outros projetos	própria <sup>1</sup>	informa- ção	mento <sup>2</sup>	
Número de famílias	188	16	33	27	8	272
%	69,1	5,8	12,1	9,9	2,9	100

<sup>1</sup>. Famílias que optaram por tomarem destino próprio, não optaram por nenhum tipo de reassentamento.

<sup>2</sup>. Falecimentos ocorridos antes ou após o traslado da comunidade e que implicaram em dissolução da "unidade familiar".

Do total de 237 famílias cadastradas/cheçadas sobre às quais tive informações quanto às suas opções de reassentamento, 188 se encontravam no Projeto Caraíbas. E destas 188, mantive contato direto com 158, através do levantamento domiciliar referido anteriormente. Contactei ainda um optante por "solução própria", perfazendo um total de 159 famílias contactadas dentre as cadastradas/cheçadas.

Outras 40 famílias da comunidade que, não cadastradas e/ou cheçadas por qualquer motivo, residiam no projeto, foram contactadas - entre estas, algumas já haviam sido reassentadas

pela CHESF (sendo, portanto, enquadradas na categoria "beneficiário") e outras não haviam ainda sido cadastradas pela empresa, sendo classificadas como "não-beneficiários" e residindo no projeto na condição de "ocupantes" ou "invasores". Total de contatos: 199 famílias.

#### QUADRO 2 - FAMÍLIAS CONTACTADAS PELA PESQUISA

LOCALIDADE DE ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS		
	CADASTRADAS CHECADAS <sup>1</sup>	NÃO CADAST. E/OU BENEFICIÁRIAS <sup>2</sup>	NÃO-BENEFICIÁRIAS <sup>3</sup>
I. DO MEIO	22	6	-
I. DO ESTREITO	39	7	5
I. DO CURRA-LINHO	39	6	3
I. DA MISSÃO	59	8	5
TOTAL	159	27	13

<sup>1</sup>. Inclusive um caso de "solução própria".

<sup>2</sup>. Por algum motivo, não enquadradas entre os "beneficiários", podendo ser casos de "reclm-casados", "egressos" ou "parcialmente atingidos" (ver nota 17), ou terem sido cadastradas em uma outra localidade onde de se encontravam por ocasião do cadastramento.

<sup>3</sup>. Em algum momento foram consideradas "beneficiários", seja por mudanças de critérios do reassentamento, seja por comprovação de falha por parte da CHESF no processo cadastramento/checagem.

<sup>4</sup>. Continuam "não-beneficiários", mesmo ocupando casas antes desocupadas nas agrovilas do projeto.

A partir deste universo de 199 famílias, selecionei 28 membros da comunidade que comporiam o corpus básico a ser submetido à análise. A este número acrescentei um caso que foge

ao critério de pertinência ao grupo: o entrevistado era residente de uma localidade ribeirinha da Bahia, embora frequentemente trabalhasse na Iha do Meio como meeiro, tendo optado inclusive por reeassentar-se com os membros desta ilha; e foi incluído exatamente pela sua singularidade no contexto dos entrevistados, sendo no entanto representativo de um conjunto de trabalhadores rurais originários de outros Estados do Nordeste que para a região migraram à procura de trabalho na beira do rio; por outro lado, residia em localidade baiana com a qual a comunidade estudada mantinha significativa rede de relações. Trabalhei assim com um total de 29 entrevistas. (Ver em ANEXO IV a relação dos entrevistados com alguns dados pessoais dos mesmos).

Das 29, selecionei 10 entre as mais representativas e completas. Com estas trabalhei mais diretamente - sem deixar de recorrer às outras, relacionando-as e citando-as no momento em que achei necessário e pertinente.

Entrevistei prioritariamente chefes de família. Por dois motivos: primeiro, por serem estes os "responsáveis" pela unidade doméstica, tanto a nível de administração interna como no processo de reassentamento, na relação com a CHESF; segundo, por comodidade: dispunha de relação nominal dos mesmos, de forma que pude me organizar previamente. Duas exceções, entretanto, aparecem, ou seja, dentre os entrevistados, duas mulheres fogem à regra: a primeira é casada, tendo o esposo como o principal responsável pelas atividades econômicas do grupo familiar, e a segunda, solteira, reside com os pais - foi incluída principalmente por sua atividade sindical há alguns anos atrás

(já tendo sido inclusive diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém do São Francisco).

Quanto ao sexo, 82,7% dos entrevistados são do sexo masculino e 17,2% do feminino. O mais velho tem 86, e o mais novo 24 anos de idade. 89% são casados, e 10,3% são solteiros, viúvos ou separados.

Declararam-se alfabetizados 51,7%, consistindo esta alfabetização, no entanto, em um domínio elementar de leitura e escrita na maioria dos casos - apenas um, destes, cursou o 1º grau completo. Nascidos na própria comunidade, encontramos 72,4%, na Bahia, 13,7%; o restante nasceu na cidade de Belém, em outra localidade deste município ou em outro município pernambucano ou no Estado do Ceará.

Na própria comunidade residiam 93,1% dos entrevistados; residindo o restante na sede do município ou na zona rural ribeirinha do município de Chorrochó, na Bahia.

Quanto ao acesso à terra, 55,1% dos entrevistados são proprietários (10). Destes, 37,9% adquiriram-na através de heranças familiares e 17,2% por meio de herança e compra - não encontrando quem tenha adquirido apenas por compra. Entre os proprietários podendo haver também arrendamentos com o objetivo de complementar a própria área já explorada. Entre as formas de acesso à terra dos não-proprietários, destacam-se o sistema de comodato (13,7%), a meação (13,7%) e o arrendamento (3,4%), entre outros.

Entre os 55,1% de proprietários, 34,4% são proprietários também de equipamentos necessários à irrigação das

próprias terras; e 20,6% destes, não dispendo de irrigação própria, são meeiros na própria terra (11).

Como já disse, sobre 10, das 29 entrevistas realizadas, recairá a análise. Essa seleção deu-se por motivos práticos e metodológicos: após efetuar leitura atenta de todas as entrevistas e encontrar grande número de recorrência a nível de informações e temáticas, decidi utilizar as mais significativas e, a partir destas, recorrer às restantes quando oportuno; tornando assim viável a análise que, do contrário, poderia tornar-se excessiva e se estender num esforço sobre-humano e desnecessário metodologicamente - pelo já exposto nos quadros metodológicos do trabalho, este se inscreve, para usar terminologia de Fernando Lefèvre (1991), num "contexto de lógica da descoberta", muito mais que num "contexto de lógica de demonstração de hipóteses".

A significância destas entrevistas depreende-se de dois fatos: encontram-se entre as mais completas no abordar as questões que apontam para os nossos objetivos e pela representatividade dos interlocutores enquanto portadores de características paradoxalmente singulares e comuns a outros casos/situações dentro da comunidade. No ANEXO IV deste capítulo, encontram-se grifados estes dez entrevistados.

## 2.4 Da Observação

No sentido de assumir uma posição que me permitisse um ângulo de visão diferente do oferecido pela situação da entrevista ou pela pesquisa censitária ou bibliográfica, investi o possível na **observação participante**. Para tal, procurei seguir sistematicamente as recomendações pertinentes a essa postura metodológica, que teve como resultado o registro em Diário de Campo de informações essenciais à pesquisa. Esse processo de observação foi possível graças à estadia conseguida em uma das agrovilas do Projeto Caraíbas, onde residem os membros da comunidade, durante quase oito meses consecutivos, entre 18/08/89 e 12/04/90 (ver mais detalhes adiante, em "Trabalho de Campo").

Vale salientar que todas estas informações obtidas de levantamentos realizados diretamente em campo e de outras fontes, como também as observações registradas em Diário de Campo, são especialmente importantes no sentido em que apontam para possíveis elementos não percebidos através das entrevistas qualitativas que, por sua vez, já revelam um outro nível de questões, como vimos anteriormente. E assim procedi por entender que o discurso, embora enfatizado e trabalhado como meio privilegiado para a apreensão das representações, não deve ser tomado isoladamente, como bastando a si mesmo; ao contrário, este deve compor um quadro metodológico de recursos juntamente com os levantamentos de dados quantitativos e observação participante sistemática; afinal, "discurso e prática não são realidades que se opõem, um operando por distorção com respeito à outra; são

antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado" (MAGNANI, 1986: 139). Neste sentido afirma também CARDOSO:

"certamente esta oposição qualitativo/quantitativo não corresponde a modos opostos e inconciliáveis de ver a realidade. São modos diversos de resgatar a vida social e chegar a iluminar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos". (1986: 95-96)

## 2.5 Da Análise/Interpretação

Retornando às entrevistas. Estas foram gravadas em fitas K-7 e, em seguida, transcritas integralmente. Tentei respeitar ao máximo os depoimentos: as construções típicas do falar, do organizar frases, expressões; como também identificar no texto transcrito as pausas, silêncios, dúvidas, risos, resistências, intervenções de terceiros, etc. Tarefa difícil, mas necessária diante da significação que em certos momentos assumem estas manifestações extra-discursivas na compreensão do significado do conteúdo verbalizado (12).

Quanto à interpretação do corpus discursivo, quero destacar que as entrevistas não foram submetidas a análises pautadas em modelos previamente estabelecidos que, pelo caráter geralmente totalizante, tendem a cercear a livre fruição de elementos e articulações significativas, caracterizando-se frequentemente como violência contra os discursos (ver CALDEIRA,

op. cit.). Técnicas de análise, como as tradicionais de Análise de Conteúdo, não foram utilizadas devido à sua inadequação ao tipo de discurso disponível - fragmentário na sua profunda e íntima relação com o cotidiano - e ao seu constante apelo a parâmetros estatístico-quantitativos que faz a análise limitar-se frequentemente ao conteúdo estritamente manifesto, deixando em segundo plano "aspectos extradiscursivos: condições de produção e recepção e o espaço onde tais discursos circulam" (MAGNANI, 1986: 128; ver ainda MAGNANI, 1984 e CARDOSO, op. cit.). Aspectos estes, essenciais à interpretação, pois como diz BOURDIEU,

"... o sentido de um elemento lingüístico depende tanto de fatores extralingüísticos quanto de fatores lingüísticos, isto é, do **contexto** e da **situação** na qual ele é empregado... A recepção (e, sem dúvida, também a emissão) depende, pois, em grande parte da estrutura das relações entre as posições objetivas dos agentes em interação na estrutura social (isto é, das relações de concorrência ou antagonismo objetivo ou relações de poder e de autoridade etc)..."  
(1983 a: 53).

A operacionalização da análise das entrevistas observou os seguintes procedimentos básicos:

- a) transcrição integral das entrevistas gravadas em fitas K-7, onde foram anotados, na medida do possível, os elementos extra-discursivos supra citados;
- b) leitura preliminar de familiarização de cada uma e todas as entrevistas;
- c) leitura vertical de cada entrevista, onde:
  - . atentou-se para a presença ou ausência de temas, expressões e categorias pertinentes aos objetivos da pesquisa, bem como

- a recorrência destas e os contextos no interior do discurso que as evocam ou relacionam-se com suas ausências;
- . buscou-se apreender a sua lógica interna;
  - . e, por fim, processou-se a codificação e o fichamento de todas as observações;
- d) leitura horizontal que possibilitou relacionar todas as entrevistas entre si, observando uniformidades e singularidades no tratar e manipular os temas, expressões e categorias nos discursos, atentando-se para a possibilidade de surgimentos de padrões de regularidades;
- e) elaboração, após agrupamento de entrevistas segundo suas regularidades ou singularidades, de esquemas e quadros de categorias e significados segundo "modelos" que se foram delineando no confronto da própria leitura/análise com os objetivos e teorias norteadoras da pesquisa;
- f) seleção, por fim, de entrevistas mais significativas, em número de dez, com a finalidade de facilitar a utilização de depoimentos na confecção do texto final.

Este processo, sugerido direta ou indiretamente pelos trabalhos já citados de Guy Michelat e Tereza Pires do Rio Caldeira, teve o seu desenvolvimento pautado pelos seguintes princípios gerais: o respeito aos discursos tal como foram formulados, sem forçá-los previamente a uma homogeneidade, coerência ou sistematização; o apelo a outras fontes de informações extra material discursivo como recurso para possíveis contextualizações, apreensão de articulações e nexos entre

categorias e significados; a atenção para o "entre-jogo", indispensável à reconstituição de significados, entre depoimentos e entre estes e "práticas significativas"; e assim "buscar nas fissuras e contradições pistas para a interpretação". (Ver CALDEIRA, op. cit. e MAGNANI, op. cit).

No mais, tenho consciência de que o resultado da análise é e será sempre uma dentre outras construções possíveis de serem efetuadas - não é possível, e nem pretendi, mais que isso.

### 3. TRABALHO DE CAMPO

"...de todas as ciências, ela /a Antropologia/ é a única, provavelmente, a fazer da subjetividade um meio de demonstração objetiva" (Lévi-Strauss).

A coleta do material da pesquisa que originou este trabalho, foi realizada com muito custo e desgaste físico e emocional, devidos, principalmente, às condições de precariedade em que se encontra o Projeto Caraíbas a nível de infra-estrutura básica e à convivência diária com o drama de uma população traumatizada com todo o processo de mudanças e reassentamento pelo qual vem passando.

Permaneci em campo - entre períodos de 10 e 20 dias nos meses de agosto a dezembro; e finais de semana, entre os meses de janeiro a abril de 1989 - durante oito meses. E o primeiro obstáculo, aquele que me acompanhou durante todo o trabalho, foi

o transporte. Por ocasião das idas a campo, chegando do Recife em torno das 6 horas ou 7 horas, contava com duas opções de desembarque: ou a própria BR 428, onde esta encontra-se com a estrada de terra que dá acesso ao projeto (localizado à cerca de 30 km da BR), e aguardar ali carona incerta; ou o Terminal Rodoviário de Santa Maria da Boa Vista, quando deveria descer ao centro da cidade de onde saía, em torno das 13:00 horas, ônibus com destino ao projeto. A mesma espera se verificava e a sensação de tempo perdido era experimentada por ocasião do retorno ao Recife: saía do projeto pela manhã - 7/8 horas - e só após as 22 horas tomava ônibus com destino à Recife. No interior do projeto a dificuldade se agrava. Afora uma rara carona, perfazia quilômetros por dia, a pé, de uma agrovila para outra.

Em contrapartida, a esses momentos indesejados, procurei tirar algum proveito: mantinha contatos, conversava com pessoas, participava de situações imprevistas do cotidiano do projeto observando comportamentos, conversas e reações; fazia algum tipo de leitura e anotação quando possível, etc.

Na tentativa de compensar o tempo gasto com as "andanças", descuidei-me freqüentemente da alimentação; chegando inclusive a recusar, ou evitar, convites para refeições em casa de entrevistados e outros. Muitas vezes aproveitava o horário de almoço das pessoas para, em algum recanto isolado, registrar observações no Diário de Campo. Isso, inicialmente. Com o tempo, o desgaste pessoal - notado inclusive por algumas pessoas - e a intimidade criada com as famílias, essa prática perdeu a constância: os convites tornavam-se irrecusáveis e a necessidade

me obrigava até a procurar determinadas famílias, que já sabiam de minha condição entre elas. Esses momentos revelaram-se por demais gratificantes a nível pessoal e para o trabalho: passei a partilhar da "cozinha" dessas famílias.

O meu contato anterior com a população, por ocasião da pesquisa realizada pela FUNDAJ, facilitou bastante o trabalho e a efetivação de laços de companheirismo com os seus membros. Não teria sido possível, por exemplo, a minha constância em campo, se não dispusesse de estadia na área. E esta me foi oferecida por um reassentado, amigo da época em que trabalhei em Belém, o qual tinha a sua casa fechada no projeto, por encontrar-se trabalhando em Belém. Graças a isto, pude contar com um espaço entre a população e gozar da privacidade necessária ao trabalho.

Esta inserção trouxe um grande enriquecimento para a pesquisa. Como "morador" da agrovila, convivi com os conflitos cotidianos pessoais e políticos do grupo; fui procurado para conversas de foro individual; convocado a participar de reuniões, festas, rezas, passeios; e opinar em questões relativas às mais diversas esferas da vida no projeto. Como responsável pela casa onde residi, pude receber pessoas, sair e chegar a qualquer hora.

Por outro lado, uma sensação de asfixia, por vezes, se fazia presente. Não havia como se afastar do campo para relaxar as tensões - inclusive por falta de transporte. Não ter com quem partilhar idéias sobre o andamento do trabalho, observações feitas, era, às vezes, desesperador. Sem contar com o gritante sentimento de impotência que adivinha da convivência diária com o desespero e a angústia da população.

Uma outra consequência dessa estadia entre os reassentados, foi dissipar algumas dúvidas quanto à minha identidade enquanto pesquisador. Ora, o que fazia uma figura ali, sozinha, "nesse fim de mundo" de precárias condições, andando "para cima e para baixo", fazendo perguntas, se intrometendo na vida das pessoas?! A curiosidade e desconfiança rondaram-me por um bom tempo. Fui confundido com funcionário da CHESF, agente sindical (diretor ou assessor) ou "fiscal do Banco Mundial". A minha relação com alguns companheiros sindicalistas, a presença em manifestações promovidas pelo Pólo Sindical (13), faziam crer que eu realizava o mesmo trabalho; por outro lado, a minha aparência, hábitos e comportamentos não condiziam com a realidade dos diretores sindicais. Restava a CHESF; mas eu não circulava de automóvel. No entanto, um outro ator nesse processo é o Banco Mundial, visto quase como uma personagem neutra, que, porém, fiscaliza e cobra da CHESF o dinheiro investido no reassentamento, - assim fui visto também por alguns reassentados. Outros, ainda, achavam que eu trabalhava para a FUNDAJ, por me terem conhecido anteriormente nessa condição.

Assim sendo, o fato de residir no projeto, de manter relações muito próximas com famílias conhecidas por todos, o meu comportamento pessoal ("ele é uma pessoa sem bondade" - expressão frequentemente usada para referir-se à minha atitude de conversar com todos, evitando exigir tratamento especial) e procedimento concreto da pesquisa, tudo foi servindo de referência para a minha boa-fé, varrendo desconfianças e cristalizando uma imagem de "aliado", de alguém que se interessa em divulgar a história de

vida e as condições atuais porque passam. Uma curiosa característica que me diferenciava dos outros agentes envolvidos, sejam técnicos da CHESF ou empreiteiras, "Banco Mundial" ou diretor/assessor sindical, era o fato de "andar de a pé".

Na verdade, houve um processo bilateral de cativar-se, com sentimentos conflitantes de ambas as partes, em alguns momentos. Algumas pessoas me pareciam indiscretas ou pedantes, interesseiras ou arrogantes em desmasia. Isso determinava um distanciamento natural de minha parte em relação às mesmas. No entanto, quando me dava conta do processo e procurava me aproximar, mesmo conservando uma certa antipatia, passava a perceber na origem de comportamentos pessoais aparentemente hostis, desconfianças fundadas no medo - afinal, como veremos no decorrer deste trabalho, um dos sentimentos fortes no grupo, com relação ao reassentamento, é de ter sido traído, enganado, principalmente pela CHESF. De minha parte, o conflito entre a irritação pessoal ou divergências políticas com relação a comportamentos específicos de alguns reassentados e a compreensão racional da situação e empatia/solidariedade afetiva e política para com a realidade difícil porque passava o grupo, foi, muitas vezes, "osso duro de roer".

Essa realidade da pesquisa de campo, que faço questão de expor, me remete a reflexões sobre a inter-subjetividade sobre a qual se apóia o trabalho de campo antropológico. E foi Tereza Caldeira quem me ajudou a enxergar mais claramente essa realidade, ou seja, que não se pode ignorar, em nome do distanciamento e da assepsia recomendadas como indispensáveis à

objetividade científica, a subjetividade/emoção, o pesquisador enquanto pessoa, "que utiliza a si mesmo como um instrumento de pesquisa e uma fonte de observação". Diz CALDEIRA:

"Em geral não se trata todo esse tipo de questões e, a bem da verdade, não podem mesmo ser consideradas se o que se pretende é manter a crença na 'neutralidade científica' do pesquisador" (1980: 346).

Foi ainda Caldeira quem me apontou pistas no sentido de inserir, no meu universo de compreensão das relações trabalhadas em campo, o elemento "poder". De fato, numa situação de pesquisa como esta, a questão do poder se faz presente de maneira forte. Afinal, quem legitima, ou me autoriza a investigar a vida das pessoas, a buscar e re-buscar suas memórias, experiências? (14) Em contrapartida, porque elas falam ou resistem, desabafam abertamente ou omitem informações, porque contam confidências e "segredos" que poderiam até prejudicá-las ou prejudicar a terceiros, ou tentam enganar o pesquisador? Por trás destas, creio, com Caldeira, estar o fato de ser o trabalho de campo uma prática inter-subjetiva, e a clássica questão da relação saber/poder - ambas, subjetividade e experiência de dominação, concretamente relacionadas.

"A relação de troca e aprendizagem está presente, com toda clareza, em situações de entrevistas abertas e de observação participante e, ao meu ver, isso acaba amenizando um pouco à violência do exercício do poder que se estabelece sobre o entrevistado" (CALDEIRA, op. cit., 345).

**NOTAS**

- (01) A barragem de Sobradinho, localizada na Bahia, no curso médio do rio São Francisco, teve a sua construção iniciada em 1972 e foi concluída em 1977.
- (02) O Projeto Caraíbas é um dos chamados "projetos especiais" construídos pela Cia. Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), para reassentamento da população rural atingida pelo reservatório da barragem de Itaparica. Localiza-se no município pernambucano de Santa Maria da Boa Vista, a 656 km do Recife, contando com uma área total de 5.605,5 km<sup>2</sup> e um total de 1.603 lotes agrícolas. Destina-se, preferencialmente, aos trabalhadores rurais dos municípios de Floresta e Belém do São Francisco. (ASC/DIR/CHESF, 1987; DE/ATIR/CHESF, s/d).
- (03) Sobre a utilização do gravador como recurso nas Ciências Sociais, ver MICHELAT, op. cit., QUEIROZ, 1983, CALDEIRA, 1980 e 1984.
- (04) Beneficiário é aquele que se enquadra dentro dos critérios estabelecidos pela CHESF para identificar as famílias passíveis de serem reassentadas.
- (05) Sob a categoria "solução própria" a CHESF inclui aquelas famílias que, beneficiárias, não optaram por nenhuma das formas de reassentamento oferecidas pela empresa, tomando assim um destino próprio.
- (06) O Projeto Pedra Branca é também um dos "projetos especiais" construído pela CHESF para reassentar trabalhadores rurais

atingidos pelo reservatório de Itaparica. Localizado entre os municípios de Curaçá e Abaré, na Bahia, destinou-se prioritariamente aos atingidos dos municípios baianos de Rodelas e Chorrochó.

- (07) Quando utilizo "ilhas" ou "Ilha" sem qualquer outra referência, trata-se da localidade onde residia a população estudada.
- (08) Quanto aos resultados completos das amostras e à metodologia empregada, ver FUNDAJ, 1988.
- (09) Famílias "cadastradas/checadas" são aquelas que, tendo sido cadastradas como residentes e exercendo atividade produtiva numa dada localidade durante os primeiros levantamentos realizados pela CHESF, foram reencontradas pela empresa por ocasião de checagem feita em abril de 1987. O número exato de famílias da comunidade vai permanecer uma incógnita durante todo o processo. Os critérios de pertencimento à comunidade não coincidem com os utilizados pela empresa para efeito de reassentamento - famílias que, por exemplo, saem da área para trabalhar fora, o que era comum, por mais tempo que permaneça ausente, é membro da comunidade. Desta forma, tive que, de fato, optar por um número, a partir de uma das listagens fornecidas pela CHESF, e sobre esta trabalhar, alterando-a pessoalmente, quando possível e necessário. Cabe aqui esclarecer alguns desses casos que escaparam à listagem trabalhada. Esses casos, inicialmente, são categorizados pela empresa como "casos problema"; sendo alguns, com o desenrolar do processo de reassentamento, resolvidos, e

incorporados no universo dos "beneficiários", ou não. São estes:

. "parcialmente atingido" - tem o local de trabalho dentro da cota do reservatório, mas reside fora desta (na sede do município ou outro local);

. "recém-casado" - família formada após maio de 1987;

. "recém-chegado" - passou a residir na área do reservatório a partir de 1986;

. "egresso" - reside na área do reservatório, se retirou em algum momento e retornou após 1986.

(10) Utilizo o termo "proprietário" impropriamente. Na verdade, juridicamente o mais correto seria "posseiro", pois que as terras das ilhas são de propriedade da União. A área explorada por estes são de pequena extensão, variando, segundo o Censo Agropecuário de 1985, entre 1,5 a 24ha - encontrando-se apenas dois estabelecimentos com exploração acima de 20,5 ha (IBGE, 1985).

(11) "Meeiros na própria terra" são proprietários de terra, mas que, não dispondo de equipamentos para irrigá-la ou outros meios de produção, submetem-se ao sistema de meação. Em geral, arrenda a terra e passa a trabalhar uma parcela como meeiro do arrendatário. Recebe, portanto, a renda da terra, mas divide a produção com o "dono da moiação" (proprietário do equipamento de irrigação instalado em sua propriedade), como qualquer meeiro.

(12) Sobre os problemas inerentes às transcrições, ver QUEIROZ, op. cit.

- (13) Pólos Sindicais, "são articulações inter-sindicais, criados em 1979 pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, com o objetivo de unificação de lutas comuns a determinadas áreas" (ARAÚJO, 1990: 29). O Pólo Sindical do Submédio São Francisco, no caso, congrega os 13 Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Belém do São Francisco, Floresta, Ibimirim, Inajá, Itacuruba, Petrolândia e Tacaratu, em Pernambuco, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas, na Bahia.
- (14) Sobre a constituição da "autoridade"/"competência" científica e seu processo de legitimação, ver BOURDIEU, 1983b.

**CAPÍTULO SEGUNDO**

**O REFERENCIAL TEÓRICO**

## **1. Da Representação**

Como suporte teórico básico deste trabalho, tentarei discorrer, dentro dos limites de seus objetivos, sobre a questão da representação, destacando contribuições julgadas pertinentes à reflexão do tema, no sentido essencialmente pragmático de delimitar alguns parâmetros de operacionalização da noção de representação e idéias afins.

### **1.1 Fundamentos Filosóficos e Antropológicos**

A preocupação do homem por entender o próprio processo de conhecimento, a sua origem e possibilidades, é uma constatação antiga. Os registros ocidentais desta preocupação epistemológica se fazem presentes, já de forma elaborada, na filosofia "clássica" grega.

Enquanto objeto da Filosofia, que a monopolizou até aproximadamente o século passado, a questão do conhecimento foi tratada pela Metafísica e pela Lógica.

Dentro dos cercos desta última (fundada na primeira), tratou-se a questão das categorias (1).

Com o surgimento da Psicologia como ciência (até então, uma disciplina filosófica), a compreensão do pensamento e conhecimento humanos passa de uma abordagem universalizante que os ontologizavam como produtos de uma humanidade abstrata, para uma ótica particularizante onde são vistos, pensamento e processo de conhecimento, como produtos mentais de cérebros individuais concretos.

O conhecimento e as categorias do entendimento passam a integrar significativamente o pensamento das Ciências Sociais, a partir do movimento de "fundação da sociologia como uma disciplina autônoma, a um só tempo diferenciada, de um lado, da Filosofia e, de outro, da Psicologia, disciplinas limites da nova ciência emergente", segundo Roberto Cardoso de Oliveira, (1983: 125).

A questão é tomada pela Antropologia de uma forma toda especial, tornando-se objeto privilegiado em alguns de seus principais expoentes, desde os chamados "pioneiros" da disciplina.

Abordado de forma genérica ou específica, em diferentes graus de sistematização e profundidade teórica, o problema do conhecimento (e circunscrito a este, o das categorias do entendimento) fixou bases no universo antropológico. Diria até, que ele nunca esteve ausente em todo o processo de formação da disciplina, se levamos em conta todas as descrições, mais gerais, ou particularizadas, tendo como referência "curiosidades" do mundo cultural de grupos específicos (cosmovisões, concepções religiosas etc.), estudos de atividades mentais, "modos de pensar e sentir típicos", "mentalidade primitiva" ou "pensamento selvagem", sistemas de representação, até o que hoje denominamos de ideologias. De forma a constituir-se numa temática "tradicional" (se assim poderia dizer) da Antropologia - tradição essa que remonta a Boas (um dos inspiradores da chamada etnociência), passando por nomes como Durkheim e Mauss, Lévi-Strauss, Dumont e Godelier.

Em se referindo especificamente às categorias do entendimento e, retomando de forma mais objetiva o processo de "apropriação" e redifinição destas pela Antropologia, torno a colocar que, passando por todos os "pioneiros" e "pais fundadores da Etnografia" (termos utilizados por LAPLANTINE, 1988), que trouxeram dados empíricos e elementos de reflexão para o universo da disciplina, é na Escola Francesa de Sociologia que vamos encontrar, como é sabido, os "primeiros teóricos da Antropologia" - Durkheim e Mauss -, e a inclusão definitiva das categorias do entendimento como objeto "legítimo" da Antropologia, já com os seus primeiros contornos teóricos sistematizados.

Questão clássica colocada pela Filosofia: "como se pensa? Resposta também clássica: por meio de categorias" (BRUMANA, 1983: 24). Mas em que se constituem as categorias? Segundo DURKHEIM, estas constituem-se em "instrumentos de pensamento", ou seja, possibilitam o pensamento:

"Na raiz dos nossos julgamentos existe um certo número de noções essenciais que dominam a nossa vida intelectual... Elas correspondem às propriedades mais universais das coisas. São como que as molduras sólidas que engastam o pensamento que parece não poder desvencilhar-se delas sem se destruir... São como que a ossatura da inteligência" (1989: 38).

Posto este "lugar-comum", surge novo problema: qual a origem e a natureza das categorias? E, neste campo, um embate não menos clássico se dá entre duas correntes filosóficas:

- . Segundo o apriorismo, que tem Kant como o seu principal arauto, "o nosso conhecimento apresenta... elementos a priori independentes da experiência" (HESSEN, 1979: 77) que são as "formas do conhecimento" ("forma" em contraposição a "conteúdo") ou categorias do entendimento (2).
- . O empirismo diz: "a única fonte do conhecimento humano é a experiência... não há qualquer patrimônio a priori da razão. A consciência cognoscente não tira os seus conteúdos da razão; tira-os exclusivamente da experiência" (HESSEN, op. cit., 68); "em resumo, todos os materiais do pensamento derivam da sensação interna ou externa; só a mistura e a composição destas dependem da mente e da vontade" (HUME, 1973: 135).

Durkheim, na viabilização de seu projeto epistemológico, não escapará a este problema. E trabalha no sentido de apontar as limitações de ambas as posições:

- . a primeira, atribuindo à humanidade uma forma única de perceber e pensar o mundo, apela para "instâncias metafísicas" em se tratando de explicar "a origem de uma razão a priori", não resistindo assim a uma prova de controle experimental;
- . a segunda, fazendo derivar unicamente da sensibilidade qualquer forma de pensamento, caracteriza as categorias como "um tecido psíquico com veleidades transcendentais", e acaba por cair num irracionalismo, não dando conta do "caráter coercitivo e exterior que as categorias têm em relação aos homens" (BRUMANA, op. cit., 25).

A partir dessa crítica, a Escola Francesa passa a elaborar a sua teoria das categorias do entendimento. Durkheim, "fundador" da Escola, em trabalho publicado em 1912, "As Formas Elementares da Vida Religiosa", aborda-as já não como entidades metafísicas universalizantes, dadas a priori, independentes da experiência, ou elementos circunscritos ao universo psíquico individual advindos da experiência imediata através dos sentidos; absorvendo contribuições das duas correntes, tende a superá-las, ao atentar para o caráter social das categorias, abordando-as como "coisas sociais, produtos do pensamento coletivo" (DURKHEIM, op. cit., 38). Da mesma forma que há modos de agir em comum, também o há em relação ao pensar, no dizer de Mauss (OLIVEIRA, op.cit., 141). Afirma este:

"Elas [nossas pesquisas de sociólogos'] não têm outro axioma exceto este: jamais esquecer que o homem pensa em comum com os outros, em sociedade" (MAUSS, 1981: 374).

E não apenas são "coisas sociais", mas tiveram a sua origem mesma nas relações sociais - servindo estas de protótipo daquelas - não o contrário (as relações lógicas das coisas servindo de base às relações sociais) como, segundo DURKHEIM/MAUSS, queria Frazer. Em ensaio de 1903, dizem estes:

"...estas classificações foram modeladas segundo a organização social mais próxima e fundamental... As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens nas quais tais classes foram integradas. Foi porque os homens estavam

agrupados e viam-se em pensamento em forma de grupos que agruparam idealmente os outros seres..." (1981: 451).

Assim marcadas pelo social, as categorias são "representações coletivas" (3): "as categorias são representações essencialmente coletivas", (DURKHEIM, op. cit., 45).

O próprio conteúdo da vida social se faz presente na geração das categorias, que "são ricas de elementos sociais", são constituídas com elementos sociais". Por exemplo:

"o que está na base da categoria de tempo é o ritmo da vida social... a noção de gênero constituiu-se sobre a noção de grupo humano" (DURKHEIM, op. cit., 48).

Em consequência, é compreensível que tanto Durkheim como Mauss empreendam esforços para demonstrar exatamente o caráter histórico, e, portanto, transitório das categorias (num claro confronto com o apriorismo). DURKHEIM por exemplo, abordando as variações sofridas pelo princípio de identidade, conclui contra a universalidade e a temporalidade das categorias:

"essas variações pelas quais passou a regra que parece orientar a nossa lógica atual provam que, longe de estar eternamente inscrita na constituição mental do homem, ela depende, pelo menos em parte, de fatores históricos e consequentemente sociais" (1989: 42).

Assevera MAUSS essa transitoriedade:

"as categorias vivem e morrem com os povos e seus diversos contributos" (op. cit., 396).

Postos esses marcos teóricos e conclusões gerais da Escola Francesa de Sociologia, a partir de seus principais mentores, destaco o significativo passo para a abordagem das "representações coletivas" na Antropologia, a saber, a introdução feita por MAUSS da noção de inconsciente para a melhor compreensão das categorias. Em 1902, numa seção de Ciências Religiosas da Ecole des Hautes Etudes, Mauss atribuiu ao etnógrafo a tarefa de "buscar os fatos profundos, inconscientes quase, porque eles existem apenas na tradição coletiva" (1979: 57).

Uma das vertentes dessa problemática foi o estruturalismo de Lévi-Strauss, onde permanece a tradição do estudo das representações coletivas através da preocupação com as estruturas inconscientes da sociedade, as "formas" através das quais o espírito apreende os "conteúdos". Sendo através da abordagem desses conteúdos, das relações visíveis, dos dados objetivos de realidades sensíveis, que se atingirá estas estruturas inconscientes que se encontram subjacentes a cada elemento da cultura.

Essas "formas", no entanto, "são as mesmas para todos os espíritos" (de todos os tempos e sociedades), segundo Lévi-Strauss (1985: 37) - permanência do apriorismo. Verificando-se o interesse primordial pelas permanências, os invariáveis da

cultura e do espírito humanos - e nesse sentido é notável a ruptura do estruturalismo com a tradição da Escola Francesa.

Se pensarmos as categorias como representações coletivas que têm por função explicar e possibilitar o conhecimento, exprimir "as relações fundamentais que existem entre as coisas"; ao mesmo tempo em que o seu conteúdo enquanto tal constitui-se fundado ele mesmo em fatores sociais e históricos, traduzindo originalmente estados da coletividade (DURKHEIM, op. cit.); se abordarmos por esta via, torna-se transparente a sua atualidade no cerne do debate sobre a "ideologia" (ou ideologias ou formas ideológicas ou representações ideológicas da sociedade),

Neste sentido, sou levado a destacar algumas aproximações entre princípios fundamentais da Escola Francesa, do marxismo e do estruturalismo de Lévi-Strauss (4), na abordagem geral (a nível de princípios, repito) de representações. Se compararmos rapidamente a noção de representação coletiva de Durkheim/Mauss, com as definições de marxistas como Gramsci (5) e Althusser (6), por exemplo, teremos algumas características fundamentais, implícitas ou explícitas mesmo, semelhantes:

- . são realidades espirituais (não-materiais), diferentes da realidade (não são "o" real, mas representações deste);
- . não elaboradas por nenhuma inteligência particular;
- . mas que se originam no bojo social (nas e das relações sociais),

- . ao mesmo tempo projetando-as internamente
- . e reproduzindo-as.

Partindo do clássico esquema marxista: relações sociais de produção material = estrutura, "base real" da sociedade/formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas = superestrutura da sociedade; teríamos as seguintes constatações quanto à noção de categorias e representações, que, observe-se, assemelham-se às pronunciadas pela Escola Francesa:

- . "as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção" (MARX, 1982: 106) /  
as categorias como tradução de estados da coletividade, que "dependem da maneira pela qual esta é constituída e organizada" (DURKHEIM, op. cit., 45);
- . "os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais" (MARX, op. cit., 106) /  
produto das "relações sociais dos homens" (DURKHEIM/MAUSS, op. cit., 451) e não de uma "razão impessoal da humanidade" como pretendia Proudhon (e aprioristas);
- . "estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios" (MARX, op. cit., 106) /  
em decorrência de sua historicidade e transitoriedade, representações e categorias "vivem" e "morrem" com a realidade que lhes originam (MAUSS, 1981: 396).

No que se refere à articulação do marxismo com o estruturalismo lévi-straussiano quanto ao nível ideológico da produção social, vale fazer algumas observações.

Através do estudo dos mitos, em narrações colhidas nas mais diversas sociedades, Lévi-Strauss expressa a sua preocupação primordial com o estudo das representações e ideologias, ou seja, com o estudo das superestruturas (7). Tendo sido objetivo do próprio Lévi-Strauss contribuir para uma teoria das superestruturas, mal esboçada por Marx - que ocupou-se com a análise das infra-estruturas -, "reservando à história - assistida pela demografia, pela tecnologia, pela geografia histórica e pela etnografia - o cuidado de desenvolver o estudo das infra-estruturas propriamente ditas..." (LÉVI-STRAUSS, 1976: 157).

Consequindo, desta forma, como assinala GODELIER (S/D b), sob a expressão "o pensamento selvagem", reunir estudos sobre a "forma" do pensamento, da estrutura do espírito: "o pensamento em estado selvagem"; e sobre o "conteúdo", o pensamento de homens concretos, vivos, que agem, se organizam: "o pensamento dos selvagens".

É ainda Godelier quem chama a atenção para o caráter estruturalista da própria abordagem marxista, e apresenta Marx, em seu empenho por conhecer a "essência das relações de produção capitalistas" (GODELIER, S/D c: 242), como, de certa forma, anunciador da corrente estruturalista:

"Marx, ao supor que a estrutura não se confunde com as relações visíveis mas explica a sua lógica oculta, anuncia a corrente estruturalista moderna. Vai plenamente ao encontro desta corrente ao colocar a prioridade do estudo das estruturas sobre a da sua gênese e da sua evolução" (GODELIER, S/D e: 212).

A título de observação: a crítica de Godelier ao "formalismo" e "substancialismo" em estudos econômicos, tem como alvo principal o empirismo no qual se fundamentam ambas as correntes consideram os fatos apenas na aparência, sem buscar-lhes a "lógica oculta".

Foi meu objetivo, até o momento, articular noções teóricas pertinentes à discussão da representação coletiva. Partindo da abordagem durkheim-maussiana como a primeira e fundamental sistematização tendo como objeto as representações -- a nível de ciências sociais --, para, em seguida, pontear algumas aproximações desta com o estruturalismo lévistrussiano e o marxismo, enquanto abordagens teóricas que vêm inspirando análises as mais diversas, numa linha de questões pertinentes à problemática das representações (simbolismo, estruturas inconscientes do pensamento, visões de mundo, ideologias, etc.).

## **1.2 A Antropologia e o Estudo de Representações no Brasil: origens e críticas metodológicas**

Dando prosseguimento, teceremos algumas rápidas considerações quanto ao estudo de representações no Brasil, apontando críticas ao uso (e abuso) de conceitos pertinentes à

questão e à prática de pesquisa nesse campo; como também relacionando contribuições para um melhor tratamento teórico e operacional de abordagens das representações.

Como já nos referimos acima, o estudo de sistemas de representação tornou-se referência, por assim dizer, tradicional na ciência antropológica, presença constante na sua literatura clássica. No Brasil, no entanto, essa tradição não se faz de forma mais significativamente presente. Se remontamos às "fases históricas da disciplina", entre as décadas de 20 e 50, seguindo o esquema de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), não encontramos - seja na tradição da Etnologia Indígena com Curt Nimuendaju, Darcy Ribeiro (numa perspectiva cultural funcionalista) ou Florestan Fernandes (estrutural funcionalismo), seja na tradição de uma Antropologia da Sociedade Nacional com Gilberto Freire, Charles Wagley (abordagem do culturalismo histórico) ou Donald Pierson (sociologismo funcionalista) - um trabalho mais sistemático no campo de uma antropologia das representações coletivas ou das ideologias - embora se encontre uma certa diversidade de investigações tendo como objeto mitos (relações, catalogações, estudos comparativos de cunho difusionista) e sistemas classificatórios de populações indígenas principalmente, sem maiores repercussões a nível de formação de uma tradição nesse campo. Mais recentemente, essa preocupação desenvolve-se, já sob a influência das "Mythologiques" de Lévi-Strauss publicadas em Paris entre 1964 e 1971 - "que marcou uma reviravolta nos estudos de mitologia" (MELATTI, 1984: 21) -, tendo não apenas o imaginário, os sistemas de representações de

povos indígenas, mas também de setores da sociedade nacional (grupos urbanos e camponeses) como objeto.

Seguindo "roteiro" fornecido por MELATTI, observamos duas vertentes onde poderíamos pincelar elementos afins ao estudo de representações - ambas anteriores à década de 70:

- a) trabalhos de caráter totalizantes e descritivos (interpretações gerais do Brasil, estudos de mudança cultural ou aculturação, de sociedades e culturas indígenas - de cunho predominantemente funcionalista -, estudos de comunidade, etc.), e que, por isso mesmo, traziam em seu conjunto relatos dispersos de "mentalidades", mitos, visões de mundo (nunca tomados como fins em si mesmos);
- b) trabalhos tendo como objeto o Folclore. Na medida que entende-se por folclore "um corpo orgânico de modos de sentir, pensar e agir peculiares às camadas populares das sociedades civilizadas", como quer Édison Carneiro (apud MELATTI, op. cit., 15), podemos concluir que também registrou-se elementos afins às representações. Sendo que, como observa MELATTI, "boa parte dos trabalhos sobre folclore são de caráter descritivo; quando chegam à interpretação, esta tende a tomar um cunho difusionista, no esforço de localizar regiões e continentes de origem dos costumes, ritos, mitos, técnicas, estudados (ibid., 15).

A partir dos anos 60, vamos encontrar trabalhos mais sistemáticos sobre a "dimensão simbólica da vida social" (DURHAM,

1986: 25), principalmente sobre mitologias e rituais - veio aberto pelo estruturalismo.

No campo da antropologia urbana, mesmo durante a década de 60, segundo Eunice Durham (citada por MELATTI, op. cit., 25), as pesquisas "se concentravam sobre as migrações da área rural para a urbana e sobre os diversos problemas referentes às favelas, focalizados segundo os ângulos da marginalidade, participação, urbanização e desenvolvimento...". Há uma priorização de técnicas qualitativas de análise de dados que são obtidos por entrevistas ou observação participante.

Durante a década de 70, creio que também em função de transformações ocorridas no espaço urbano brasileiro como um todo, é crescente o número de pesquisadores que, segundo Melatti, vão se dedicar a fenômenos sociais urbanos. Os estudos aqui produzidos, "sem abandonar seu interesse pelas 'camadas menos favorecidas da população'", voltam-se também para as camadas "médias". Nestes, vamos encontrar preocupações significantes na

"maneira como os agentes que são objeto da investigação pensam a respeito de seus próprios problemas e como ordenam seus conhecimentos e experiências referentes ao setor do mundo urbano em que vivem" (MELATTI, op. cit., 25).

Da mesma forma (seguindo ainda Melatti), os trabalhos dentro do que se denominou como Antropologia Médica ou da Saúde, passam a tratar de concepções a respeito do corpo, hábitos alimentares, classificações de doenças.

Ruth Cardoso, em artigo onde aborda a prática e a reflexão (metodológica) das ciências sociais no Brasil, (CARDOSO, 1986), tece considerações quanto à produção antropológica em nosso país. Observa a autora, que esta vem historicamente marcada por uma ênfase significativa no trabalho de campo e valorização da observação participante (como técnica). Característica sem maiores conseqüências se não viesse acompanhada de uma relativa acomodação quanto ao aprofundamento do debate teórico-metodológico. Grande quantidade de pesquisas é levada a cabo sem uma prática crítica dos limites inerentes dos métodos empregados.

Esse caráter "pragmático", aliado ao fato de que "tanto as populações que estudava como os temas que tratava se colocavam à margem das grandes correntes políticas e das forças sociais mais dinâmicas que estavam modelando a sociedade em transformação" (DURHAM, 1986: 18), foi revestido ("disfarçado") freqüentemente de um discurso de "politização". Diz CARDOSO:

"um indisfarçado pragmatismo (muitas vezes confundido com politização) dominou as ciências sociais contemporâneas e desqualificou como ocioso o debate sobre os compromissos teóricos que cada método supõe" (op. cit., 85).

Neste contexto, a relevância de um trabalho a ser empreendido, era avaliada tendo como referência o tema abordado e a forma de engajamento do pesquisador no grupo. Era, este engajamento, o grau e a intensidade da participação do pesquisador, o avalista, a garantia de uma apreensão da

"verdade": o pesquisador se portando como o "porta-voz" do grupo estudado (ainda segundo R. Cardoso).

Esta valorização de métodos qualitativos e observação participante (mesmo que com tendência a encaminhar-se para uma "participação observante" em alguns casos, como salienta Eunice Durham), a meu ver, tem uma contribuição específica (que nos interessa no momento), na medida em que mais facilmente permite o afloramento do universo ideológico (filosofias, visões de mundo, ideologias, representações coletivas etc.) dos grupos/categorias sociais abordadas empiricamente.

No que se refere à perspectiva estruturalista especificamente, "que contribuiu imensamente para recolocar a importância da dimensão simbólica da vida social", como já citou-se acima, "o rigor formal exigido... sacrifica o particularismo, a multidimensionalidade revelados pela pesquisa empírica voltada para os grupos atuantes" (DURHAM, op. cit., 25).

Creio não ser arbitrário relacionar as observações feitas quanto à relativa negligência e/ou descaso, no âmbito de pesquisas realizadas, no que diz respeito ao aprofundamento dos problemas colocados pelas teorias e/ou metodologias adotadas, e as questões levantadas por MAGNANI (1984 - 1986) quanto ao uso (e abuso) da noção de representação nas pesquisas em ciências sociais.

Segundo este autor, a utilização da noção de representação tem sido frequente, acompanhada, no entanto, de um esquecimento do processo que constituiu esse conceito, dos pressupostos que lhe fundamentam, de seu "campo de aplicação

original"; transformando-se em "lugar-comum", apagou-se-lhes os contornos "a ponto de em alguns casos, ser confundido com a pura e simples transcrição de entrevistas e depoimentos" - concepção de que esta (a representação) afloraria do discurso/depoimento dos agentes, direta e espontaneamente" (MAGNANI, 1986: 127).

Continua o autor: enquanto "lugar-comum", é como se a noção de representação já nem precisasse ser definida, como se houvesse um "acordo tácito": "todos sabem do que se está falando" "representação é algo assim como uma espécie de imagem mental da realidade". Os "ingredientes dessa imagem" seriam, por um lado, "as experiências individuais decorrentes da realidade social em que o ator está imerso" e, por outro, uma "particular combinatória" entre estas - combinatória sintática e semântica.

Magnani vai além, apontando uma significativa imprecisão metodológica freqüente, que é a de diluir as diferenças sociais com a "atribuição de identidades" de acordo com o recorte feito. Assim aborda-se, genericamente: representações de "moradores", de "favelados", "classes populares" etc.

"Em suma, são as condições sociais de inserção dos agentes o que determina suas representações e a forma de sua manifestação, o discurso, colhido em entrevistas abertas, entrevistas dirigidas, histórias de vida" (MAGNANI, 1986: 128).

E lembra que o velho Malinowski, em ensaio sobre "crenças" entre os kiritwineses das Ilhas Trobriand (MALINOWSKI,

S/D), já atentava para algumas das questões aqui colocadas. Quanto ao caráter social da crença:

“cada crença reflecte-se em todas as mentes de uma dada sociedade, e manifesta-se em muitos fenômenos sociais... Por outras palavras, existe uma ‘dimensão social’ para uma crença, que deve ser cuidadosamente estudada...” (op. cit., 257).

Mas, não deve esta ser colhida fortuitamente de “qualquer fonte casual, de qualquer informante”, nem ser generalizada de modo a homogeneizar uma realidade social diferenciada. E essa diferenciação deve refletir-se na produção discursiva dos informantes - o que frequentemente dá um caráter “caótico e ininteligível” ao material recolhido na pesquisa, fazendo-se necessário um apurado trabalho de interpretação, pois, “sem interpretação, todo o trabalho de campo científico degenerará num mero ‘coleccionar’ de dados” (op. cit., 255-256).

Assim sendo, não podendo os “nativos” (no plural) terem “qualquer crença ou qualquer idéia”, há que, praticamente, se recorrer a recursos: primeiro, distinguir-se opiniões/depoimentos de informantes, segundo seu papel/posição ocupada na estrutura social; ao mesmo tempo, não limitar a investigação ao aspecto discursivo, mas, atentar para as relações deste com as instituições sociais e comportamentos.

### 1.3 Conclusões

A partir do exposto, podemos, enfim, sintetizar alguns elementos constitutivos da noção de representação que fundamentam a sua operacionalização.

Creio, com Mauss, que da mesma forma que são partilhados modos de comportamento em grupos específicos, formas de pensar em comum, também são empreendidas e observadas. A apreensão e organização mental do real se dão a partir de categorias forjadas no interior de processos históricos e contextos sociais. Diz CARVALHO/MADEIRA, que as representações

“são geradas nas relações sociais de produção, nas estruturas construídas pelos indivíduos e grupos, ou seja, naquilo que toca afetiva e concretamente o indivíduo na sua práxis” (1984: 53).

A questão da representação nos coloca na fronteira entre o subjetivo e o social. No entanto, ela extrapola o meramente individual na medida em que o processo de individuação passa necessariamente pela socialização e insere-se em contextos históricos-sociais concretos. É justamente através da socialização que, segundo Mauss, “são transmitidos aos indivíduos os hábitos e as práticas instituídas juntamente com seus significados sociais” (BARROS, 1987: 18). E neste processo, a linguagem, como “repositório objetivo” das significações e experiências sociais assume importante papel.

Segundo BOURDIEU, a linguagem constitui-se de "um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção" (S/D.: 39). Enquanto "o mais importante sistema de sinais da sociedade humana, ela, entre outros meios, permite a objetivação da apreensão do real, a sua preservação no tempo e sua transmissão às várias gerações seguintes (BERGER/LUCKWANN, 1987). Desta forma, mesmo um acervo de conhecimentos que, poder-se-ia dizer, subjetivo, na medida em que objetiva-se em um sistema de sinais comum - que se viabiliza dentro de parâmetros estabelecidos -, a sua expressão, passa pelo social. Este caráter torna-se ainda mais contundente se se leva em conta o lastro comum das experiências sobre o qual se erguem estes acervos de conhecimento.

Encontra-se pois, a questão da linguagem, enquanto veiculadora das representações coletivas, inserida no âmago da dialética indivíduo/coletividade.

Realidade objetiva, a linguagem permite o seu registro através da fala e a apreensão de seus significados sociais. Neste sentido, diz CALDEIRA:

"... a fala da entrevista não é absoluta novidade, nem revela elementos que se refiram apenas às subjetividades ali presentes. O que ela expressa são experiências pessoais, mas da vida de um certo grupo social, de uma determinada sociedade, em tempo específico, em um certo lugar. Neste sentido, a referência ao que é coletivo está necessariamente presente. O que ficou registrado numa entrevista poderia ser dito (e é) em outras relações e outras pessoas

poderiam fazê-lo (e o fazem) - haja vista, por exemplo, a recorrência de temas e de modos de expressão entre as várias entrevistas" (op. cit., 144).

Enfim, por categoria entendo o que já foi colocado por DURKHEIM (op. cit.): dizendo ser "instrumentos" do pensamento, ou seja, unidades do pensamento ("ossatura" ou "molduras sólidas" que encerram e possibilitam o pensamento) que se expressam e são apreendidas através de unidades lingüísticas aglutinadoras de significados - de experiências vivenciadas e de idéias.

As categorias de pensamento compõem, por sua vez, o quadro mais geral das representações. Estas, enquanto conjunto de conhecimentos partilhados, consciente ou inconscientemente, por determinado grupo ou segmento social, em torno de objetos que lhes são postos em suas relações com o real (nas suas diversas esferas), caracterizam-se enquanto "noções sobre".

Como HERZLICH, entendo que também "a representação é mediatizada pela linguagem" (Apud CARVALHO/MADEIRA, op. cit., 54). No entanto, a representação estaria mais para o texto ou conjunto de idéias sobre; assim como a categoria estaria mais para a palavra, enquanto unidade lingüística, ou idéias centrais em torno das quais se constrói o discurso, a fala.

Penso poder abrir espaço aqui para uma observação importante. Não se trata, como poderia-se pensar, de reivindicar o domínio absoluto do social (das "coisas sociais" - dentre as quais se incluiriam as representações coletivas) sobre o individual, mas da constatação de uma relação muito próxima e extremamente dinâmica entre a estrutura social, em sua

complexidade, e a sua produção ideológica. Há que atentar-se, como lembra BOURDIEU, não unilateralmente para as estruturas cognitivas ou "esquemas de percepção e apreciação" (1988: 492), tomados de forma abstrata ou como atributos subjetivos de sujeitos individuais, mas também para as condições sociais que os tornam possíveis nos sujeitos - condições estas que passam necessariamente pela compreensão da "adequação das estruturas sociais e das estruturas mentais, das estruturas objetivas do mundo e das estruturas cognitivas por meio das quais ele é apreendido" (S/D: 43-44).

Assim, dentro dos quadros de complexidade de uma dada organização social, mesmo tomando-se como referência uma unidade ou segmento social específicos onde partilha-se interesses comuns e categorias de pensamento idênticas, podemos encontrar, de acordo com posições e/ou papéis sociais próprios a grupos de indivíduos no interior dessas unidades ou segmentos, nuances diferenciadoras (qualitativa e quantitativamente) na forma de articular informações em torno de objetos de conhecimento, mesmo que estas tenham como substrato categorias coletivas semelhantes. Neste sentido, retomo o caráter de contingência e mobilidade atribuído por Durkheim às representações, em contraposição à maior fixidez das categorias - diria que a representação apresenta-se como uma realidade mais fluídica por estar mais susceptível e ser, ela mesma, forjada no âmago do embate entre forças/interesses sociais, resultando num somatório de informações, arranjos e (re)articulações de categorias (sendo, portanto, mais imediatamente vinculadas às contingências

estruturais e históricas - uma mesma categoria, em momentos sociais e/ou históricos diferentes, podendo compor quadros de diferentes representações).

**NOTAS**

- (01) Aristóteles denominava as categorias também de "predicados", os quais classificava um número de dez: essência, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, estado, ação e paixão (ARISTÓTELES, 1987: 11).
- (02) Kant chama as categorias do entendimento também de "conceitos puros do entendimento" (KANT, S/D: 121).
- (03) Notar que se toda categoria é representação coletiva, nem toda representação coletiva é categoria (DURKHEIM, 1989: 38).
- (04) No sentido de articular estruturalismo e marxismo, na Antropologia, são de extrema importância os trabalhos de Godelier.
- (05) Ideologia: "...uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individual e coletiva" (GRAMSCI, 1987: 16).
- (06) "A ideologia é uma 'representação' da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTHUSSER, 1985: 85).
- (07) Esse interesse é assinalado por GODELIER, S/D b.

**CAPÍTULO TERCEIRO**

**O VALE DO SÃO FRANCISCO:**

**CONTEXTOS HISTÓRICOS**

## 1. ECONOMIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O submédio São Francisco constitui-se de terras pertencentes aos estados de Pernambuco e Bahia, integrando três microrregiões: a do Sertão Pernambucano do São Francisco, do lado esquerdo do rio, e a das Corredeiras de São Francisco e do Sertão de Paulo Afonso, na margem baiana - numa área total de 56.859 km.

Região situada na "porção central" do chamado Polígono das Secas, caracterizou-se como uma "área de atração", tendo como centro da vida econômica o velho "Rio dos Currais" (ANDRADE, 1983).

Amplamente povoada por incontáveis grupos indígenas (principalmente do tronco Kariri), a área passou a conhecer, a partir dos séculos XVI e XVII, a ação de uma nova força, da nascente sociedade brasileira, com a entrada dos rebanhos e a fixação de currais às margens do rio. É um longo processo de conquista de espaços, de formação e consolidação da dita sociedade nacional.

O Vale do São Francisco teve como móveis históricos de expansão o ouro, a peação e aldeamento de índios e a pecuária (PIERSON, 1972; ANDRADE, 1983 e 1986; CALMON, 1983; SOUZA/CERQUEIRA, 1986). Mas, é através desta última, a pecuária, que o sertão é invadido - rebanhos abrindo caminhos para os novos conquistadores. Foi o gado, segundo DIÉGUES Jr., "o motivo da ocupação do vale sanfranciscano", que, partindo de diversas regiões, "conquistou todo o curso do rio" (1971: 88).

SODRÉ divide em três fases a expansão pastoril no nordeste açucareiro, a saber: "a da vizinhança, a da coexistência

e a da separação entre as atividades agrícola e pastoril" (1982:122-124). Verificando-se esta separação pela incompatibilidade das atividades, a pecuária busca espaços marginais à área de influência da monocultura agro-exportadora da cana-de-açúcar, caracterizando-se como uma atividade subsidiária e de subsistência, numa "colônia destinada a fornecer ao comércio europeu gêneros tropicais de grande expressão econômica" (PRADO Jr., 1980: 41). Neste sentido é que "para sanar problemas entre sesmeiros que praticavam estas atividades econômicas na mesma região, já em 1701, a Coroa regulamentava que a pecuária só seria permitida após 10 léguas da costa" (ATAÍDE, 1984: 13).

Sem grandes dificuldades estabeleciam-se as fazendas de gado: "levantada uma casa coberta em geral de palha... feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças) estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário..." (PRADO Jr., op. cit., 45).

As terras, no entanto, embora circunscritas no esquema de doações e arrendamentos do sistema de sesmarias, teriam que ser conquistadas aos índios. E o caráter decidido, e violento e sempre mais crescente dessa atividade é lugar comum na historiografia do Nordeste.

"O gado era uma invasão. Perseverante, tarde e inevitável, por isso invencível. Não havia pará-lo. O tupinambá da costa, o caeté rebelrinho, o cariri da caatinga recuava. Os bois, remoendo, sonolentos, progrediam. Em São Paulo, o bandeirante caçava índios; na Bahia, descortinava pastagens. Era o vaqueiro. Precisava do campo, da cacimba, da

largueza, da umidade. O rebanho crescia, caminhando" (CALMON, op. cit., 57).

E de tal forma se expandiu e desenvolveu a pecuária que, "em meados do século XVIII o sertão do Nordeste alcança o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abastece, sem concorrência, todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia" (PRADO Jr., op. cit., 68). DIÉGUES Jr, afirma que no auge de seu desenvolvimento o Vale do S. Francisco, só em sua margem pernambucana, excluindo as freguesias do baixo São Francisco, contava com 235 fazendas. No Baixo São Francisco esse número era superior a duzentas. E "cerca de dezesseis mil pessoas incluíam-se nestas fazendas, não computada a população de São Francisco da Barra" (op. cit., 91).

Pecuária do tipo extensiva, foi viabilizada numa estrutura fundiária fundada na doação de sesmarias que, pelas suas dimensões, punha à disposição dos rebanhos as grandes extensões de terra que possibilitavam a sua mobilidade e desenvolvimento. Exemplo típico dessa situação é a história dos Garcia d'Ávila. Família de origem portuguesa (o primeiro Garcia d'Ávila teria chegado ao Brasil em 1549 com Tomé de Souza, segundo CALMON, op. cit.), dedicou-se especialmente à criação de gado e, ao longo de várias gerações, dominou grandes extensões de terras no vale do São Francisco, entre outras áreas, através de aquisições de sesmarias e expansão de seus rebanhos. De tal forma concentrou terras a "dinastia" d'Ávila, que, só às margens do rio São Francisco e de seus afluentes, possuía, em 1710, mais de 340 léguas de terras (ANDRADE, 1986: 148). De forma que a saga da

família encontra-se intimamente vinculada ao processo de formação histórica do sertão do Nordeste.

Em torno destes proprietários, uma população que exercia atividades vinculadas às suas propriedades, que não a específica de cuidar diretamente do rebanho. Atividades como o "plantio de lavouras nos brejos", o curtimento de couros, o comércio, a passagem das boiadas para a Bahia ou rumo às Minas, os "encargos de ajuda e cuidado na fazenda, oficiais de artes mecânicas... e também escravos para guardar o serviço da fazenda" (DIÉGUES Jr., op. cit., 91).

Se, como me referi anteriormente, concordando com Caio Prado Jr., com certa facilidade erguia-se no sertão uma fazenda, a conquista da terra, por sua vez, não se deu sem grandes obstáculos. E, talvez, o principal deles tenha sido a resistência empreendida pelos grupos indígenas que habitavam a região e que a partir dali viram suas terras sendo ocupadas pelo gado (sobre um destes conflitos, ver por exemplo PIRES, 1990).

Sabemos que toda a história do Vale (como do Brasil, de uma forma geral) está marcada pela violência da conquista e do conflito que acabaram com a exterminação de incontáveis grupos indígenas que, embora empreendendo significativas formas de resistência, sucumbiram física ou moralmente (utilizados como mão-de-obra escrava ou servil) à força dos novos senhores daquelas paragens. Pedro Calmon, no seu célebre e já citado trabalho sobre a Casa da Torre, deixa claro a forma como se deu esses contatos e "convivência":

- . "não o impediram de desenvolver o rebanho os índios em volta dos currais. Soube conviver com eles...";
- . "pouco durou a vizinhança pacífica do gentil";
- . "e os sertanistas degolaram quatrocentos, que resistiram...";
- . "cada missionário era um criador de bárbaros, e Francisco Dias trucidava-os".

Uma das tentativas de "amansar" esses povos, foram as Missões. E o Vale do São Francisco as conheceu largamente, tendo o seu leito (margem e ilhas) pontilhado de aldeamentos administrados por religiosos franceses e italianos - capuchinhos principalmente. Estes, enquanto não obstaculizaram o processo de conquista empreendido pelos grandes senhores de terra e gado, mantiveram-se (sendo até patrocinados por estes), sendo violentamente destruídos pelos mesmos quando já não atendiam aos seus interesses. E nesse sentido cabe mais uma vez o exemplo dos Senhores da Torre, quando em 1669 investem-se contra aldeamentos jesuítas no sertão da Bahia:

"Acabavam os missionários de fundar, com suas igrejas, as aldeias de Itapicuru e Geremoabo. Destruíu-as, numa fúria sacrílega, cujos ecos chegaram a Roma e a Lisboa. Pediu depois perdão aos padres pelo atentado; mas este ficou impune" (CALMON, op. cit., 82) (1).

Como é sabido, a mineração do ouro nas Gerais no século XVIII desempenhou um papel de extrema importância para a vida de toda a colônia. E uma de suas conseqüências será o "deslocamento do eixo econômico, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia)... De um modo geral,

é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-lo até hoje" (PRADO JR, 1980: 64). A pecuária nordestina passa por um processo de crise em função da decadência da cana-de-açúcar. É observado também que, se por um lado, o crescimento da pecuária verificou-se rapidamente, a sua decadência o foi da mesma forma. Comenta DIÉGUES JR: "é que o gado, tendo sido embora o fator de fixação das populações das margens do rio, ali não estacionou definitivamente, continuou caminhando. Sua permanência no vale se prendeu à existência do sal, e quando este escasseou, o gado procurou novas regiões salineiras" (op. cit., 92).

Por sua vez, as últimas gerações da Casa da Torre não mais tiveram o mesmo impulso conquistador que os seus fundadores; "as motivações econômicas da pecuária foram reduzindo e as últimas gerações dos Ávillas, optaram pela vida litorânea e pelo conforto da cidade e dos engenhos", como lembra ATAÍDE. O quarto Garcia d'Ávila, que não deixou herdeiros, "em testamento, legou todos os bens do Morgado da Casa da Torre a Ana Maria Sam Jozé e Aragão, filha de sua irmã Leonor Pereira Marinho. Ana Maria e José Pires de Carvalho e Albuquerque, seu esposo... afeitos à vida da cidade, afastaram-se totalmente das atividades sertanejas e aventuras... suas terras do São Francisco anexadas ao patrimônio dos Pires de Carvalho. Estes não lhe deram destinação econômica". Ainda segundo Ataíde, "os documentos demonstraram que as sesmarias do São Francisco foram doadas ou vendidas a terceiros por D. Ana Maria Sam Jozé de Aragão. Ao perder sua

razão econômica, o império territorial dos Ávilas no São Francisco desintegrou-se. A partir da morte do terceiro Garcia de Ávila, suas sesmarias no médio São Francisco foram vendidas ou arrendadas ou doadas a amigos, parentes e escravos libertos. Tornou-se uma nova realidade econômica" (op. cit., 31-32).

Num sentido mais geral da política fundiária brasileira, observamos que a Resolução de 17 de julho de 1822, que extingue o sistema de sesmarias no Brasil, abole sim as sesmarias, mas protege a estrutura de concentração de terras através da manutenção dos latifúndios, ameaçada pela "ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas, por grandes contingentes da população", segundo GUIMARÃES (1989) - que continua em sua análise:

"foram esses contingentes de posseiros ou intrusos, como passavam a ser chamados, que apressaram a decadência da instituição das sesmarias, obrigando as autoridades do Brasil Colonial a tomarem outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade latifundiária" (1989: 59).

A Lei de Terras, instituída décadas depois (1850), vem corroborar essa observação. "A terra se tornou então mercadoria num mercado onde há uma elite proprietária que monopolizava o capital e uma grande maioria de escravos e homens livres e pobres que jamais teria capital para a compra das terras". Neste contexto de privilégios à grande lavoura, à manutenção legal do latifúndio, só a "posse ilegal" das terras, em "regiões desabitadas e pouco férteis", tornou possível o desenvolvimento da pequena propriedade (ATAÍDE, op. cit.).

É nesse contexto histórico, recuado no tempo, que vamos encontrar os antecedentes explicativos da estrutura fundiária do Brasil e especificamente do sertão do São Francisco, marcada que se encontra, até os nossos dias por "suas origens sesmarias e pela Lei de Terras"; é nesse processo que encontraremos "explicações capazes de esclarecer a monopolização da terra pelas elites. Verifica-se também, a partir de então, relações sociais de produção que se cristalizam. Estas perduraram e serão responsáveis pelo agravamento das contradições entre forças do capitalismo moderno que invadem a região exigindo 'progressos técnicos' e uma comunidade rural articulada em torno de relações tradicionais sobreviventes" (ATAÍDE, op. cit.).

## 2. A PRESENÇA DO NEGRO

Os desdobramentos sócio-culturais da atividade pastoril no contexto geo-econômico do Nordeste semi-árido, geraram peculiaridades entre as quais, segundo alguns autores, uma cultura denominada de "civilização do couro", "comportamento arcaico", "cultura do sertão", enfim, um universo passível de ser identificado como um "outro Nordeste" (2).

Quanto às relações de trabalho, outros autores insistem em diferenciá-las nesse "outro Nordeste", caracterizando-as de "feudais" e paralelas às escravistas:

"surge e cresce uma área de relações feudais, paralela à área escravista" (SODRÉ, op. cit., 125).

Esta questão nos remete ao clássico debate quanto à escravidão nas áreas de predomínio da atividade pastoril. A esse respeito, SODRÉ fala, sem grandes argumentos, de uma "incompatibilidade" dessa atividade com o trabalho escravo (op. cit., 124-125). GUIMARÃES defende o descarte do escravo pelo pecuarista, pois:

"as fazendas se estendiam através de intermináveis vastidões de terra. Ao senhor seria impossível controlar diretamente a produção. Aí a fazenda repelia a escravidão, abrindo caminho ao trabalho livre, utilizando o índio numa atividade como o pastoreiro, mais adequado à sua condição" (op. cit., 62-63).

Jacob GORENDER, observando a omissão, por parte dos autores acima referidos, quanto às possíveis fontes históricas sobre as quais teriam fundado as suas teorias, e, recorrendo a estas fontes, conclui, contrariamente àqueles, pela não incompatibilidade entre a atividade pecuária e o escravismo e pela presença mesma do elemento negro, escravo, na atividade pastoril ao lado do trabalho livre:

"Com suficientes elementos fatuais, podemos concluir que, de Norte a Sul, coexistiram na pecuária o trabalho escravo e o trabalho livre. O primeiro teve significação acentuada, e mesmo básica em certas regiões, durante longo período" (1988: 438).

Se para o índio dispomos de relativo número de fontes documentais de sua presença e localização de aldeamentos, o mesmo não podemos falar em relação ao negro. SOUZA/CERQUEIRA, em estudo

sobre comunidade negra no Médio São Francisco, faz a seguinte observação:

"Partindo da constatação de que o São Francisco é um rio sem história, foi difícil encontrar fontes mais precisas e antigas. Quase nada está registrado, e os poucos arquivos foram intencionalmente destruídos, ora para esquecer a escravidão no Brasil, ora por causa das lutas entre os coronéis locais, e mesmo por não se cultivar a memória neste país" (op. cit., 61).

Dizia CARDOSO em 1926:

"Rio sem história... Porque, de fato, não há história sem seqüência, e do povoamento e penetração do vale do São Francisco ficam-nos apenas depoimentos isolados, dados escassos ou detalhes insignificantes" (1979: 10).

Por sua vez, o próprio "estigma da cor" fez com que o negro fosse vítima de uma verdadeira "conspiração do silêncio". Verificando-se sua ausência tanto nos registros históricos feitos por viajantes e missionários (3), como na literatura científica - vindo a aparecer nesta última apenas no começo deste século, e "assim mesmo de modo reticente, circunstancial e intermitente" (BAIOCCHI, 1983: 01).

Mas, independentemente da discussão quanto ao papel ocupado pelo negro dentro da estrutura sócio-econômica do sertão pecuarista, é um fato a sua presença. E não uma presença insignificante, mas uma presença que influenciou certas zonas e, fixando-se, formou agrupamentos que perduram até os dias atuais, mantendo (e/ou sendo mantidas) fronteiras que caracterizam as

relações e os distanciamentos com outros grupos sociais da sociedade envolvente (isolamento buscado, talvez, em tempos remotos, que significava viver em relativa liberdade em espaços não ou pouco habitados).

Autores registram, genericamente, esta presença. E, partindo de depoimentos destes, creio que a presença negra no Vale deu-se mais significativamente através de quilombos, de fugitivos ou livres que propriamente de mão-de-obra escrava. Concordo com MOURA quando ele afirma ter sido o sertão da Bahia um "verdadeiro paraíso para os quilombolas, "e o Vale do São Francisco, no seu isolamento e disponibilidade de terras agricultáveis, tornou-se "uma região ideal para aqueles fugitivos" (1988: 257).

Mesmo no século XVII já se faziam entradas pelo São Francisco à caça de negros, como atesta documento nos Arquivos do Conselho Ultramarino. Neste, são descritas algumas providências quanto à perseguição e investida contra o Quilombo dos Palmares, quando se relata que um dos "troços" fez entrada pelo rio:

"A gente que entrou pelo Rio de São Francisco também andou pouco mais de um mês no mato, perseguindo os negros que andavam fugidos em partidas..." (AHU-PE, 19/08/1673).

O isolamento do Vale e a existência do rio são ressaltados pelos autores como motivo dessa "preferência" dos negros - além de outros fugitivos. Assim, cita CAPISTRANO DE ABREU o anônimo, impresso em 1814, "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí":

"Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, diz ele, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros..." (1982: 322).

E ROCHA fala em "escravos... fugidos do litoral em busca de liberdade nas regiões banhadas pelo grande rio" (1983: 33).

E PIERSON:

"ao que parece foram poucos os escravos africanos levados à área do São Francisco por europeus e seus descendentes... Todavia, considerável fonte da população na área do São Francisco foi, ao que parece, constituída pelos escravos africanos que fugiam de centros de cultivo de cana-de-açúcar..." (1972: 280).

Organizados em quilombos em recantos de pouco acesso e/ou aliados a grupos indígenas - alguns dos quais também escapando do litoral -, os negros empreendiam resistência e fixavam-se. Comenta, nesse sentido, PIERSON:

"Além dos que já habitavam a área do São Francisco, outros indígenas, no século XVI, como indicamos, para aí fugiram, após conflitos com os europeus do litoral, e a eles às vezes se reuniram escravos africanos fugidos, e também aventureiros e exilados políticos ou criminosos, de origem européia" (op. cit., 234);

"Desses escravos /fugidos/, alguns..., vieram viver entre os grupos indígenas da área, e outros, quando seu número era suficiente, estabeleceram suas próprias vilas (op. cit., 281).

## E SOUZA/CERQUEIRA:

"O número de quilombos não deve ter sido pequeno, pois alguns documentos atestam a existência de negros em convívio com indígenas locais, levando inclusive Southy a afirmar que o São Francisco era morada de vagabundos dispersos, talvez mais numerosos, que, fugidos à vingança particular ou a justiça pública, escondiam-se nestes sertões" (op. cit., 64-65).

Mesmo após a "Abolição da Escravatura" (1888), sob a vigência da Lei de Terras (1850), aos ex-escravos do meio rural restaram ao menos duas "opções": continuarem como agregados ou moradores nas terras de seus antigos senhores, ou partirem em busca de terras "livres" para sobreviverem - e aqui surge novamente a possibilidade das beiras de rios navegáveis e ilhas, onde podiam plantar e pescar, e "comercializar nas barcas e nos vapores" (SOUZA/CERQUEIRA, op. cit., 66). E o São Francisco era um destes:

"Insulada do mundo durante tão longo período (...). Ex-escravos e seus filhos buscavam nas regiões mais distantes o esquecimento da vergonha e das injustiças sofridas. Durante os primeiros anos da República, o vale do São Francisco recebeu vários contingentes de mulatos, caibras, cabo-verdes e negros, oriundos dos engenhos de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, que iam tentar vida nova na terra desconhecida" (LINS, 1983: 59).

Essa presença do negro no sertão do Nordeste, e no Vale do São Francisco, conseqüentemente, tem sido ignorada pelas Ciências Sociais. Trabalhos acadêmicos, tendo por objeto essa

presença no sertão de Pernambuco, desconheço até o momento. MONTEIRO (1985) fez uma etnografia de um bairro rural de negros localizado no Agreste do Estado. Quanto ao sertão, repito, apenas notas esparsas, como em FERRAZ (1957) - do qual falarei adiante.

Continuarei, agora, analisando alguns dados mais específicos disponíveis sobre a microrregião do Sertão Pernambucano do São Francisco e municípios geograficamente mais próximos de Belém do São Francisco - município onde, administrativamente, se localiza a comunidade objeto de nossa pesquisa.

O Recenseamento Geral de 1872, primeiro do Brasil, traz levantamento da população livre e escrava de Pernambuco. Segundo este, o Estado contava com 841.539 habitantes. Estes são agrupados segundo a cor, nas seguintes categorias: branco, pardo, caboclo e preto. Branco e caboclo não se enquadram na condição de escravos; contando como escravos, no entanto, as categorias pardo e preto, com 8,20% e 50,68% de seus totais, respectivamente - estando o restante na condição de livres. Pardos e pretos são os únicos a estarem sujeitos à escravidão.

Para os municípios e suas freguesias, o Recenseamento não discrimina a cor, apenas a condição - livre ou escravo. A partir destes dados, podemos ter uma idéia, mesmo que imprecisa, da população "preta" nos municípios que compoariam, mais ou menos, o que hoje denominamos Microrregião do Sertão Pernambucano do São Francisco - essa possibilidade vem do fato, já observado acima, de não se encontrarem incluídos entre "escravos", brancos e caboclos. Segue Quadro com esses dados (4):

**QUADRO 3 - POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO "ESCRAVO" - 1872**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			
	TOTAL		ESCRAVOS	
	N <sup>º</sup>	%	N <sup>º</sup>	%
CABROBÓ	8.472	100	952	11,23
BOA VISTA	7.370	100	1.025	13,90
TACARATU	5.490	100	455	8,28
FLORESTA	15.153	100	629	4,15

Fonte: Recenseamento Geral de 1872.

Cabe observar que, os percentuais da população escrava, tanto no município de Cabrobó (11,23%) como de Boa Vista (19,90%), são superiores ao percentual da mesma categoria para o Estado (10,58%). Vale lembrar que, para estes números da categoria "escravo", acham-se excluídas parte de pretos e pardos - os livres.

O Censo Demográfico de 1940 discrimina as categorias: branco, preto, amarelo e pardo. Situação semelhante ao Recenseamento de 1872 podemos observar neste censo, ou seja, o percentual de pretos do Estado é inferior a este mesmo percentual para cinco dos seis da "microrregião", como podemos observar no quadro abaixo (5):

**QUADRO 4 - POPULAÇÃO DE PERNAMBUCO E MUNICÍPIOS SEGUNDO A CATEGORIA COR ("PRETO") - 1940**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			
	TOTAL		PRETOS	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
PERNAMBUCO	2.688.240	100	417.047	15,51
BELÉM	8.637	100	2.960	34,27
BOA VISTA	7.422	100	1.835	24,72
CABROBÓ	8.124	100	2.773	34,13
FLORESTA	14.510	100	4.673	32,20
ITAPARICA	14.116	100	2.664	18,87
PETROLINA	19.706	100	2.383	12,09

Fonte: Censo Demográfico/1940.

É significativo corresponder o número de "pretos" a 23,84% do total da população da "microrregião", contra 23,57% de pardos e 51,69% de brancos. E se levarmos em conta que a categoria pardo inclui os chamados "morenos" e "mulatos", esse percentual de pessoas de "cor" ultrapassa a categoria branco - no entanto, não nos apegaremos a esta (pardo) por considerá-la por demais "frouxa".

Finalmente, o último Censo Demográfico, de 1980, também investiga "cor". E os seus números nos fazem chegar às seguintes conclusões. A mesorregião do Sertão Pernambucano, com o seu percentual de pretos, relativamente ao total da população, de 5,13%, embora ocupe o terceiro lugar em relação às outras

mesorregiões, mas este não distancia-se significativamente dos mesmos percentuais apresentados pelas outras mesorregiões, e se contamos com a categoria pardo, o percentual de pessoas de "cor" toma a dianteira.

**QUADRO 5 - POPULAÇÃO RELATIVA DE MESORREGIÕES SEGUNDO CATEGORIAS DE COR ("PRETO" E "PARDO") - 1980**

MESORREGIÕES	PRETOS (%)	IPARDOS (%)	PRET + PARD (%)
RECIFE	5,70	57,17	62,87
MATA	5,67	68,79	74,46
SERTÃO	5,13	70,46	75,59
AGRESTE	2,98	55,60	58,58

fonte: Censo Demográfico/1980.

É interessante observar ainda que, enquanto o Agreste, tendo uma população inferior apenas a Recife - com um percentual de participação na população total do estado de 28,11%, contra ao do Sertão, que é de 16,38%, e sendo uma área onde tem sido ressaltada freqüentemente a presença histórica do negro (inclusive com quilombos espalhados por sua geografia de condições mais favoráveis), conte com percentual de população negra inferior ao do Sertão.

Ainda segundo os dados do Censo Demográfico de 1980, a microrregião do Sertão Pernambucano do São Francisco, entre as doze que constituem o Estado de Pernambuco, embora com a quarta população absoluta de pretos, conta com o maior percentual destes

na própria população - seguida pela microrregião de Salgueiro, que lhe é vizinha. Vejamos o quadro:

**QUADRO 6 - POPULAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA SOB A CATEGORIA "PRETO"  
SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1980**

MICRORREGIÕES	PRETOS	
	N <sup>o</sup>	%
SERTÃO PERNAMBUCANO DO S.FCO.	19.631	7,78
SALGUEIRO	9.651	7,14
MATA SECA P.	32.964	6,40
RECIFE	129.299	5,70
MATA ÚMIDA P.	29.439	5,07

fonte: Censo Demográfico/1980.

Comparando alguns dados do Censo Demográfico de 1940 com outros do Censo de 1980, ficamos surpresos com a diminuição relativa do número de negros de um censo para outro. Por exemplo: enquanto o percentual de negros para o total dos municípios que compõem a microrregião do Sertão Pernambucano do São Francisco, era de 23,84% e para os municípios de Belém era 34,27% e Cabrobó, 34,13%; estes percentuais baixam, em 1980, para 7,78%, 8,97% e 7,68%, respectivamente.

Não encontrei, no momento, nenhuma explicação para o fato. Acredito, porém, que um dos fatores possa ser o grande fluxo migratório para a região nas últimas décadas, ou seja, todo o processo de transformações ocorridas na agricultura da área, no

sentido de "modernizá-la", fez desta um dos principais centros de atração de populações do Estado. De forma que, enquanto em 1940 a população da região corresponde a 2,69% da população do Estado, em 1980 esse percentual vai quase que dobrar para 4,10%, mesmo com a perda de população de municípios desmembrados neste ínterim, como Jutaí e Tacaratu, anexados a outras microrregiões. Esta nova configuração da população em 1980 teria-se dado somando-se elementos externos à dinâmica demográfica local não permitindo que ela se reproduzisse proporcionalmente em relação à situação anterior? ou relaciona-se a questões ligadas à própria metodologia utilizada pelo IBGE para os levantamentos censitários?

Todos estes dados, no entanto, nos fazem ver que não só houve um fluxo de negros para o sertão e mais especificamente para o Vale do São Francisco durante a sua formação histórica - na forma como destacamos anteriormente -, como estes se fixaram e compõem parcelas relativamente significativas da população da área.

Como já me referi, essa fixação e suas condições têm sido pouco abordadas científica e sistematicamente. Tendo por objeto de estudo um desses agrupamentos de negros, no município de Belém do São Francisco - situado às margens do rio São Francisco na Microrregião do Sertão Pernambucano do São Francisco -, grandes têm sido as dificuldades por conta da escassez de fontes documentais e trabalhos sistematizados sobre a questão do negro na região. Recolhendo informações esparsas e dispondo da observação e alguns dados censitários, temos conseguido, ao

menos, ressaltar a evidência factual desta presença dispersa e lançar para o campo do possível a existência de agrupamentos negros na área.

Dentro destas informações dispersas sobre o submédio São Francisco, encontramos o trabalho de FERRAZ (op. cit.) sobre o município de Floresta (fronteira leste de Belém). Mesmo discordando de algumas de suas posições teóricas, lançamos mão de suas observações (pp. 22-54).

A primeira delas é quanto à localização de "homens de cor" no Sertão. Segundo o autor, mais do que na caatinga, estes se localizaram nas "abas" e chapadas das serras. Dedicam-se quase que exclusivamente à agricultura, sendo pequenos proprietários ou agregados ou moradores de fazendas onde trabalharam como escravos. São pobres, e como tais, não detêm poder de mando e nem gozam de regalias junto às esferas governamentais. Entretanto, encontramos-los

"em boa quantidade desfrutando de uma certa posição de independência econômica e financeira. Sem dever nada a ninguém e gozando de prestígio e crédito comercial".

Seriam de pequenos proprietários ou posseiros os grupos de negros remanescentes de quilombos que conseguiram resistir e sobreviver nas terras conquistadas e ocupadas, ao contrário dos escravos que sobreviveram e permaneceram sem terra, como agregados ou moradores de seus antigos senhores? Não dispomos de dados para qualquer conclusão/generalização nesse sentido.

Uma outra observação é quanto ao estado de relativo isolamento desses grupos. O autor lembra, em relação ao índio, que os seus caracteres se "diluíram" mais facilmente em contato com o branco; em relação ao negro essa "diluição" foi mais lenta, e o cruzamento mais difícil devido às restrições que lhes são impostas, de forma que, segundo o autor,

"o grupo negro ainda permanecerá por muito tempo isolado como unidade racial, resultando daí a circunstância de encontrarmos com frequência no Sertão espécimes puros ou quase puros.

Famílias inteiras de negros guardam esta característica de pureza racial..."

E cita casos como os negros do Juá, de Curralinho, de Paus Pretos, de Cacaria e do Uman - todos no município de Floresta. Sobre estes últimos, observa o autor:

"A serra da Cacaria, próxima à do Arapuá, é quase toda povoada por negros, de longa data, que se constituíram numa espécie de quilombo, desde a época da escravidão. Há traços evidentes de uma cultura própria, representada sobre tudo pelos trabalhos de cerâmica.

O mesmo fenômeno se pode observar na Serra do Uman e na dos Crioulos. Na do Uman eles se mesclaram com o grupo indígena ali existente..."

No mais, a questão do negro no Sertão nordestino aguarda o interesse de historiadores e cientistas sociais no sentido de resgatar sua trajetória. Pois, como diz MOURA (op. cit., 249-50), "existem na área chamada sertão... uma parcela de

reminiscências negras muito maior do que a que foi inventariada até o momento”.

### 3. O ESTADO INTERVENTOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

É sabido que numa dada formação social nos moldes das sociedades capitalistas atuais, o grau de isolamento de uma região depende do papel atribuído e/ou desempenhado por esta dentro de um processo global de acumulação no qual está circunscrita. Como diz SOUZA/CERQUEIRA, “o maior ou menor grau de isolamento é resultado do centro decisório que, impulsionado por determinadas conjunturas favoráveis, incorpora ou não uma região ao seu processo” (op. cit., 62).

Neste processo de expansão econômica, o Estado - que nas sociedades atuais, segundo CARDOSO (1978), não só tornou-se instituição imprescindível como teve suas funções ampliadas - assume importante papel. Farta literatura sobre o Estado nas sociedades capitalistas tem nos dado conta de sua atuação como viabilizador não apenas da expansão econômica mas de interesses privados - principalmente em alguns setores como o industrial. Segundo KLEIN, “nos últimos anos, o papel do Estado enquanto arena de representação de interesses de grupos privados tem recebido atenção crescente” (1987: 83). A autora observa que na literatura sobre o neo-corporativismo na Europa Ocidental é ressaltado que o processo de representação vem se “especializando” e que, “no curso dessa dinâmica, o Executivo vem

configurando-se como uma área de representação de interesses aparentemente mais eficaz para determinados segmentos da sociedade, entre eles o setor industrial" (op. cit., 83).

CARDOSO chama a atenção para a importância da atuação do Estado na expansão econômica na medida em que, catalizador da "poupança coletiva", canaliza-a "para setores que, embora indispensáveis para aquela expansão, não apresentam rentabilidade satisfatória para o capital privado - como os chamados investimentos de infra-estrutura, investimentos em energia, transportes, etc.; e ainda especialmente na prestação de financiamentos, subsídios e várias outras modalidades de ajuda aos setores produtivos que, no 'livre jogo do mercado', estejam enfrentando crises ou passando por dificuldades mais sérias, desde que esses setores se incluam no projeto de expansão econômica da sociedade" (op. cit., 88).

Em trabalho sobre a fronteira agrícola no Brasil, FOWERAKER ressalta a importância do Estado no processo de acumulação verificado no avanço da fronteira. Observa que o Estado não só intervém, posteriormente favorecendo, como antecipa-se no processo. Diz o autor que "o Estado agora intervém antes da chegada da fronteira, abrindo acessos com a construção de estradas, o transporte de mão-de-obra através dos projetos de colonização e fornecimento de capital mediante esquemas e incentivos, precisamente a fim de acelerar a acumulação que ocorre na fronteira" (1982: 291).

O período em que intensifica-se o processo de expansão do capital, "dentro dos quadros do Capitalismo Monopolista de

Estado" (ARAÚJO, 1990: 33), verificado no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, parece coincidir muito significativamente com a veiculação veemente e entusiasta da ideologia desenvolvimentista, nos anos 50. O discurso da "modernização", do "desenvolvimento", tentava abarcar regiões e áreas consideradas subdesenvolvidas, de economia estagnada; desenvolvimento significando criar meios, investir em setores ligados aos interesses e exigências do capital em expansão.

Em se tratando especificamente do setor agrícola, é lugar comum na literatura nacional sobre o meio rural brasileiro a constatação do papel do Estado como mediador do desenvolvimento capitalista na agricultura. Um desenvolvimento fundado na opção por um projeto de "modernização conservadora" e uma política agrícola que pode ser "traduzida pelo binômio expansão da fronteira agrícola - modernização da agricultura" (WANDERLEY, 1979: 63).

No que se refere ao vale do São Francisco, região de economia historicamente voltada para a pecuária e para a agricultura de subsistência - praticada nas vazantes e ilhas do grande rio - e comércio, também foi alvo dessa ideologia e ações desenvolvimentistas e modernizadoras. As potencialidades do vale - fertilidade dos solos e abundância de água - passam, de forma muito intensa, a interessar e merecer estudos técnicos por parte dos governantes, a partir da segunda metade da década de 40.

Segundo Manuel Correia de Andrade, nesse momento, "os interesses e atenções dos grupos dominantes se voltaram para o vale do São Francisco, então considerado como uma região de

grandes possibilidades naturais mas economicamente em estagnação" (1983: 91).

Desta forma, já nas Disposições Transitórias da Constituição de 1946, é estabelecido 1% das rendas tributárias da União a ser investido na recuperação do vale. E, em 1948, cria-se órgão específico para executar a nova política: a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF). Propugnava-se um desenvolvimento integrado objetivando fixar a população ribeirinha e melhorar o seu padrão de vida.

Em 1955, Lucas Lopes, então Ministro da Viação do Governo de Juscelino Kubitschek, chamava a atenção para a importância histórica do "rio da unidade nacional" fundamentando a idéia de uma política de "recuperação" do vale, que deveria "restituir-lhe a função de condensador de gentes, de área progressista e expansionista, para que, mais tarde, seja possível o alargamento de nossa linha de ocupação demográfica até às vertentes do Tocantins e às nascentes do Parnaíba" (apud SIGAUD, 1986: 13).

A idéia de um desenvolvimento integrado através de ações visando a regularização do curso do rio para a navegação, aproveitamento do potencial hidrelétrico, fomento à indústria e à agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização do transporte com a abertura de rodovias, incremento à imigração e exploração das riquezas do vale (BARRROS, 1985: 28); passa a sofrer alterações que refletem claramente mudanças na forma de encarar, por parte do Estado, a utilização do vale. Essa mudança verifica-se radicalmente com a transformação da Superintendência

do Vale do São Francisco - SUVALE (órgão que substituiu a CVSF em 1967) - em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, em 1975. E essa mudança dá-se no sentido de um afinamento dos objetivos de exploração de "potencialidades específicas", com vistas à articulação entre as ações empreendidas no vale e "as necessidades de expansão industrial dos centros dinâmicos da economia, localizados no Centro-Sul do país" (BARROS, op. cit., 29).

Lygia Sigaud também atenta para as mudanças na natureza dos objetivos da política de "valorização" do vale. Um plano que inicialmente expunha seus propósitos de "valorização do vale" e "recuperação do homem" como metas finais, e propunha-se a "criar na região fatores propícios à permanência e desenvolvimento de sua população, em condições de vida progressivamente melhores", priorizando basicamente uma política de "domínio das águas" com obras de contenção de cheias e recuperação do fluxo das águas do rio para navegação; toda essa concepção já começa a mudar pela metade dos anos 50: "a navegação fluvial cede lugar explicitamente às rodovias (...) e a hidreletricidade já se insinua como prioridade". Estava posto, assim, "o binômio transporte-energia (infra-estrutura necessária ao programa de industrialização)..." (SIGAUD, op. cit., 14-15).

Nessa mesma década, já havia, segundo MATA, "uma preocupação em tornar a chamada 'agricultura de subsistência' em produção voltada para o mercado, através da técnica de irrigação" (1989: 220).

E de fato, no final dos anos 40, a cebola, por exemplo, é introduzida na região e a irrigação dá os seus primeiros passos - primeiro utilizando rodas d'água (1948), em seguida motores a diesel e, por volta de 1965, eletro-bombas. Paralelamente, verifica-se o processo de eletrificação rural (ver Bicalho/Holfle, 1979).

Concomitantemente a essas ações mais gerais de "recuperação", desenvolve-se o programa energético estabelecido para o vale. Em 1947, foi criada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), com a finalidade de explorar as potencialidades hidroelétricas do rio. São construídas as barragens de Paulo Afonso, na Bahia - em 1955 -, com suas extensões posteriores - Paulo Afonso II, III e IV; Três Marias, no Alto São Francisco, Minas Gerais; Sobradinho, na Bahia; Itaparica, entre Pernambuco e Bahia.

A observação já feita de que a década de 70 marca o processo de consolidação de um modelo de política para a região, é comungada por MATA:

"A produção de energia hidráulica torna-se definitivamente prioritária em detrimento da população e sua sobrevivência, a partir dos anos 70" (op. cit., 220).

SIGAUD, em um de seus trabalhos sobre Sobradinho, também confirma essa observação:

"Construída para produzir energia, Sobradinho representa a ruptura definitiva com a concepção de que o Vale constituía uma

unidade e com os objetivos de sua valorização econômica, de fixação da população, de contenção de cheias, de projetos de irrigação voltados para o desenvolvimento da agricultura na região" (op. cit., 15-16).

Esta opção política é resultado de um debate iniciado já nos anos 40, quando lideranças regionais e nacionais discutiam quais as estratégias adequadas para o vale: "a construção de grandes obras voltadas unicamente para a produção de energia" ou "a construção de um conjunto de pequenas barragens para a contenção de cheias e regularização do fluxo do rio para navegação" e viabilização da produção agrícola. E, dentro dessa opção, com o objetivo de "alimentar a indústria urbana e o comércio", foram concebidas e executadas as construções das referidas barragens (MACHADO, 1987: 47).

Em resumo, a literatura sobre o vale do São Francisco tem chamado a atenção não apenas para o fato da penetração/expansão do capitalismo na região, mas também para o papel do Estado como vetor do processo, implementando projetos e executando obras básicas e necessárias à atração de capitais e de mão-de-obra (6). O vale vem tornando-se objeto de um modelo de "desenvolvimento" e "modernização" pelo qual os seus recursos são explorados até à exaustão e a qualquer custo.

Em trabalho sobre Sobradinho, por exemplo, DUQUE relaciona a construção da barragem aos interesses do capital industrial em contraposição aos anseios e à realidade dos pequenos produtores da área:

"Só não foi uma agroindústria que se instalou, mas uma infra-estrutura diretamente ao serviço do capital industrial, em particular, do Pólo Petroquímico de Camaçari. Tratava-se, portanto, da remoção de pequenos produtores da área agrícola mais favorável da região, remoção exigida pelos interesses do capital industrial" (1984: 31).

Interesses esses que subordinam toda a realidade local - realidade ecológica, sócio-cultural e econômica - à sua ótica e ação, na medida em que seus impactos, mesmo previstos, ou previsíveis tecnicamente, são ignorados (7). Assim, por exemplo, avalia MACHADO as consequências da formação do lago de Sobradinho:

"Os impactos da construção do lago de Sobradinho sobre o meio ambiente não podem ser analisados do ponto de vista meramente técnico. É necessário incorporar a dimensão sócio-cultural como fundamental. A formação do lago implicou alterações no fluxo do rio, conhecido por toda a população ribeirinha e, a partir da qual, esta organizava seu calendário produtivo (...). Isto desagregou e tornou obsoleto um saber detido pelas populações" (op. cit., 48-49).

A estas observações, extensivas à formação do reservatório de Itaparica, acrescenta-se a perda de um rico patrimônio histórico e arqueológico que desapareceu sob suas águas. "Desapareceram, por exemplo, ruínas de missões jesuítas e franciscanas, igrejas antigas e até o cais de Petrolândia, construído para o desembarque de dom Pedro II, em sua histórica viagem pelo São Francisco. Também os vestígios da ocupação do vale na pré-história repousam agora, para sempre, no fundo do grande lago..." (MARTIN, 1989: 51).

Enfim, todas as iniciativas promovidas pela dinâmica de penetração capitalista na região, têm mudado a face do vale do São Francisco. Da implantação de programas de apoio e incentivo à agricultura irrigada destinada ao comércio - exigindo investimento de grandes capitais -, à construção de grandes barragens para a geração de energia elétrica, o que se constata, a nível das populações atingidas, são fatores de "descontinuidade cultural" e de "desorganização social" (para usar expressões de Geertz, 1978); fatores de desmantelamento e desequilíbrio de um saber e sistema tradicionais fundados nos quais se estruturavam os grupos/comunidades rurais da região.

## NOTAS

- (01) Para maiores detalhes, quanto às missões no rio São Francisco, às relações entre índios religiosos e pecuaristas neste período de expansão da pecuária no vale, ver REGNI, 1988, e NANTES, 1979.
- (02) CÂMARA CASCUDO, por exemplo, refere-se a um "sertão típico" (s/d: 9) e a "dois tipos de cultura": a do ciclo da cana-de-açúcar, no litoral, e a do ciclo do gado, no sertão (1985). E SODRÉ (1982) chega a descrever toda uma "fisionomia peculiar" para a sociedade sertaneja pastoril.
- (03) É significativa, por exemplo, a pouca referência e a negação simbólica do negro na "Relação de uma Missão no Rio São Francisco" escrita no século XVII por Fr. Martinho de Nantes (1979). Refere-se poucas vezes ao negro, quase sempre coisificado ("meu negro", "nosso negro", "seus negros") e, todas as vezes, ignorando os seus nomes - apenas uma vez o frade trata pelo nome, não um negro exatamente, mas um "mulato" português.
- (04) Quanto aos municípios apresentados na tabela: Cabrobó certamente inclui território de Belém, e provavelmente, de Orocó; Boa Vista, certamente o de Petrolina; Floresta, provavelmente o de Itacuruba; e Tacaratu, embora não pertença à microrregião citada, inclui certamente Petrolândia.

- (05) Observações: Belém inclui Itacuruba como distrito; Cabrobó inclui Orocó; Petrolina, Afrânio. Itaparica era o antigo nome de Petrolândia..
- (06) Sobre a relação de grupos empresariais e agências governamentais do setor elétrico, ver KLEIN, op. cit.
- (07) Quanto à política social, a avaliação de impactos culturais e ambientais por parte do setor elétrico no Brasil, ver SIGAUD, 1989 e VIANNA, 1989a E 1989b -incluem reflexão sobre a legislação ambiental e analisam a produção dos chamados Relatórios Ambientais (RIMAs). Sobre a construção de barragens no país, suas conseqüências e impasses junto a trabalhadores rurais e populações indígenas, ver publicações da FASE (1990) e SANTOS/ANDRADE (1988); CARVALHO, 1982 e MELO, 1988 - estas últimas tratam especificamente da comunidade indígena Tuxá e sua relação com a barragem de Itaparica. Os projetos de colonização e as agroindústrias instaladas no vale do São Francisco são abordados por autores já citados, aos quais acrescentaria ANDRADE, 1981; BARROS, 1985b e 1987; PESSOA, 1989.

**SEGUNDA PARTE**

**RASTREANDO SENTIDOS**

**CAPÍTULO QUATRO**

**A COMUNIDADE,**

**OU "OS NEGRO DAS ILHA"**

## 1. FRONTEIRAS SÓCIO-ECONÔMICAS E ÉTNICAS

O universo abordado pela pesquisa é constituído por uma comunidade de camponeses, originários de Belém do São Francisco - PE e transferida pela CHESF para Santa Maria da Boa Vista - PE, em decorrência da construção da Barragem de Itaparica, onde reside no já referido Projeto Caraíbas (PG).

Residente, anteriormente à "retirada", em quatro ilhas, do rio São Francisco, nas proximidades da sede do município de Belém, a comunidade contava, segundo levantamento realizado pela CHESF, entre março e abril de 1987, e divulgado em agosto do mesmo ano, com um número de 272 famílias - sendo a Ilha do Meio a menos extensa e contando com 35 famílias, e a Ilha da Missão a maior em extensão e em número de famílias, 111 (esta última, aliás, é apontada pela CHESF como o núcleo rural mais numeroso dentre os atingidos pela barragem no município - conf. CHESF, 1985: 20).

Além dessa localização em espaço geograficamente tão bem delimitado ("ilhas"), a comunidade era portadora de outras características que lhes moldaram feições bastante específicas no contexto social da área e marcaram as suas relações com outros grupos circunvizinhos e a sociedade envolvente. Estas características ganharam status de fronteiras ou identidades sociais e nos permitem compreender alguns aspectos formadores e constitutivos do universo simbólico e comportamental do grupo no enfrentamento das transformações ocorridas nos últimos quarenta

anos no seu espaço - transformações estas sobre as quais, a partir da ótica do próprio grupo, se debruçou este trabalho.

Portanto, abordamos o grupo a partir de sua dupla condição: a sua realidade sócio-econômica, de feições camponesas, e a sua condição étnica, onde a grande maioria de seus membros são negros. Alguns destes aspectos, de uma forma geral, como se faz necessário neste momento, e tomando como referência a sua realidade anterior à "retirada", serão tratados à seguir.

### **1.1 Condição Sócio-econômica: a campesinidade**

Pequenos produtores (ver Quadro 7), desenvolviam tradicionalmente uma agricultura de subsistência e, com o advento da irrigação a partir do final da década de 40, passam a produzir algumas culturas eminentemente comerciais, como a cebola, por exemplo. No entanto, mesmo tendo a área explorada com plantios de subsistência reduzida, a agricultura para o autoconsumo não deixou de ser praticada, com destaque para a mandioca, o milho, a batata, o arroz e o feijão. Parte desta produção podia ser comercializada, logo após a colheita, ou armazenada para vendas sucessivas em pequenas quantidades, de acordo com as necessidades de aquisição de bens industrializados ou produtos fora do elenco de itens produzidos pelas famílias. A cebola era destinada ao mercado e comercializada no Mercado do Produtor de Belém do São Francisco (MEPRO - BSFO), que centraliza o comércio do produto de toda a área, inclusive de municípios vizinhos. O feijão e o arroz são produzidos em quantidade pela comunidade, mas quase nunca era

comercializada toda a produção; em geral deixava-se reservas para autoconsumo e vendas posteriores - o seu comércio preferencial era feito com intermediários na beira do rio, no porto ("cais") da cidade.

**QUADRO 7 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR ÁREA EXPLORADA**

	ÁREA EXPLORADA (ha)				
	ATÉ 1	1,1 a 3,0	3,1 a 5,0	ACIMA DE 5,1*	
Nº DE ESTABELECIMENTO	121	94	30	28	273
%	44,1	34,3	10,9	10,2	100

\* apenas dois estabelecimentos ultrapassam os 20 ha de exploração, tendo o mais extenso 25 ha.

(Fonte: IBGE - Centro Agropecuário - 1985).

Além do MEPRO e do "cais", a feira semanal do município era outro espaço de comercialização da produção do grupo, sendo que neste último ocorriam as transações de pequeno vulto e/ou de alguns produtos específicos, como verduras.

As verduras - coentro, cebolinha, pimentão etc. -, em geral cultivadas pelas mulheres, eram comercializadas semanalmente por elas, diretamente - as que possuíam "bancas" na feira - ou vendidas a feirantes. Muitas das vendedoras de verdura na feira da cidade eram mulheres da Ilha. Esta produção era de fundamental importância como complemento da renda familiar das

unidades domésticas; de sua venda apenas, provindo, muitas vezes, a feira semanal das famílias.

A produção era caracteristicamente familiar, podendo absorver mão-de-obra extra em momentos de maior pique do processo produtivo, como no replantio de mudas e na colheita, ou mesmo no preparo da terra para o plantio. Verificava-se ainda no processo de trabalho uma diferenciação por sexo e idade. Em geral, eram tarefas masculinas, aquelas ligadas ao preparo do solo para o plantio e irrigação (preparo de canais e valetas por onde corre a água), aplicação de produtos químicos (adubos e defensivos agrícolas), transporte e comercialização. As tarefas que exigiam o emprego direto das mãos, eram especialmente femininas; assim, a "muda" (transplante de plantas da sementeira para canteiros definitivos) e a "limpa" (extração manual das ervas daninhas do plantio), eram trabalhos exercidos preferencialmente por mulheres. Inclusive, quando se contratava diaristas para estas etapas da produção, estes eram do sexo feminino e recebiam a denominação de "trabalhadeiras"; ou quando o plantio de uma dada família não se encontrava em etapa que exigisse mão-de-obra feminina, era freqüente as mulheres da família se disporem ao trabalho em plantios de terceiros em troca de diária, quando estes necessitavam dessa mão-de-obra. Essa divisão de trabalho verificava-se num contexto de normalização da unidade doméstica e de condições favoráveis à produção, ou seja, todos os membros da família fisicamente saudáveis, etapas do plantio cumpridas dentro do tempo previsto, nenhuma ameaça climática à produção, etc.; caso contrário, o homem "muda" cebola e a mulher pode pegar na

enxada. As crianças vão sendo introduzidas no trabalho auxiliando os pais em suas tarefas mais "leves".

Em consonância com a realidade camponesa apontada na literatura acadêmica (ver por exemplo WOLF, 1976), as unidades familiares são extensas, o que favorece a concepção destas não apenas como "unidades de consumo", mas também como "unidades de produção" formadas "por um determinado número de mãos prontas para o trabalho nos campos" (idem, p. 28). A partir de dados levantados dos 29 entrevistados da pesquisa, pude traçar o quadro abaixo, através do qual tem-se uma idéia da composição das famílias da comunidade.

**QUADRO 8 - NÚMERO DE FAMÍLIAS POR NÚMERO DE FILHOS**

		NÚMERO DE FILHOS					
		SEM FILHOS	1	2 a 4	5 a 7	8 a 15	
NÚMERO DE FAMÍLIAS	1	4	6	5	13	29	
(%)	3,4	13,7	20,6	17,2	44,8	100	

Esta característica das unidades familiares desempenhou, por sua vez, papel fundamental na questão da propriedade da terra na comunidade, na medida em que, como veremos em capítulos posteriores, pautada nos padrões de herança adotados pelo grupo, funcionou como elemento essencial no processo de fragmentação das propriedades.

Aliás, "propriedade" é utilizada de uma forma equívoca, pois, verdade, as terras das ilhas nas quais se localizava a comunidade eram de domínio da União; estando, assim, seus habitantes sob a condição jurídica de posseiros. Por esta posse, que era hereditária, assinavam um Termo de Arrendamento renovável a cada dez anos.

A comunidade viveu relativamente isolada das localidades situadas às margens do rio até aproximadamente os anos 40, quando a agricultura da região inicia processo de transformação com a introdução da irrigação. Este processo que, como veremos em capítulo adiante, começa com a instalação de rodas d'água, passa pelos motores à diesel até às eletro-bombas, vai atrair grandes contingentes de migrantes de outros municípios e, até, de outros estados. Este movimento migratório verificado no submédio, atingiu também a comunidade, que passa a receber parte desse contingente. O cultivo de produtos comercialmente valorizados proporcionou ao grupo maior contato com a cidade através da qual tinham acesso aos mecanismos de comercialização de sua produção. Junte-se essa realidade a aquisição de motores que, instalados em canoas e barcos, facilitaram em muito o transporte e, em consequência, o acesso mais frequente à cidade.

A irrigação introduziu a comunidade no cerne do processo de transformações por que passava a região. Embora vejamos, com mais detalhes, os resultados desse processo em outros capítulos, gostaria de chamar atenção para o seguinte fato: a superação da agricultura tradicional de vazante pela agricultura irrigada vai desviar o eixo em torno do qual se

estruturavam as relações de produção - a propriedade da terra - para a propriedade dos equipamentos necessários à irrigação. De forma que, até o momento de sua retirada da localidade, uma complexa configuração de relações mantidas nos processos produtivos era determinada basicamente pelo acesso à água em suas diversas formas. Como podemos observar no Quadro 9, em torno do elemento "acesso à terra", verificam-se basicamente apenas seis possibilidades: proprietário, arrendatário, comodatário, comodatário/ arrendatário, meeiro e meeiro/diarista. No entanto, esse leque de possibilidades se multiplica se associamos o acesso à terra às formas de acesso à água; uma rápida visão do referido Quadro 9 nos permite a visualização dessa realidade. No caso, só para termos uma idéia, apenas para a categoria "proprietário" (de terra), observamos sete situações diferentes ditadas pelo acesso à água.

Todos esses traços nos apontam para uma forma de organização social tipicamente camponesa. O seu perfil é composto por elementos encontrados em abundância na literatura referente às questões sobre campesinato. Otávio Guilherme Velho, por exemplo, no verbete "Sociedades Camponesas" do Dicionário de Ciências Sociais (ver bibliografia) traz um elenco destas características:

- . "residência rural";
- . "agricultura familiar praticada em pequenos pedaços de terra próprios, ou outras ocupações mais simples que proporcionam uma vida modesta ou de subsistência";
- . "família como a unidade social essencialmente importante";
- . "status social baixo";

- „interdependência econômica, em grau variado, com centros urbanos“;
- „cultura simples“;
- „apego à terra, à comunidade local e à tradição“ (VELHO, 1987).

QUADRO 9 - CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

TERRA	PROPRIETÁRIO											NÃO PROPRIETÁRIO											MEEIRO <sup>7</sup>	MEEIRO/ DIARISTA <sup>8</sup>	OUTROS <sup>9</sup>	INATIVO <sup>10</sup>	SEM INFOR- MAÇÃO <sup>11</sup>	TOTAL																
	IRRIGAÇÃO			MEEIRO			CHUVA	ARRENDATÁRIO (A)			COMODATÁRIO (B)			(A + B) <sup>6</sup>																														
ÁGUA	PRÓPRIA	ARREND.	CEDIDA	EM TERRA DE OUTROS <sup>1</sup> (A)		NA PRÓPRIA TERRA <sup>2</sup> (B)		(A + B)	PRÓPRIA	ARREND.	OUTRA <sup>3</sup>	PRÓPRIA	ARREND.	CEDIDA	OUTRA <sup>5</sup>	ARREND.	CEDIDA	MEEIRO <sup>7</sup>	MEEIRO/ DIARISTA <sup>8</sup>	OUTROS <sup>9</sup>	INATIVO <sup>10</sup>	SEM INFOR- MAÇÃO <sup>11</sup>	TOTAL																					
				N.	%	N.	%																N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%				
TOTAL	28	17,61	1	0,62	1	0,62	6	3,77	22	13,83	6	3,77	1	0,62	9	5,66	1	0,62	1	0,62	7	4,40	2	1,25	3	1,88	6	3,77	1	0,62	1	0,62	44	27,67	1	0,62	8	5,03	5	3,14	5	3,14	159	100

1. Proprietário de terra insuficiente, inagricultável ou não irrigada.
2. Não proprietário de equipamento de irrigação e/ou sem condições econômicas para custear a produção, arrenda a própria terra a algum proprietário de irrigação e torna-se seu meeiro.
3. Outras formas de acesso. Ex: Alguém que, proprietário de equipamento de irrigação, de acordo com o tipo de cultivo, acha mais vantajoso arrendar água de outro - caso comum entre proprietários de motor a diesel que, quando plantam arroz (plantio que exige um grande volume de água), arrendam água de proprietários de bombas elétricas.
4. Comum entre pais e filhos (jovens sem propriedade e parentes próximos).
5. Como, por exemplo, pagar apenas os gastos com a energia consumida própria na produção.
6. Além da terra em comodato, ampliava a produção através de arrendamentos.
7. Inclui muitos jovens, principalmente; podendo estes serem meeiros dos próprios pais ou parentes.
8. Meeiro que sistematicamente trabalha como diarista. A ocorrência refere-se a um meeiro que semanalmente dedica dois dias ao plantio do "patrão", como forma de adquirir o "dinheiro da feira" sem recorrer ao "fornecimento".
9. "Ajuda mútua", "sociedades", "ajuda" nas despesas, pagamentos de custos sem prévias estipulações de quantidade e dependendo do tipo de plantio ("dá o que quer" - geralmente entre pais e filhos - ou, meação na produção de cebola e "dá o que quer" ou "não dá nada" no plantio de feijão, por exemplo).
10. Principalmente velhos que já não produzem, vivendo sob os cuidados de parentes (podendo receber aposentadoria e/ou renda de terras quando proprietários).
11. Sem informação ou informação confusa ou incompleta; ou ainda famílias recém-formadas.

Este quadro nos remete a uma caracterização de sua economia como portadora de traços constituintes do que a literatura denomina de economia camponesa, ou como objetivação de um "processo de trabalho camponês" (SANTOS, 1984) que se caracterizaria por elementos como: acesso à terra; uso da força de trabalho familiar; produção em pequena escala (para subsistência e mercado); reprodução simples da produção, ou seja, processo de trabalho no qual "ocorre a simples repetição do processo de produção na mesma escala", onde no final de cada ciclo produtivo verifica-se a simples reposição dos meios de trabalho e da força de trabalho exigidos pelo mesmo volume produtivo (idem, 63 - 67).

Essa condição sócio-econômica camponesa da comunidade não pode ser encarada, no entanto, como uma situação estática. A dinamicidade da economia regional e local, inserida no universo econômico de um modelo capitalista de produção, atingiu também a comunidade, que se via envolvida em dilemas típicos a esses contextos de confronto entre lógicas econômicas diferentes, como veremos nos capítulos seguintes. A idéia de um "continuum" situado entre "tipos ideais" sugerido por HOBBSBAWN (1976) e trabalhada por Guilherme Velho aplicando-a à realidade rural brasileira nos ajuda a perceber melhor essa condição camponesa. VELHO aponta para a compreensão dos campesinatos atuais dentro de um quadro de diferentes "situações rurais" situadas num "continuum" entre dois "casos-limites", a saber, um máximo de "campesinidade" ("algo assim como o campesinato comunal de meados

do século XIX da Rússia Central" - HOBBSAWN, op. cit., p. 8) e um máximo de "proletarização" (1982: 40-47).

Não é o meu objetivo, traçar qualquer projeção no sentido de determinar o caminho e/ou o ponto de chegada da comunidade enquanto conjunto de famílias que sobrevivem de suas atividades agrícolas, mas, apenas, lhe apresentar o perfil que, até o momento de sua retirada, mantinha características sócio-econômicas camponesas. WANDERLEY, mesmo questionando a propugnada autonomia do camponês frente à produção capitalista, encarando-o como "trabalhador para o capital", encara-o como "um tipo de trabalhador diferente do assalariado", ou seja, trabalhador rural não proletarizado "que mantém uma base familiar de produção de sua subsistência" (1979: 52-57) (1).

Vale salientar que o termo comunidade vem sendo utilizado neste trabalho, no sentido de um agrupamento aonde, circunscrito num contexto social mais amplo, "predominam contactos primários" (expressão de Emílio Willens, apud. QUEIROZ, 1972: 61), consistindo numa "área da vida social assinalada por certo grau de coesão social", tendo como bases a "localidade" (ou território, geograficamente falando) e um "sentimento de comunidade" (MacIver/Page, 1973: 123).

Consistindo a agricultura na atividade principal do grupo, a pecuária adquire o caráter de atividade, não secundária, mas acessória àquela. Frequentemente referida como "poupança", o "criatório" (poucos bovinos e maior quantidade de animais de pequeno porte, como caprinos, suínos e aves) visava atender as famílias em momentos difíceis como perda de safras ou pagamento

de débitos, problemas de saúde ou viagens longas inesperadas, ou mesmo como "fundo cerimonial" (WOLF, 1976), entre outras necessidades e emergências. Os animais eram criados "na corda" para impedir o acesso aos plantios. A Ilha não é vista como local de pecuária, esta associa-se à idéia de "fazenda" - estabelecimento com essa finalidade prioritária: "é só pra criar", "fazenda é de criatório". No entanto esta atividade é apontada como essencial à agricultura. O Quadro 10 nos dá uma idéia do universo das atividades do grupo. Utilizo as categorias "ocupação principal" e "ocupação secundária", por assim constar na fonte consultada, mas, pelo exposto acima, fica claro a minha discordância quanto a essa classificação. Na verdade, a atividade pecuária desenvolve-se paralelamente à agricultura, e, mesmo não tendo o comércio como finalidade última, desempenha, como vimos, um papel essencialmente importante como fator de equilíbrio da economia grupal.

QUADRO 10 - NÚMERO DE FAMÍLIAS POR OCUPAÇÃO

OCUPAÇÃO PRINCIPAL				OCUPAÇÃO SECUNDARIA													
AGRICULTOR		SEM DECL.		SEM INFOR.		CRIADOR		CRIA./CARP		CRIA./BARQ		TRATORISTA		SEM DECL.		SEM INFOR.	
N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
262	196,3	-	-	10	3,6	163	159,9	2	10,73	1	10,36	1	10,36	95	134,9	10	3,6

FONTE: CHESF - Listagem de famílias cadastradas/che cadas (24/08/87).

## 1.2 Condição étnica: a identidade étnica

Tendo como princípio de coesão interna a posse da terra e uma história fortemente marcada pela condição étnica, verifica-se na comunidade estudada uma básica "solidariedade centrada no parentesco" (expressão de HENFREY, 1987: 52). Parentesco que, indo além dos laços sanguíneos, se estende às afinidades e "mecanismos simbólicos", como o compadrio. No ANEXO V (genealogia de alguns dos entrevistados), podemos visualizar melhor a extensão das relações de parentesco por consangüinidade, verificadas entre os membros da comunidade.

Portadora de características que a distingue de outros agrupamentos locais similares, a comunidade assume uma denominação que lhe é atribuída pela sociedade envolvente ("negos da ilha"), de forma a construir, a partir desta realidade relacional - que em alguns momentos toma feições de conflito - uma identidade própria de caráter étnico. Enquanto negros e moradores de um território bastante delimitado geográfica e simbolicamente, o nós grupal é definido e afirma-se em um processo de oposição aos "brancos" ou não-negros que residem fora do espaço grupal, como veremos no cap.4.

Por grupo étnico entendo uma população historicamente portadora de um legado de elementos simbólicos/significativos que a distingue como categoria de outras da mesma ordem. Distinção esta passando-se em dois planos dialeticamente relacionados, ou seja, a nível de identificação por parte de outros agrupamentos com os quais mantêm alguma forma de relacionamento e a nível de

auto-identificação - "auto-consciência (consciência de sua unidade e sua diferença de todos os demais agrupamentos similares) registrada na auto-denominação" (BRUK, 1985: 96). Sendo o caráter contrastivo, portanto, a própria essência da identidade étnica, na medida em que esta "implica a afirmação do nós diante dos outros" (OLIVEIRA, 1969: 6).

BARTH observa que os limites étnicos, para além dos limites territoriais ou características culturais, são eminentemente sociais e definem-se a partir das redes de relações mantidas pelos grupos. Segundo ele, "os grupos étnicos não estão fundados simples ou necessariamente na ocupação de territórios exclusivos"; nem tampouco traços culturais diferenciáveis objetivamente, pois o que se verifica é que "os traços que são levados em conta não são o somatório de diferenças 'objetivas', mas somente aqueles que os atores mesmos consideram significativos" e, no processo de construção da identidade apenas "alguns traços culturais são utilizados pelos atores como sinais e emblemas de diferença, outros são passados por alto, e em algumas relações, diferenças radicais são desdenhadas e negadas" (1976: 15-17).

Postos estes dados preliminares e parâmetros teóricos para a caracterização do grupo, tratar-se-á, a seguir, do universo de representações que têm como objeto os processos de construção da auto-imagem e, no capítulo seguinte, o enfrentamento das transformações verificadas na própria comunidade, a partir da introdução da irrigação na área.

## 2. HISTÓRIA E MEMÓRIA

Segundo a Enciclopédia dos Municípios do Interior de Pernambuco, publicada pela FIAM (1986), a origem de Belém do São Francisco remonta a uma "fazenda de Antônio de Sá Araújo e sua respectiva senzala", instalada aproximadamente em 1830, em território, na época, cabroboense.

Refere-se ainda à origem de seu nome. Este, provavelmente, seria "uma homenagem a N. Sra. de Belém, imagem venerada na igrejinha da antiga aldeia da ilha Araxá (hoje ilha da Missão)" - (op. cit., 123).

O local onde se estabeleceu a cidade de Belém e seus arredores, teria sido espaço de uma missão religiosa erguida no final de 1671 ou início de 1672 pelo Fr. Francisco Domphront, segundo REGNI em seu excelente e mais completo trabalho sobre as atividades dos capuchinhos na Bahia (op. cit., p. 213).

Este mesmo religioso juntamente com um confrade, teriam erguido também a missão na ilha do Axará (ou Araxá ou Acará), segundo FIAM/FIDEPE (1982: 20).

A "Informação Geral da Capitania de Pernambuco em 1749", nos dá notícia desta missão, situada na Freguesia de N. Sra. da Conceição de Rodelas:

"Aldeia de N. Sra. de Belém, situada na ilha de Acará, o missionário é capuchinho italiano, tem duas nações tapuias, porcás e brancararus".

Sobre esta missão sabemos, ainda, que, devido a conflitos entre os capuchinhos e o fazendeiro baiano Francisco

Dias d'Ávila, no final do século XVII, os jesuítas - os capuchinhos franceses, por problemas diplomáticos entre Portugal e França, já haviam sido afastados das missões no São Francisco - são expulsos das missões sanfranciscanas - inclusive, explicitamente, da aldeia da ilha do Axará (REGNI, op. cit., 126). E a Enciclopédia dos Municípios (FIAM, op. cit., 123) data o desabamento da igreja da ilha em 1792, por ocasião de grande cheia do rio.

Pois bem, a população, objeto desta pesquisa, habitava, até 1987/88 (quando foi retirada pela CHESF para a formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaparica), quatro ilhas, entre as quais a antiga ilha do Axará - hoje, da Missão.

Alguns desses elementos, relacionados com base na bibliografia citada, estão presentes na memória coletiva da comunidade. Durante o trabalho de campo, entrevistados mais jovens que "não lembram" destes, sabem, no entanto, remeter-nos a determinadas pessoas da comunidade - os "mais velhos" -, que fazem como que o papel de verdadeiros "mediadores, guardiões" (BARROS, 1989) da memória grupal.

Não pretendo fazer aqui qualquer paralelismo entre a história oficial e a memória coletiva do grupo, pois entendo que a memória coletiva, enquanto patrimônio de um dado grupo social localizado num tempo e espaço específicos, não se pretende universal ou objetiva. Pelo contrário, ela é factual e grupal, na medida em que relaciona-se diretamente com a experiência vivida do grupo que a conserva, reelabora, reconstrói, evocando e/ou esquecendo elementos, indo e vindo ao passado segundo

perspectivas históricas, sim, mas referenciadas pelo tempo vivenciado e atualizado por um grupo social concreto, encontrando-se, assim, em universo onde verdade e falsidade são juízos impertinentes (2).

Myriam Lins de Barros chama a atenção para o fato de que a história do pensamento ocidental tende para a análise da memória numa perspectiva enfaticamente individual. É a Escola de Sociologia francesa que, ao abordar a memória, resgatará o seu caráter social, principalmente nos trabalhos desenvolvidos por Maurice Halbwachs, para quem "cada memória individual é um ponto de vista da memória". Segundo BARROS, "Halbwachs não descarta a presença do indivíduo como relevante para o pensamento social. Segundo ele, apesar de o homem só poder ter memória de seu passado enquanto ser social, cada homem traz em si uma forma particular de inserção nos diversos meios em que atua. É nesse sentido que se pode entender que cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva" (1987: 75).

Retornando, pois, às entrevistas realizadas, observamos que as "histórias da ilha" contadas pelos "velhos" são sempre remetidas a narrações anteriores, de pais, bisavós, ou simplesmente dos "mais velhos"; e rememoradas ainda hoje pelas gerações atuais.

São expressões frequentes nas narrativas: "os mais velho falava"; "assim falava os mais velho. Eu alcancei os mais velho falava isso, desde o tempo d'eu menino que eles falava" (M.R.S.2., 78) (3); "agora, o velho meu pai é que contava"

(A.B.S., 73); "a finada minha mãe, já era a mãe dela que contava (S.R.S., 73).

Na referência a um tempo remoto, sem precisão cronológica, são comuns expressões do tipo: "no tempo do meu bisavô", "tempo dos antigo", "no tempo da ignorância", "tempo do atraso" - sendo estas duas últimas mais relacionadas com narrações que envolvem comparação de comportamentos e costumes.

Seguem algumas das narrativas históricas presentes na memória coletiva da comunidade.

"R - Os primeiros já foi no tempo do meu bisavô, que o primeiro que situou as ilha foi os índio.

P - Os índios?

R - Foi. Depois foi os branco que foram chegando e aí foram expulsando os índio, como lá na nossa ilha mesmo, lá, tinha lá uma casa que era uma casa dos índio, que já é lá em cima, /retificando/ lá em baixo, empareado com Belém". (A.B.S., 73)

"P - Ali naquelas ilhas, o senhor me falou que ali na Ilha da Missão... porque é que se chamava "Ilha da Missão"?

R - Lá, é porque antigamente era dos índio.

P - A Ilha da Missão?

R - Sim. Aí quando eles /os Capuchinhos/ descera...fazendo muitas igreja, aqui e acolá eles fazia uma, os Capuchinho. Eles fazia. Agora eles pegaram do Estado de Minas, descera e em cada uma ilha fazia uma. Lá quando fizeram, aí fizeram uma missão. Depois veio uma enchente de... eu não lembro em que ano foi que eles falavam, não sei se foi em mil novecentos e... e, não lembro, não. Aí veio uma enchente e derrubou. Aí ficaram tratando: a Ilha da Missão, Ilha da Missão. Mais antigo, ela chamava a Ilha do Axará.

P - Ilha do Axará?

R - Os antigo. Mas depois que fez a missão, aí chamavam Ilha da Missão". (P.P.S., 86)

Ocupavam, os índios, todas as ilhas daquela região do São Francisco. Estes foram "se acabando", "foram saindo" ou foram "expulsos", e encontram-se hoje na posse de duas ilhas apenas: a Ilha da Viúva, em Rodelas - BA, e a Ilha da Assunção ("Ilha da Vila", segundo um entrevistado) em Cobrobó - PE. (Uma entrevistada lembra inclusive que "os mais velho dizia que haveria de ter tempo que os índio inda ia tomar, os terreno que era deles" - E.M.E.S., 77).

A presença do índio na representação histórica do grupo é uma constante. No entanto, não há qualquer identificação do grupo com algum povo indígena. Pelo contrário, desde que chegaram "os primeiros" da comunidade que deixa-se evidenciado a ausência de índios na Ilha - quer seja através da vaga extinção ("se acabando"), da saída ou da expulsão, a que se referem. Por sua vez, índio é uma imagem que está relacionada a uma realidade que encarna valores, hoje, indesejados, como o "atraso"; por isso, negados. Há uma concepção de "índio" construída a partir de uma imagem ascensional ou evolutiva do processo histórico-social próprio da comunidade. Vejamos alguns depoimentos:

"...morava muitos índio ali /na ilha/. E naquela época era fechado de madeira, de pau, era. Agora hoje, não, lá está uma maravilha". (J.M.S., 67)

"...a Ilha da Missão, que é por causa que era dos índio! E aí era tudo aberto, sem ter progresso nenhum... Não tinha ninguém, era aí bruta e só, só índio". (M.R.S.2., 78)

"P - E quando ele /o primeiro "dono" das ilhas/ chegou, não tinha ninguém ali naquelas ilhas?

R - Não, não existia! tinha índio, só índio. Mas quando ele chegou os índio foram se afastando. Ali não tinha dono, o primeiro dono foi ele". (A.S.S.2., 68)

Em trabalho publicado em 1982 sobre o município de Belém do São Francisco, a FIAM/FIDEPE traz a seguinte informação:

"Na ilha do Araxá, depois denominada da Missão, o fundador encontrou uma população formada de negros refugiados, possivelmente reminiscência de quilombos que, fugindo à tirania dos senhores de engenho e dos capitães de escravos, buscavam no São Francisco, acima da Cachoeira de Paulo Afonso, glebas férteis onde pudessem prover sua subsistência" (op. cit., 20-21).

Como característica facilmente observada, o grupo é predominantemente negro em seus traços físicos (característica ainda mais marcante há algumas décadas atrás, quando o número de pessoas originárias de outros Municípios e de Estados diferentes, que nas Ilhas fixaram-se a partir da introdução da agricultura irrigada na região - como veremos mais adiante - era mais reduzido). A sociedade local identifica-os; o próprio grupo reconhece, ou não nega a característica.

"Na ilha, quando tinha(...) um cabelo mais frouxo, uma qualidadezinha mais acentuada, é porque veio de fora. (...) dali mesmo, daquele trecho, só tinha negro mesmo, negro... negro cada um pior do que outro(...). Agora já tem

muita braia [mistura](...), mas ali só tinha cabra daqueles cabelinho de pirão mesmo". (C.M.C.S.)

No entanto, a questão parece tabu, ou pelo menos não é espontaneamente levantada, ou abordada fluentemente no discurso dos entrevistados. Ela aparece, quase sempre, apenas quando solicitada, e vem de forma reticente e às vezes aparentemente contraditória. Quando, no entanto, são apresentadas situações concretas de relações entre o grupo e outros, uma realidade contrastiva entre um grupo negro e uma população envolvente não-negra se revela claramente, e o discurso flui mais facilmente com ares de conflitos e acusações mútuas (retornaremos à questão mais adiante).

Não encontramos na memória grupal qualquer referência a uma experiência, mesmo remota, de escravidão vivida, nem pela comunidade como um todo nem por algum de seus membros. Chegam a identificar locais sobre os quais tiveram notícias de relações escravistas, como Cana Brava - fazenda de propriedade de família tradicional de Belém, situada um pouco a baixo da sede municipal, da qual se originou a cidade (FERRAZ, 1966: 109)-, mas sempre de forma vaga; sabem que os escravos eram "maltratados" e os seus "donos" eram "brancos" - que são identificados sempre com "os ricos", "os grandes", como veremos adiante.

"...em Belém tinha. O povo branco sempre tinha. Mas não tocou isso pra nós não, nossa raça é diferente". (A.S.S.2., 68)

"Lá existia, em Belém, do lado da Bahia mesmo existia escravidão. Lá mesmo dentro das ilhas não chegou ao meu conhecimento, não. Agora os mais velho falava que do lado baiano tinha, do lado de Pernambuco tinha, Belém mesmo tinha, tinha escravo". (J.M.S., 67)

A idéia de escravidão parece ser uma coisa a ser esquecida enquanto prática ocorrida na região. A sua localização é remetida para fora das Ilhas, como vimos, e até para fora do município, ou abordada de forma um tanto incerta:

"... na cidade de Belém pra cima não tinha... se tinha alguma era pra Cabrobó pra cima, que lá era tudo de roça (...)... Cana Braba tinha, de Cana Braba pra baixo tinha muito, Itacuruba, Petrolândia - que antigamente era Jatobá -, em todos lugar que tinha fazenda, as fazenda era muito grande, os rico, aí tinha; quando dava pra cima, só tinha pobre - pobre não podia acolher aquele povo todinho, escravo, né?". (P.P.S., 86)

Sob insistência em aprofundar a questão, alguns entrevistados identificam entre moradores antigos da ilha três que possuíram escravos na própria Ilha:

"Lá da família do velho D., do F.J., do D. também possuíam, foi dos que possuíram também escravo, é, dessa descendência, da mais velha" (M.R.S.2., 78);

e um outro velho, M.S., "sabido na caneta", "chefiava escravo" - ele era do Pajeu e residia na Ilha do Caxauí, e "tinha esse povo" (notar a indiferença com que se refere: "esse povo").

Uma entrevistada lembra que o seu avô, que faleceu com 100 anos de idade, talvez soubesse de algo sobre a escravidão,

"mas não contava nada, não, nunca deixaram nada de concreto pra gente, não" (M., 41).

Fique claro que, mesmo trabalhando com a hipótese de existência de algum tipo de relação escravista na Ilha, os membros do grupo, em nenhum momento, aparecem como "descendência" de ex-escravos; sequer conheceram, apenas souberam pelos "mais velhos" que existiu, num passado remoto, "esse povo". E isso ocorre, mesmo não negando os próprios traços físicos, de características negras. Por trás dessa resistência, a nível de discurso, há a insistência em afirmar uma autonomia frente aos "grandes"/"brancos" da cidade e atribuir uma postura de subserviência aos habitantes da cidade em relação a esses "grandola"; um claro enfrentamento do preconceito e limites impostos aos membros do grupo pelo fato de serem quem são, "negros" - veremos isso mais adiante, como também o receio da "volta do cativoiro".

Unanimemente, todos os entrevistados que abordaram a origem da comunidade, referem-se a um "velho", F.J.M., que teria chegado à Ilha em data não precisa, vindo de uma localidade também incerta e com objetivos não conhecidos, num tempo que Belém não existia, ou seja, "esse povo de Belém morava em Cana Braba".

"É que essa geração de lá - eu mesmo num sei contar, não, mas tem muita gente que conta -, que era uma geração de um fulano, F.J., que tinha ...que era o velho. Esse terreno aí ele ia pagar no Rio". (S.R.S., 73)

"Foi o primeiro, foi quem sentou-se nesses terreno, era ele que era o dono. Ele morava aí na Ilha da Missão". (A.S.S.2., 68)

Teria vindo da Bahia. Era baiano de um "lugar acima de Sobradinho", ou português que "saiu descendo na margem do São Francisco" e "veio ficar lá nas ilha" (o seu sobrenome é Mendes, e esta família teria chegado ao Brasil em 1500 com Men de Sá, segundo um entrevistado, que fez associação entre os sons das palavras de maneira a deformar o nome segundo: "Mendes Sá").

"Dono" de onze ilhas, ia anualmente pagar a renda da terra em Salvador, segundo uns, ou no Rio de Janeiro, segundo outros. Destas ilhas, restaram como herança, que permaneceu até os dias atuais, apenas quatro ilhas e uma ilhota - há vários anos não habitada, nela localizando-se o cemitério da comunidade e algumas roças -, pois, que, as outras foram objeto de negócios nas gerações posteriores de herdeiros dos velhos, com exceção de uma, a Ilha Grande, que foi "tomada" pelos "home de Belém", os "grande".

"A Ilha Grande... os grande se apossaram da Ilha Grande, né?... Os rico, tomaram, se apossaram da Ilha Grande". (S.R.S., 73)

"Essa daí porque tomaram antes dele tirar os documento (...). Por causa da Ilha Grande foi que ele foi proveciliar /providenciar/ essas outra. Senão ele era sujeito a perder tudo, que eles tomavam mesmo! que eles era os maior, era os grande". (A.S.S.2., 68)

Mesmo nessa imprecisão de informações, possivelmente descartáveis para a historiografia oficial, podemos observar como a memória grupal conservou/construiu um "conflito", que dentre

outros, é latente na relação da comunidade com a "cidade", com famílias tradicionalmente dominantes do município.

"Aí teve um tempo que os canabrabêro, que é esses grande, os canabrabêro, que é dessa família aí do Belém, ali da Cana Braba... queriam tomar. Aí foram pra Salvador, quando chegaram lá voltaram de lá pra cá, e aí disseram: F.J. deu um nó que não tem quem desate". (M.R.S.2., 78) (4)

E oferece pistas para o entendimento do processo de construção de uma identidade grupal, de uma certa postura de auto-valorização, autonomia e orgulho grupal típicos de quem, sendo a parte mais "fraca", numa situação de confronto, vence a mais "forte".

Essa relação entre memória e identidade grupal, seus limites e dinamicidade, que acompanham o grupo em seu processo histórico de transformações, é abordada por BARROS que, a partir de Halbwachs, afirma:

"Ao estabelecer a ligação entre grupo e memória coletiva, Halbwachs acaba fixando um limite de vida para a memória, que é o limite de vida do próprio grupo, e aqui apresenta, mais uma vez, um caráter dinâmico: primeiro, de formação de uma identidade de grupo através da guarda de uma memória comum e, em segundo lugar, porque não elimina a idéia de transformação desse grupo" (1987: 76).

### 3. IDENTIDADES: SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO AO GRUPO

Os dados que disponho, me levaram a caracterizar o grupo a partir de dois elementos que, dialeticamente

relacionados, marcam seus contornos de grupo social, enquanto compesinato com especificidades próprias dentro do município onde se localiza. São estes os elementos: a fronteira étnica - que o distingue e conforma (possibilitando e/ou dificultando) suas relações com a sociedade envolvente - e a condição econômica. Volto a salientar que as questões étnica e econômica de forma alguma constituem, no caso, instâncias isoladas; ao contrário, verificamos entre ambas uma relação profunda de mútua determinação.

Outros indicadores compõem esse quadro de caracteres auto-distintivos do grupo, quais sejam: as relações de trabalho e redes de solidariedade, as práticas fúnebres, o gosto pela festa e o falar típico. Torno a insistir: o ponto de partida constitui-se de elementos encontrados nos discursos dos entrevistados e que convergem à construção da identidade grupal.

Embora, residindo em quatro ilhas diferentes, como já foi referido antes, o grupo considera-se "uma família só"; chegando, os mais velhos, a identificarem um antepassado comum como o "pai da geração das ilhas".

A rede de parentesco é extensa. "Quando uma geração quando começa, começa de irmão, filho, irmão e primo e vai longe, sobrinho e essas coisas" (M.R.S.2.). Neste sentido, para ficarmos em apenas um exemplo, há sob a categoria "primo": "primo" (de primeiro grau), "primo carnal", "primo segundo" e "primo terceiro".

São algumas das expressões utilizadas pelo grupo para se situarem a nível de parentesco: "era tudo uma família só",

"tudo uma geração só", "tudo uma irmandade só". Estes laços consangüíneos de parentesco se estendiam pelas quatro ilhas. (Como pudemos observar no quadro genealógico de alguns dos entrevistados em Anexo). (5)

Os casamentos preferenciais davam-se internamente, com algumas exceções - dentre estas, as mais comuns eram os efetuados com a população da margem baiana do rio, com a qual o grupo mantinha relações mais próximas, tanto pela aproximação geográfica quanto pelas afinidades vinculadas ao parentesco e às condições sociais semelhantes. Os casamentos entre membros do grupo e pessoas da cidade eram mais raros. E dentre as razões apontadas para tal, são destacadas duas como principais. A primeira refere-se a um mecanismo de reprodução do tipo de atividade exercida na comunidade, a agricultura. Ou seja, na seleção do cônjuge, há uma "preferência" por aquele que se adapte à condição sócio-econômica e cultural da vida na "roça". Essa possibilidade de "escolha" é verificada principalmente entre os homens, haja vista que, sobre as mulheres solteiras, ainda há um controle forte dos pais no que se refere às suas possíveis relações e casamento - esse controle ficava ainda mais patente se levamos em conta a distância e as condições de deslocamento das Ilhas para a cidade. Alguns entrevistados masculinos referem-se a essa situação, da seguinte forma:

"...eu gostava de casar com as moça lá das ilha mesmo, porque já tinha um trabalho. Da cidade vivia mais numa boa, casava com a gente quando chegava não queria trazer pra trabalhar. Assim eu cai fora". (J.B.A.)

"Eu tinha, toda vida fui invocado pra isso, não tinha invocação [vocação] de casar com dona de rua. Porque uma: umas mulher queria viver bonitinha, do bom e do melhor, calçar; e esse pessoal dessas ilha era um pessoal sofredor(...). Eu digo, casar com uma pessoa que me ajude, porque já não tem o futuro!" (V.M.L.A.).

O segundo argumento mais freqüente e contundente é a contrapartida do primeiro - que pode muito bem ser uma construção ideológica no sentido de auto-afirmação, diante de uma reação hostil por parte da população da "rua" -, e nos remete diretamente a duas questões da maior relevância para o grupo. O argumento refere-se ao elemento étnico (ser negro) como obstáculo para as relações e casamentos.

"Porque o povo da rua criticava muito o povo das ilhas, chamava "os nego das ilha". Tanto fazia branco como nego, chamavam "os nego das ilha". (A.B.S.)

"Já esse pessoal que mora nas terra firme, já fala é assim pros outros, pra quem mora na ilha, já trata: 'ilhéos', "os ilhéos", né? E, aí é difícil. (...) Não casava não, era meio difícil(...). 'Ah, os ilhéos, esses nego da ilha!' (...) Tanto fazia os da Bahia, os de Pernambuco, tudo diziam assim: 'os nego da ilha'". (M.R.S.1.)

Casamentos na própria família foram comuns entre as famílias "brancas" tradicionais do município, como de regra, em todo o Brasil, nos séculos passados. Numa entrevista realizada em 1988 com membro de uma destas famílias - descendente dos fundadores da cidade -, obtive o seguinte depoimento: "se casavam primos legítimos - só faltavam se casar irmãos. Primeiro, pela

dificuldade de brancos, depois, para preservar o patrimônio". O fato é percebido por moradores da cidade e associado à frequência significativa de membros da família identificados como portadores de deficiências mentais congênitas - "doidos".

Como ficou dito acima, esta situação nos sugere duas questões centrais no processo de caracterização e análise da auto-afirmação do grupo. A primeira, diz respeito a um certo segregamento real pelo qual passou o grupo na vida social da cidade e a um conjunto de representações onde se veiculam valores assumidos pelos grupos em confronto.

Quanto à segregação real, é sabido em Belém que, até há pouco tempo, "negros" não frequentavam certos ambientes convividos por "brancos". Dentre estes, era um fato a existência de dois clubes na cidade: o "chube dos brancos" e o "clube dos negros" ou "morenos". Não participavam, brancos e negros, das mesmas festas. Em entrevista realizada em 1989, uma trabalhadora rural da margem do rio, comentava-me de uma eleição ocorrida no município, onde um dos candidatos teria patrocinado um "baile" num dos "salões" da cidade, com a seguinte conclusão: "no dia da eleição - eles fazia uma eleição assim, pra os pobre... aí disse que fazia as festa que era pra os morenim vim dançarem. Os morenim dançaram, quando os morenim saía, disse-que, iam lavar que tava fedendo a nego".

Há relatos também de que na igreja, na matriz local, negros e brancos não sentavam-se nos mesmos bancos: "...os branco num sentavam junto o povo das ilha, não... tinha aqueles banco,

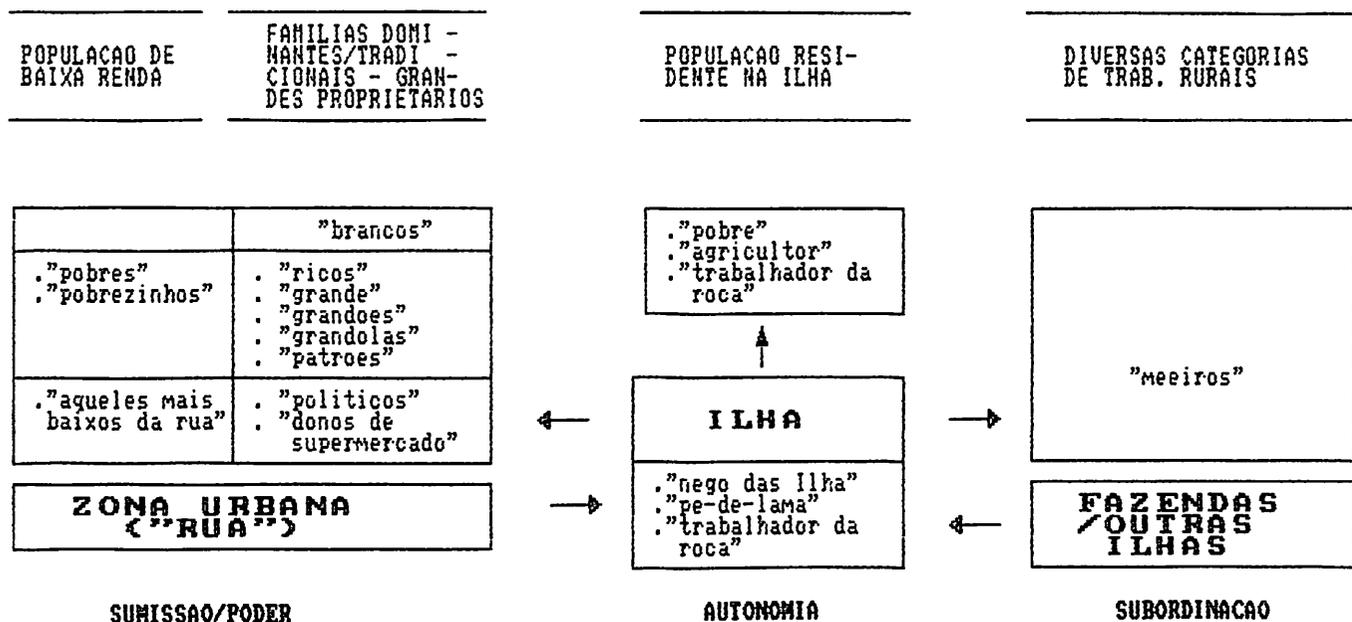
que aqui era só delas e pra cá era pra sentar os nego" (V.M.L.A.).

Num outro nível, essa hostilidade aflora num sentido mais ideológico de construção de valores que demarcam as fronteiras grupais e se expressam de uma forma toda especial a partir das acusações mútuas. Uma análise dessas acusações poderá nos revelar mais claramente a extensão dessas fronteiras delimitadoras do grupo e levantar questões para discussões mais adiante (6).

Aparentemente, a categoria utilizada pelos não-ilhéos, principalmente os cidadãos de Belém, para designar os membros da comunidade da Ilha - "negos da ilha" -, não passaria de uma referência sem maiores conseqüências a uma característica que, mais visível e imediatamente os identificaria, a saber os traços físicos e a sua localização no espaço geográfico do município. No entanto, as relações/experiências concretas, como vimos anteriormente, traz indícios que contrariam essa aparência. E, mais que estas relações observáveis, as reações do grupo, demonstrando como a designação "nego das ilha" é percebida, revelam que a categoria assume ares de acusação eivada de valores negativos.

Podemos identificar reações ou revides diferentes às acusações, quando dirigidos a grupos sociais diferentes (ver Esquema I). Assim é que, em relação aos segmentos dominantes da cidade são utilizados, por exemplo, termos irônicos como

**ESQUEMA I - RELACOES SOCIAIS - CATEGORIAS DE REFERENCIA**



"grandola"; de acordo com a situação, atribuídos defeitos morais, como "ambição" e "egoísmo", ou limitações intelectuais - "burrice". Vale observar que estes não são vistos apenas como "ricos", mas, enfaticamente, também como "brancos".

Já no referido episódio sobre a posse das ilhas, aparece o conflito entre o "velho", fundador da comunidade, e os "home" de Belém. Neste, o "velho", que possuía onze ilhas, perdeu uma que "os camarada roubaram do véio".

Nas narrações sobre questões ligadas à terra, envolvendo membros do grupo e os "grande" de Belém, é comum atribuir-se a estas ações ligadas a ambição e roubo, estratégias de má-fé para iludir o pequeno proprietário. Referindo-se a uma terra vendida pelo pai, um entrevistado expressa claramente sua visão que bem ilustra uma noção comum ao grupo:

"...aí depois eles venderam aos branco, os branco, que **todo branco é ambicioso**, quando vê um nego com qualquer coisinha ele quer sempre procurar meios de acolher!" (A.B.S.).

Comentando sobre um antigo professor da comunidade, já falecido, muito respeitado pelos seus conhecimentos, um entrevistado utiliza-se de uma ironia bastante significativa:

"É que a gente não podia se braiar [se misturar] com eles, que os bicho era rico, branco, né? nós, neguinho, pobre, não podia se braiar com eles... Tinha M.M., que é irmão dessa mulher aí, era professor lá, quem ensinava a toda aquela meninada era ele. **Eles lá no Belém era mei burro, não sabia de nada**, não sabia leitura nada, né? quando vinha qualquer negócio de Recife, aí mandavam

buscar ele aqui na ilha pra ir resolver os problema lá". (A.S.S.2.)

Embora quase imperceptível no plano individual, o conflito dominação/resistência é acentuado no âmbito das relações entre os dois grupos. Assim é que uma entrevistada refere-se ao espaço ocupado pela comunidade nessa relação:

"Ih, nego das ilha! Nego das ilha só tinha valor - como ainda hoje - quando é no tempo das eleições. Nego das ilha era pé-de-lama, pé-rachado, as nega sebosa das ilha (...) ainda queria as empregadinha, mas os nego das ilha nunca deu uma nega filha pra empregar! Davam não! Preferiam deixar morrer de fome; mas não davam, não". (C.M.C.S.)

Em se tratando dos segmentos sociais não dominantes do município, a reação às acusações revelam momentos de reafirmação da autonomia - mesmo que uma autonomia precária, enquanto relativa a outras situações de dominação, como veremos adiante.

Assim é que ouvi de entrevistados:

"Agora esse pessoal de Pernambuco e esse pessoal da Bahia, sempre eles tinha... sempre um julgamento melhor do que nós das ilha, né? Mas eles sempre procurando mesmo, procuravam mais nós das ilhas do que nós ia procurar eles". (A.S.S.2.)

[chamados de "negos das ilha", 'pé de lama"]  
 "... o pessoal das ilha era muito independente, mas eu acho que os das fazenda lá, não (...) os pé de lama não dava o braço a torcer, não! (...) Toda vida fomos independentes". (M)

Cita-se momentos como as secas, onde as ilhas eram procuradas como possibilidade de trabalho; e lembra-se o período em que Lampião andava na região ("tempo da revolta"), quando muitas famílias, temerosas, iam e passavam temporadas, refugiadas nas ilhas.

Há um depoimento que, apesar de longo, creio ser interessante, por ilustrar a extensão dos conflitos:

"Lá [em Belém], uma vez, um dia de sábado, eu ia passando, aí teve um colega - que tem pessoas que acha que... achavam bonito destratar os outro, né? Então eu ia me aproximando, aí me chamaram, olhe: 'enricou, esse nego da ilha!' Me chamou de nego da ilha. Eu digo: 'muito obrigado, colega, agora só que você tá aí sentado esperando uma dosinha [de bebida] que o nego da ilha lhe dê, né? Se quiser pedir uma dose pode pedir, agora...' 'Aí ele quiz levar o caso a sério. Eu digo: 'rapaz, é isso mesmo!' Que eles gosta muito de destratar, de qualidade (...). Que nem Frei B., o padre missionário que fazia umas missão lá, ele falou até sobre isso, negócio de qualidade. Agora ele mandava que fossem no cemitério e que mostrasse a camela do preto e mostrasse a do rico, a do branco.. E até os home de lá se recusaram, não iam à missão dele, não. Mas aí ele foi e disse: 'você lembrem que um dia vocês morrem'. Rapaz, mas quando ele saiu de lá, parece que foi um negócio que ele disse, e ali foi [morreram] logo uns dois, deles mesmo". (V.M.L.A.)

Com relação aos moradores da margem baiana, ouvi um comentário jocoso, onde o entrevistado comenta que revidavam à denominação de "nego das ilha" chamando-os de "corró de baixio" - corró é um peixe encontrado nas pedras do rio (parecendo alimentar-se destas) e a expressão faz alusão ao fato de viverem

os baianos em terras áridas e pedregosas, onde a agricultura é praticada precariamente ou mesmo impraticável em certos trechos, em contraste com as terras férteis das ilhas, nas quais "dá tudo".

A dialética do confronto, produzindo esse sentimento de auto-valorização, será ainda mais acentuada e acrescida de elementos novos, por ocasião de todo o processo de construção da Barragem de Itaparica e da ação da CHESF na comunidade (voltaremos ao assunto no capítulo seguinte).

Retomarei aqui uma outra questão já referida e que diz respeito à auto-identificação do grupo, a partir da leitura feita da própria realidade sócio-econômica.

Em nenhum momento verificamos entre os entrevistados o apelo à categoria "rico" para se auto-classificarem. Esta é associada à idéia de "branco" quase que invariavelmente, de forma a serem utilizadas ("rico" e "branco") uma pela outra sem qualquer alteração de sentido. Riqueza é uma esfera que não parece ser almejada expressamente pelos entrevistados, embora relacione-se com o prestígio social, com a vida urbana (o fato "morar na rua", não tem qualquer significação isoladamente), a vida "folgada".

Se auto-classificam de "pobres". No entanto, diferenciam-se tanto dos "pobres" residentes na cidade como dos habitantes da zona rural - que não são "ricos".

Como me referi acima, "morar na rua" nada significa a priori. A condição de quem reside na "rua" é ser "empregado", mas "emprego" só é positivo para quem possui "uma certa cultura", "o

emprego para quem não tem uma profissão, ele não vive bem, não" -- diz um entrevistado. Não há opção: ou se emprega em serviços subalternos e/ou mal remunerados, ou se permanece desempregado. Os dois casos são indesejados, na medida em que implicam em situações de privação ("privação" -- experiência abominada pela comunidade, como veremos no próximo capítulo).

A condição de agricultor não possibilita ao indivíduo uma boa condição de trabalho na "rua", pois que o bom "emprego" -- atividade especificamente urbana, visto que a referência unânime à atividade produtiva no campo faz-se pela categoria "trabalho" ou "serviço", -- exige "certa cultura", não possuída pelo agricultor, e "uma profissão" -- agricultura não é vista como tal. A "rua" não permite também a fixação de residência num espaço urbano razoável da cidade: seu destino é a periferia. Neste sentido torna-se compreensível a seguinte observação de uma entrevistada:

"O pessoal das ilha não gostava das periferia da cidade, porque você sabe que das ilha tem que trabalhar de roça e da periferia trabalha de nada..." (M).

Alguns possuíam casas na cidade. Três eram as situações em que isso ocorria: necessidade de residência para filhos que frequentassem escolas em Belém, onde passariam a semana; aplicação de dinheiro em imóvel com a finalidade de alugar a terceiros; mudança para ramo de atividade que exigisse presença constante na cidade. Mas o fato é que "só dá certo morar quem tem com quê, uma renda, ou pelo menos uma venda..." (C.S.S.).

Todos esses casos são valorizados pela comunidade e nenhum deles implica em desvinculação necessária com a atividade agrícola na ilha. Mesmo na última situação, em todos os casos que conheci foram mantidos os vínculos com a agricultura nas ilhas ao menos através da administração de sua terra que passa a ser explorada por terceiros sob a forma de arrendamento ou meação.

Como os trabalhadores rurais residentes nas fazendas em terra firme da margem pernambucana, não mantinham nenhuma relação significativa. Estes são vistos especialmente sob a perspectiva da condição de trabalho, ou seja, são "os meeiros": sem terra própria, não originários da região (7) e subordinados aos "patrões". Sobre as fazendas paira uma atmosfera má de privação e dominação. Um entrevistado, referindo-se, por exemplo, ao processo de formação do S.T.R de Belém e seu trabalho de "conscientização" quanto ao problema da construção da barragem e do reassentamento, deixa clara essa condição de subordinados dos meeiros das fazendas e o controle exercido pelos proprietários sobre suas vidas:

"Olha, lá teve local, aquele pessoal da terra firme, lá teve local que o patrão fechava a porteira pra não entrar (...) não queria deixar que a pessoa participasse daquilo. Que ficasse trabalhando de meeiro. É como se diz, trabalhando direto pra eles. (...) No Pau Pajeu teve deles que botou cadeado na cancela pra que o pessoal do sindicato não entrasse, não participasse, não tá orientando o pessoal lá dentro. (...) Ali... ali é lugar de gente mau, pessoal que o pobre não pode vestir uma camisa porque eles não deixa. A não ser que tem algum que vá bajular e lavar os prato da casa deles, né?" (V.M.L.A.)

Embora identificando a meação, mesmo na prática interna do grupo, como "situação braba" onde a vida "não era muito boa mesmo" quando se encontrava "donos de molhação" mais "sabidos", distinguia-se essa relação da forma como era praticada nas fazendas, onde a exploração dispunha de mecanismos que tornava-a mais evidente e efetiva. Através do mecanismo do "fornecimento" - quantia semanal cedida pelo proprietário ao meeiro e destinada à feira semanal deste -, por exemplo, o proprietário eximia-se de dividir com o meeiro também as despesas do plantio. Sendo, desta forma, descontadas da parcela de 50% da produção cabida ao meeiro pelo "contrato" de meação, todas as despesas com insumos e eventuais contratações de mão-de-obra complementar, além do próprio montante dos "fornecimentos" acumulados durante o período que vai do plantio à colheita e comercialização dos produtos. (Numa situação de não "fornecimento", seriam divididas ao meio entre empregador e meeiro, as despesas do plantio).

BICALHO/HOEFLE observa que, nessa área do vale do São Francisco, "o tipo mais comum é a parceira com fornecimento" justamente "porque o patrão reconhece que os meeiros não têm recursos para esperar a colheita e receber sua parte" (op. cit., 89). Esse mecanismo, no entanto, raramente era encontrado na Ilha. Por dois motivos essencialmente: a maioria dispunha de terra que, mesmo não explorada comercialmente por falta de recursos de seu proprietário, era local de cultivo de plantios para a auto-subsistência da família, além de manter frequentemente culturas permanentes, como fruteiras; uma outra razão seria a aproximação e semelhança dos perfis sócio-

econômicos dos parceiros na relação de meação, de maneira que o empregador também não dispunha, ele próprio, de recursos suficientes para "fornecer" ao meeiro, e a este restava o apelo ao trabalho em troca de uma diária ("... as vez quando se aperreava, ia trabalhar, dar um dia de serviço, ganhar dinheiro, uma besteirinha já dava pra dar uma ajuda enquanto a roça saía" - M.R.S.1).

Sobre todos estes indicadores de distinção do grupo em relação a outros trabalhadores rurais de fazendas, no que se refere às relações de trabalho, o parentesco parecia exercer um papel preponderante enquanto base primária do acesso à terra e atenuante da exploração violenta nas relações de trabalho.

A estas questões relacionadas ao conflito étnico e à realidade sócio-econômica que, a nível de representação, são percebidas como elementos de coesão interna, enquanto geradores de uma identidade própria e sentimento de pertencimento ao grupo por parte de seus membros; a estes, junte-se as redes de solidariedade mantidas no trabalho e na vida social (festividades, casamentos), as práticas fúnebres e, até, um falar típico. Vejamos alguns depoimentos onde, mesmo que trabalhem com a hipótese de algum mecanismo de idealização das relações a nível dos discursos, podemos observar - e, é este o meu objetivo - que as narrações constroem-se quase sempre contrapondo às práticas do próprio grupo a prática ou reação de outros.

Após falarmos de formas de relações de trabalho, uma entrevistada afirma não existir na ilha o "trabalho de alugado" (diarista) permanente, como em outras localidades ("... mas, lá

na ilha mesmo não, não tinha trabalho de alugado, não"). No entanto, era comum a troca de "dia de serviço".

"Trocar dia de serviço. Mesmo que o serviço lá, sai tudo na mesma época, mais fácil de trocar, junta muita gente, né? pra trocar. Aí se junta aquele bocado de gente pra trabalhar na roça de um, sabe? E aí trabalha muita gente, termina logo, aí vai pra roça do outro. Era assim, é multirão, né?" (M.).

Essa ajuda mútua podia-se realizar, e vinha sendo mais comum nos últimos anos, entre duas famílias apenas - suprimindo a falta de recursos destas para a contratação de "trabalhador" (mão-de-obra "alugada") para complementar a familiar nos momentos de pique do plantio - ou entre homens e mulheres que não dispunham da mão-de-obra familiar - prática regulada pela divisão sexual do trabalho no grupo.

Eram conhecidas as festas realizadas na Ilha. A animação e a abundância da alimentação servida - valorizadamente carnes - atraía pessoas da "rua" e de outras localidades próximas, na Bahia ou Pernambuco.

"a gente sempre fez essas reunião assim de **problema de morte**, problema também de **festas de santo** e problemas também de **festas de casamento** - também eram muito bonitas também, casamento. Se ajudava uns aos outros também, se ajudava muito. Festa de casamento, aquelas pessoa que tinha, da família, tudo ajudava os outros, davam roupa, davam dinheiro, davam tudo, ajudavam aquela noiva, ajudava os pais daquela noiva, ajudava os pais daquele noivo, e faziam aquelas reunião, de canoa, de tudo o que precisava! (...) tinha vez que um pai de família, tinha o dia de um casamento, numa festa, ele juntava tanta bebida que ele

ficava até sem saber como, só os outros trazendo e dando (...) Era o passo que esses aí mais de fora nunca podiam fazer que nem nós lá na ilha, porque eles não tinha a união que tinha o pessoal lá da ilha pra fazer. O pessoal do Belém mesmo ficava muito louco quando a gente ia sepultar um... um defunto, de tanta gente, mesmo assim era um casamento também". (A.S.S.1.)

As práticas funerárias também apresentam uma conotação diferenciadora percebida pela própria comunidade. Após a morte não há qualquer preocupação em conservar o corpo do indivíduo próximo ao espaço social cotidiano, percebendo-se mesmo haver uma certa postura de deixar os mortos acomodados em seu mundo. Lembro-me ter presenciado, durante o enchimento do reservatório de Itaparica, a preocupação de outras comunidades - em Rodelas, na Bahia, por exemplo - com a transferência, do cemitério que seria inundado para um outro fora da cota do reservatório - dos restos mortais de seus membros. Na Ilha não houve essa preocupação, e o cemitério da comunidade, localizado numa ilhota dentro da cota do lago formado pela barragem, permaneceu intocado mesmo com a retirada de toda a população.

Por outro lado, toda a prática funeral, desde a indumentária do "defunto" ao seu enterro, era pensada no sentido de viabilizar a rápida decomposição do corpo, evitando-se assim a "tristeza" de uma possível identificação das pessoas ali enterradas pelo reencontro de seus restos mortais.

"... se acabou-se logo, a gente não via mais, né? (...) ficava somente aqueles ossos, mas... a pessoa não divulgava muito (...) o camarada enterra uma pessoa da gente, que a gente gosta muito e tal, e quando acabar,

quando vai... quando a gente vai cavar de novo ou então outro cava, né? e quando acabar encontra aquilo, aí já vem já joga aí à toa, né? (...) é uma tristeza. Então a gente queria que botasse logo na terra e se acabasse logo, nera?" (A.S.S.1.).

Com esse fim, utilizava-se materiais bastante perecíveis na confecção da roupa, calçados e caixão: tecido de algodão para a "mortalha", lâmina fina de couro ou mesmo tecido de algodão para as sandálias e tábuas de madeira de mandacaru para o caixão. Além disso, depositavam o caixão diretamente em sepulturas cavadas no chão. Aliás, foi a proibição desta prática por parte da administração pública local no cemitério da cidade (teria-se que "botar na gaveta", ou seja, em jazigos de alvenaria) que provocou uma "greve" durante um enterro e fez com que, a partir dali, resolvessem construir um cemitério próprio. E, tudo isso era percebido também como sinal diferenciador do grupo.

"As primeira vez, diz-que pegou a aparecer essa coisa, roupa de tergal, essas coisa que o chão não come, muitas vez, nós, lá, ignorava. Porque nós ia enterrar gente, nós quando chegava, quem tava lá fora diziam: 'que pessoal diferente!'" (A.S.S.1.).

Os "festejos" de santos são momentos marcantes na vida social. Estes são quase que invariavelmente resultado de promessas antigas feitas por familiares do grupo e que são mantidas pelas gerações atuais das mesmas famílias ("isso é promessa velha!", "é promessa dos antigo, dos mais velho"). Cada santo é comemorado por famílias diferentes. São realizadas as

novenas até o dia específico do santo, quando acontece a festa, com muita comida - carne e arroz, principalmente, para todos os presentes. O grau de importância do "festejo" relaciona-se diretamente à quantidade de alimentos oferecidos, o que confere um caráter festivo às cerimônias. Durante o ano, são comprados fogos de artifício, alimentos são estocados e animais adquiridos e cevados pelas famílias como "fundo cerimonial" (WOLF, 1976: 20). Dentre estes "festejos" os mais concorridos são os de Nossa Senhora da Saúde (em julho) e o de Senhora Santana (em agosto), ambos na Ilha da Missão - destes, talvez o primeiro atraía maior número de pessoas, inclusive membros da comunidade que residem fora da Ilha, em outra localidade do município ou mesmo n'outros Estados, como São Paulo.

A comunidade conta ainda com um grupo de dançadores da Dança de São Gonçalo, que é realizada em qualquer mês do ano como forma de pagamento de alguma promessa. Nesta também é oferecida alimentação aos presentes. (8)

Uma última questão que, identificando o grupo, dava-lhe um sentido de coesão, era o fato de residirem em ilhas. Estas, por si, delimitam um espaço que é geográfico e simbólico ao mesmo tempo. A Ilha, a nível de representação, não é Pernambuco nem Bahia, tendo a conotação de um espaço autônomo (9). Fala-se "do Pernambuco", "do baiano" a partir do estar ou voltar para "dentro da ilha"; e a noção de território se expressa pelas referências à memória grupal sobre a apropriação das terras no passado e à ilha enquanto espaço de produção, sobrevivência e reprodução sócio-cultural de uma "geração", de um "povo" (10).

#### 4. DIFERENCIAÇÕES: PROPRIEDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

Em seu trabalho sobre o povoado de Bom Jesus, no médio Mearim, no município de Lima Campos, Maranhão, SOARES (1981) lembra a visão unívoca e homogeneizadora que lhe sugeriam as primeiras impressões etnográficas. Percebeu, no entanto, com o desenrolar do trabalho de campo, que "o momento coletivista é uma face da realidade", e não a sua totalidade. Situação semelhante verificou-se durante a nossa pesquisa, quando, nos primeiros momentos saltava aos olhos a "visão" do grupo como um todo bastante homogêneo.

O primeiro contato que mantive com a realidade da comunidade, foi em uma reunião da FUNDAJ com o Pólo Sindical em junho/87, ainda na Petrolândia antiga. Na ocasião apresentávamos os objetivos da "avaliação" proposta pela Fundação e escutávamos sugestões ao trabalho e relatos do processo do reassentamento, feitos pelos dirigentes sindicais ali presentes. A propósito de uma descrição dos tipos de cultivo encontrados na área onde localizava-se o reservatório da barragem, feita por um dos acessores do Pólo, e que apontava a mandioca como plantio irrelevante, um dos diretores toma a palavra e rebate a colocação: o que dá por aqui [Petrolândia] é cebola, arroz, tomate, melão, melancia, etc.; nas comunidades de Belém pode faltar tomate, feijão, mas não pode faltar a mandioca para a farinha (que produzem para o consumo); vamos continuar plantando e exigir que a CHESF instale no Projeto de reassentamento casas-de-farinha. Essa intervenção pareceu-me significativa conquanto

nos fazia ouvir uma voz que, embora minoritária, insistia em mostrar-se (o referido diretor era da Ilha).

Outros contatos aconteceram, e em julho, do mesmo ano, estive pessoalmente na Ilha, por ocasião de um dos "festejos" do grupo. Ora, estes, como já me referi acima, eram momentos de catalização da vida social, onde as redes de solidariedade e o sentimento de pertencimento ao grupo canalizavam as atenções de quem os presenciava como observador. Outras reuniões se passaram, entrevistas foram feitas, d'outros "festejos" participei; e o aprofundamento do trabalho de campo foi-me revelando uma outra face da realidade. Passei a perceber que a realidade, na verdade, compunha-se não pela unilateralidade dos primeiros dados - que não foram abandonados, mas até aprofundados e reforçados -, mas, pela dialética da estrutura social da comunidade que se compõe de elementos de coesão e fragmentação, de homogeneização e diferenciação internas.

Esta diferenciação passa-se inicialmente pelo acesso à terra, deste para o campo da produção, e efetiva-se nas relações concretas de trabalho.

Até o momento da irrigação, a terra significava o principal meio de trabalho (no Cap. 5 trataremos do pós-irrigação). Isto porque o tipo de agricultura praticada tornava o elemento água acessível a todos. A agricultura de vazante dispunha diretamente da água do rio em suas vazões anuais (11) e os cultivos praticados "nos altos", ou seja, acima do leito do rio, da chuva. As propriedades, quase que em sua totalidade, pela própria disposição física das ilhas (estreitas e compridas, como

pode-se observar no mapa em ANEXO II, faziam pelo menos uma de suas fronteiras com o leito do rio - o que dava aos proprietários o acesso às suas águas.

A terra é vista como espaço de reprodução da vida - "em cima dela" se nasce e se vive - e "terreno pra trabalhar"; sendo assim, privilegiadamente local de trabalho, para um grupo que arranca a vida da atividade agrícola.

"...é do que a gente vive. É a coisa mais importante que eu acho, é o terreno pra trabalhar". (M.R.S.2.)

"É a mais preciosa para nós é a terra, porque dela nós nascemos e dela nós vivemos, em cima dela, é a terra (...) até mesmo o comerciante, esse se alimenta pelo produto da terra, não... num sendo, como é que ele se alimenta? É a terra. A terra chama-se mãe-terra, a mãe-terra. Nós podemos chamar a mãe-terra à terra". (A.B.S.)

A memória grupal, como vimos anteriormente, registra a Ilha como uma única posse que fragmentou-se sucessivamente. Como não disponho de fontes documentais que permitam traçar este processo, e não querendo discorrer com base na pura especulação fundada em dados bibliográficos - não é esse o objetivo -, ficarei com as informações obtidas diretamente das entrevistas ou destas inferidas. Destas, conclui-se que o processo de fragmentação originou casos de acumulação e casos de dispersão de propriedade. Ou seja, algumas famílias puderam conservar as suas terras e adquirir outras; enquanto entre outras famílias a

propriedade foi pulverizada entre os seus membros ou vendida a terceiros.

Neste processo os padrões de herança desempenham papel fundamental. Por este mecanismo, a propriedade foi mantida pela comunidade como um todo, mas, para cada família em particular, esta toma a forma de "tirinhas" (faixas estreitas de terra) - encontrando-se algumas famílias com extensões de terra insuficientes para uma exploração que atendesse a todas as necessidades do grupo doméstico.

## **Esquema II - Fragmentação, segundo fatores de acumulação e dispersão**

### **Acumulação**

- . alianças: casamentos internos
- . herança bilateral
- . composição familiar: pequeno número de membros
- . compra

### **Dispersão**

- . alianças: casamento fora do grupo
- . herança unilateral
- . composição familiar grande número de membros
- . venda

Estas famílias, entre às quais, se observa a conservação/concentração de terras, com o tempo, puderam "dar trabalho" a outras, nas vazantes, tanto da própria comunidade como de fora desta. Processo que foi possível até o surgimento da irrigação na região e, mais especificamente, até a construção da

barragem de Sobradinho. Com o surgimento da irrigação, os "alto", onde se praticavam plantios de chuva e criavam-se animais, vão ser ocupados, principalmente, por cebola e, posteriormente, também por arroz - ambos destinados ao mercado. Nos primeiros anos da expansão da irrigação no município, famílias da Ilha se dirigiram a fazendas de grandes proprietários para trabalharem como meeiros impulsionadas pela novidade e possibilidade de "ganhar dinheiro" com a cebola. Algumas destas conseguiram obter lucros e investi-los na aquisição de motores para irrigação ou na compra de animais que serviram de poupança para aquisição posterior de instrumentos de irrigação - aproveitando facilidades, oferecidas com o estabelecimento de financiamentos oficiais, ou comprando motores a diesel de segunda-mão, que foram postos à venda por proprietários que passaram a adquirir eletrobombas. O trabalho com a cebola é freqüentemente associado a um "jogo", em toda a área; entrar no "jogo" é sujeitar-se a ganhar ou perder. E quem, nos primeiros anos da irrigação, quando os custos de produção e infra-estrutura não eram tão elevados, conseguiu levar a melhor em alguma(s) partida(s), mesmo como meeiro, pôde adquirir os seus próprios meios de produção, necessários às novas práticas agrícolas (lembramos que o cultivo nas vazantes era periódico e foi impossibilitado na década de 70 com a construção de Sobradinho), e ascender socialmente dentro de uma perspectiva interna ao grupo - digo "perspectiva interna" porque jamais se pode comparar um bem sucedido produtor da Ilha com grandes proprietários/produtores das fazendas da área.

BICALHO/HOEFLE faz a seguinte observação sobre a mobilidade social na região:

"Encontram-se antigos meeiros e arrendatários que passaram a proprietários. Esta situação, entretanto, é, hoje em dia, menos freqüente do que foi em passado recente, nos primeiros anos da irrigação, quando o valor da terra e os insumos eram mais acessíveis" (op. cit., 91).

Esta observação, sem dúvida alguma, pode ser aplicada à Ilha onde, entre os entrevistados, encontramos a citação de casos de pessoas que chegaram de fora e membros da comunidade que "enricaram" nesse período.

"Às vez um sujeito lá de fora, vem mendigando, e coisa, e chega aí num instantinho mete a cara... e um pouco mais tava passando aqueles que era proprietário..." (J.D.S.).

"[Z] também era fraco, era branco, mas era fraco (...) trabalhava no motor dos outros (...) e hoje tá... tá rico".

"Esse C. mesmo tinha um [motor] na casa-de-farinha - ele tomou há pouco tempo, que ele era fraco, depois é que foi pegando os meio..."

Por outro lado, a expansão da exploração das terras da Ilha, possibilitada pela irrigação e pelo crescimento vegetativo de sua população - incrementado pela imigração atraída para o vale como um todo - provocou uma escassez de terras apontada pelos

entrevistados como responsável pela imigração de grande quantidade de membros do grupo, principalmente para São Paulo.

Percebe-se na Ilha dois tipos de imigração: a "caminhada" e a "retirada" (categorias deduzidas das expressões utilizadas pelos entrevistados: "andar", "caminhar", "sair" à procura de "serviço", e "se retirar", "ir embora", "se mandar" para algum lugar). A primeira vem de tempos remotos e caracteriza-se pela sazonalidade: caminhava-se "caçando refrigério", procurando "serviço", para "ganhar dinheiro". Esta "caminhada" coincidia com o período de rio cheio, quando ficava-se de "braço incruzado" e geralmente era empreendida pelos chefes de família e/ou jovens que deixavam suas famílias na Ilha e se dirigiam a locais onde poderiam encontrar trabalho. Entre os entrevistados encontramos quem "andou" para o Ceará, Bahia, Minas Gerais, Amazonas e São Paulo, ou mesmo para outros municípios de Pernambuco. Atividades como construção de estradas e açudes, extração de minérios ou látex de maniçoba, serviços na construção civil ou em embarcações de outras áreas do rio São Francisco, são descritos abundantemente pelos entrevistados. Entre as localidades mais procuradas, São Paulo aparece como a principal - de 75,8% dos entrevistados que obtive informação quanto à questão, 65,5% já estiveram neste Estado, sendo a mais antiga viagem, registrada nas entrevistas, em 1936. De caráter temporário, essas pessoas retornavam à Ilha tão logo iniciasse o período de vazão do rio ou apontassem indícios de inverno favorável à atividade agrícola. A "retirada" possuía um caráter mais definitivo e atingiu principalmente as gerações mais novas,

que viam em São Paulo - ou outro - uma solução para a falta de trabalho ou mudança da atividade agrícola para uma outra menos "pesada", "aprender uma profissão", encontrar um "emprego" - este, geralmente, no comércio ou indústria. Todos os entrevistados têm parentes muito próximos (irmãos, filhos ou netos) residindo em São Paulo. A "retirada" é quase sempre sem retorno programado.

A nível de representação, a "retirada" para São Paulo aparece nos discursos como mecanismo de controle da população, no sentido de assegurar as terras livres para as atividades produtivas da comunidade.

"...eles pegaram casando uns com os outros, com os outros, até de maneira que as ilha chegou ao ponto de não caber mais. Já foram embora muitos pra São Paulo..." (A.S.S.1).

"...também tem outra, e se esse povo não tem saído pra São Paulo, lá nas ilha não cabia mais não. Porque nossas ilha lá é pouca, se esse povo não se largam pra São Paulo, lá não cabia mais ninguém, nada! pra encher tudo de casa, trabalhar em que, aonde?" (A.S.S.2).

Nestas "arrancadas" que acabavam implicando na fixação de pessoas ou famílias em São Paulo, muitas vezes, punha-se à venda propriedades que eram adquiridas por parte de quem ainda não possuía terra ou viabilizava a acumulação por parte de quem já possuía.

Acrescente-se a esta questão apontada pelos entrevistados para a situação específica da ilha, o problema do tipo de agricultura instalado na região que, voltada para o

mercado regional e mesmo nacional, prioriza culturas que exigem significativo emprego de capital, o que impossibilita de todo a atividade agrícola do pequeno produtor ou fragiliza-o com a possibilidade de perda de safras e/ou ao expô-lo às oscilações de preços do mercado. Esta situação apontada por BICALHO/HOEFLE (op. cit., 90) "faz com que pequenos proprietários vendam sua terra a proprietários mais abastardos".

Apesar desta diferenciação, os entrevistados distinguem/apontam apenas duas categorias sob as quais são englobadas várias situações sócio-econômicas de pessoas e/ou famílias da comunidade: os "fortes" e os "fracos". (Ver Esquema III, a seguir).

#### ESQUEMA III - DIFERENCIAÇÕES INTERNAS

FORTE	FRACO
Proprietário e/ou arrendatário de terra;	Proprietário de terra; Não-proprietário de terras;
Irrigação própria - geralmente bomba elétrica;	Irrigação própria - geralmente motor a diesel; Não irrigação;
Recursos suficientes para manter a própria exploração e empregar outros;	Recursos suficientes para manter apenas a produção familiar; Inexistência de recursos que possibilitem aquisição de meios de produção;
"Patrão" ou "Dono de moilhação".	Meio de terra própria. Meiro ou "trabalhador" (diarista);
	"Dono da roça", ou "da moilhação".

Esta diferenciação é apreendida e justificada sob uma perspectiva de famílias ou pessoas que, naturalmente ou por esforço particular, "ajuntam" ou "seguram", "conservam" ou economizam ou têm "sorte", e outras que, ao contrário, "espalham", "gastam com vaidade".

"...ali, às vez, é o seguinte... porque tinha aqueles mais velho que tinha aqueles terreno, né? Aí já tinha aqueles filho - o senhor sabe, tem filho que ajunta, né? e tem outros que espalha. E aí os velho morre, ficam aquelas herança e vendem... O negócio mais foi por causa disso". (S.R.S.)

"Tanto faz ser mulher como homem, tudo dividido, tudo direitinho. Agora o senhor sabe que tem muitos que estraveia, não sabe? Perde. E tem outros que segura". (A.S.S.1)

"Eu acho que é coisa da sorte. Tem muitos aí que só num tá rico por causa da vaidade, né? Eu acredito que seja; uns, não, mas outros gostam". (J.D.S.)

"O mundo todo não é assim desse jeito? Uns pissói [possue], conserva o pouco, o pouco ele vai conservando, e outros, o pouco, diz: 'ah! não dá pra conservar...' - né? Aí vai feito: 'vamos beber cachaça, vamos jogar, vamos toda diversão' - aí é donde não pissói [possue], não é assim mesmo? Se o camarada não fizer uma economiazinha, não vai pra frente não, só volta é pra trás (...) olhe, as mãos da gente, os dedo não é igual, né? nós somos dez irmãos, né? um prospera pra ser gente, os outros nove não prospera - ou oito, ou cinco, né? num prospera (...) Por isso que uns têm mais, outros têm pouco e outros não têm nada. é. Acontece isso". (M.R.S.2)

Esses depoimentos são de proprietários de terra. Os não-proprietários não têm justificativas tão naturais para a diferenciação, mas deslocam a questão para o problema das relações de trabalho. Ou seja, a exploração experimentada nestas relações impossibilitam aos parceiros menores a aquisição dos seus meios próprios de produção. A referência aos empregadores se dá através de duas categorias "dono de molhação" - de uma forma geral e na descrição de alguma relação particular, pessoal - e

"patrão" - quando se trata de descrever uma relação conflituosa, onde não são identificados nominalmente os envolvidos (o termo é o mesmo utilizado também para os "branco", os "rico", os grandes proprietários de terras fora da Ilha).

Assim como a possibilidade de apropriação da própria produção - meios, processo e resultados - é a condição desejada, significando o "trabalhar por conta da gente"; a "diária" ou "dia de serviço" se encontra em seu lado oposto, como a pior das situações, praticada em condições de extrema necessidade, indejada até por "Satanás" segundo versos populares citados por um dos entrevistados (S.M.S.): "Quando tavam separando/os emprego e as artes/alugué ficou de parte/o povo zombando dele,/o Satanás espiando/com os olhos infeliz/Salta um artista e diz:/o trabalho de alugué/fica pra Lúçifer/Mas o diabo não quiz".

Desta forma, mesmo não havendo entre as famílias o distanciamento radical, em função da propriedade da terra, verificado entre "patrões" e "meeiros" de outras localidades da área, as relações de trabalho são avaliadas de forma a deixar entrever valorações positivas ou negativas atribuídas às condições de trabalho e vida próprias aos "fortes" e aos "fracos", conforme suas gradações.

## NOTAS

- (01) Vários outros autores têm tratado do lugar ocupado pela economia camponesa, sua inserção e resistências, nos quadros do modo de produção capitalista. Ver, por exemplo, MARTINS, 1981; MOURA, 1985; OLIVEIRA, 1991.
- (02) Sobre questões referentes à "memória coletiva", ver HALBWACHS, 1990; quanto à problemática da memória e da "tradição oral" e o seu lugar no contexto da pesquisa histórica, ver VANSINA, 1968.
- (03) Os entrevistados serão identificados pelas iniciais de seus nomes. Em casos de coincidência será acrescentado um número às iniciais. Quando pertinente, terão suas idades associadas às iniciais.
- (04) "Canabrabêro": de Cana Brava, fazenda, já referida anteriormente, de propriedade de família sob o patrocínio da qual teria-se originado a cidade de Belém do São Francisco (FIAM/ FIDEPE, op. cit.).
- (05) BANDEIRA, em trabalho sobre comunidade negra em Mato Grosso observa e registra situação semelhante: "a comunidade se identifica como formada de parentes" (1988: 139).
- (06) Sobre "sistemas de acusação", ver VELHO, 1987.
- (07) Em levantamento realizado em uma das fazendas da zona ribeirinha de Belém, com dezoito famílias de meeiros trabalhando na ocasião, dos doze que obtivemos informação quando à origem, onze eram de outros municípios - a maioria baianos e cearenses - e, apenas uma provinha de outra fazenda vizinha, onde o chefe da família havia nascido.

- (08) Sobre a Dança de São Gonçalo, ver CASCUDO, 1962; ARAÚJO, 1967; QUEIROZ, 1976.
- (09) A inclusão das ilhas dessa região do São Francisco à jurisdição de Pernambuco remonta à Colônia, quando estas foram doadas ao então donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho (SOBRINHO, 1929: IV).
- (10) Sobre o espaço como construção social e ideológica, ver BERGER/LUCKMAN, op. cit., e MORAES, 1988. A atribuição de funções simbólicas ao mundo físico, e seus "objetos", através da apropriação de seus elementos, realizada pelos sujeitos sociais - munidos de "esquemas de percepção e apreciação socialmente constituídos" -, é ressaltada ainda por BOURDIEU (1988).
- (11) Sobre o binômio vazante/alto ou ANDRADE, 1983 e 1986; BICALHO/HOEFLE, op. cit.

**CAPÍTULO QUINTO**

**AVALIANDO TRANSFORMAÇÕES,  
OU NAS PEGADAS DA "BESTA"**

## 1. A MOLHAÇÃO, OU DA BUSCA DO POSSÍVEL

A irrigação se expande na área do submédio São Francisco na década de 40, num processo que poderíamos dividir em três etapas: instalação de rodas d'água (1948 a 1953), uso de motores a diesel (1954 a 1965) e aparecimento das eletrobombas (a partir de 1965), segundo BICALHO/HOEFLE (op. cit.).

Seguindo os informantes, a agricultura irrigada passa a fazer parte definitivamente do universo da Ilha a partir da década de 60. Não que estivessem os ilhéos alheios ao processo de inovações que se instalava ao seu redor, pois que no início mesmo dos anos 50, alguns dos entrevistados mais velhos, já experimentavam o trabalho em lavouras irrigadas como meeiros de proprietários de outras localidades - tanto em ilhas (a Ilha Grande, a Ilha do Estado), como em fazendas de terra firme (Fazenda Cana Brava, por exemplo).

A roda d'água é apontada pelos entrevistados como coisa do passado. Permitiu a introdução da cebola e aumentou a produção, mas era limitada nas suas potencialidade técnicas. Além de sua fragilidade - não resistindo totalmente intacta às grandes cheias do rio -, fornecia água de forma insuficiente. Destas, restam a memória e algumas colunas semi-destruídas ao longo do rio, onde eram afixadas - até pelo menos 1988, ainda existia uma roda d'água funcionando em uma das muitas ilhas de Belém do São Francisco, a única em todo o município.

Os motores marcaram definitivamente a nova imagem da produção agrícola da região e, mesmo com a posterior introdução das eletrobombas, permaneceram em uso. Pela maior facilidade de aquisição, os motores continuaram sendo utilizados, apesar de seus altos gastos com manutenção, inviabilizando muitas vezes a obtenção de maiores lucros para o pequeno produtor - encontrei famílias que, apesar de possuírem motor, utilizavam-no de forma limitada: em épocas menos quentes, para o plantio de determinadas culturas, aproveitando apenas parte da mão-de-obra familiar, etc. Mesmo assim, ainda é utilizado e a sua propriedade é menos centralizada.

O uso da bomba (1) se expande proporcionalmente ao avanço da eletrificação rural na área durante a década de 60. A sua utilização possibilita maior produção, menos gastos com manutenção e absorção maior de mão-de-obra, embora os custos com aquisição e instalação faça com que a sua propriedade permaneça centralizada nas mãos de menos famílias.

No caso da Ilha, podemos ter uma idéia dessa situação, a partir do quadro abaixo, com dados de uma de suas localidades. Observe-se que, se de uma forma geral, os proprietários de apenas motores têm uma única unidade destes - com apenas uma exceção -, os "donos de bomba", todos, têm mais de uma. Isto nos permite circular por questões abordadas em capítulos anteriores, como acumulação de capital e diferenciação social interna do grupo. Ao lado do número de equipamentos de irrigação de propriedade de moradores dessa localidade (uma das quatro ilhas que compõem o território da comunidade), relacionaremos outros equipamentos

ligados à produção ou beneficiamento agrícola, também de propriedade destes moradores - alguns destes equipamentos, podendo estarem instalados em qualquer das quatro ilhas do grupo. O que nos dá uma idéia do status social dos "donos de bomba".

**QUADRO 11 - PROPRIEDADE DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**

PROPRI- ETÁRIO	EQUIPA- MENTO		IRRIGAÇÃO (UNID.)		TRATOR (UNID.)	DESPOPEIRA DE ARROZ (UNID.)	CASA-DE- FARINHA (UNID.)
	MOTOR	BOMBA					
A.P.S.	1						
F.P.C.	2	3				2	1
J.F.S.	1						
L.A.R.	1						
M.P.S.	1						
U.P.C.	2						
C.J.S.		3	2			1	1
J.B.C.		2					1
J.G.N.		2				1	1
Z.B.		2					1

A irrigação na Ilha vai redefinir a estrutura socio-econômica da comunidade. As posições sociais passam a ser definidas não mais pela propriedade da terra, mas pelo acesso à água (2). A terra, que até então assumia papel concretamente

significativo na manutenção/reprodução do grupo, a partir daí - embora assim ainda apareça fortemente a nível de representação -, parece assumir um carácter muito mais simbólico como elemento essencial de referência no processo de construção e delimitação da identidade grupal. Enquanto a terra, de certa forma, nivela e sua propriedade não significa necessariamente, na nova ordem, qualquer movimento no sentido vertical no processo de mobilidade social - visto ser viabilizada pela herança, em sua forma comum -; a água, ao contrário, diferencia e, a propriedade de equipamento que permita o seu acesso, marca um movimento, no mínimo, de abertura de espaço possível na direcção de uma ascensão económica e social - quando a aquisição, em si, já não encarna uma conquista nesse sentido. As pessoas enquadradas na categoria "forte", como vimos no capítulo anterior, são todas proprietárias de instrumentos de irrigação, podendo ser proprietários de terra ou arrendatários, ou seja, não proprietários.

A nível das relações de produção, essa priorização da água vai gerar uma grande variedade de possibilidades de combinações entre os elementos que a compõem, como pudemos ver em quadro do capítulo 1. Chegando a impor relações de parceria a proprietários de terra que tornam-se meeiros em suas próprias terras.

O discurso que avalia a irrigação praticada na Ilha tem como referente imediato o discurso sobre a agricultura desenvolvida nas vazantes do rio. Ambos aparecem de uma forma ambígua pontilhados de elementos negativos e positivos que sobressaem-se uns sobre os outros de acordo com o objeto em

questão, ou seja, para a vazante, apesar dos elementos positivos de sua prática, são enfatizados os negativos e, ao contrário, quando se trata da irrigação, os entrevistados, não obstante seus efeitos também avaliados como negativos, priorizam os positivos.

Vejamos alguns depoimentos sobre a situação proporcionada pela agricultura de vazante.

"Antes da molhação, o camarada plantava, era tudo dele.(...) Plantei muita mandioca de vazante, fiz muita farinha. Lá teve ano do cabra botar saco pra subir em riba pra poder arrumar os saco de farinha... encostava na telha, de farinha". (S.P.S.)

"...minha agricultura era algodão, arroz, feijão, milho, cana, mandioca e batata. Tinha tanta abóbora que se perdia aí". (A.B.S.)

"...as pessoa vivia trabalhando por sua conta..." (M).

"...os mais velho não trabalhavam nesse tempo, né? Os mais velho nesse tempo, não...não usava luxo, né? Eles... o luxo deles era só trabalhar só pra comer. Teve a farinha, o feijão, a batata, o arroz pra tá comendo, pronto". (A.S.S.2.)

Fala-se ainda como características desse período:

- . Inexistência de violência, "sossego" (um entrevistado lembra-se, por exemplo, da primeira desavença que resultou em um assassinato na Ilha);
- . maior disponibilidade de tempo para outras atividades (as referências mais recorrentes ao meses de rio cheio, após a

- colheita dos plantios da vazante, são: passar seis meses "brincando", "ficar de braço incruzado" ou "caçar serviço");
- fertilidade do solo, que parecia "que era uma coisa abençoada";
  - baixos custos de produção;
  - formas de parceria com mais vantagens para o trabalhador que para o proprietário da terra (como a "meia de três, um");
  - maior "união" entre as pessoas, que se ajudavam mais tanto no trabalho como na vida pessoal.

Por outro lado, os mesmos entrevistados relativizam esse quadro de "fartura" e, na medida em que comparam-no com as condições propiciadas pela irrigação, põem em relevo os seus aspectos negativos.

"...nessa época aí o cabra vivia mais nu! Só vivia mais nu, rapaz! Não faltava o cumê, mas vivia mais nu.(...) As coisa pra comer que o cabra tirava de um ano pra outro e guardava ali... mas o dinheiro era difícil". (J.B.A.)

"...só tirava dinheiro da cana, da rapadura e dos algodão". (A.S.S.1)

"...quando não tinha irrigação lá... o pessoal ia mais pra São Palulo..." (J.B.A.).

"Vidinha aperreada", "vida sacrificada", são algumas das expressões carregadas de negatividade presentes no discurso sobre as vazantes. E são ressaltadas outras características do período:

- sujeição às estiagens (secas);
- baixo poder aquisitivo, sobrevivendo-se com apenas o essencial;

- sensação de perda de tempo, quando trabalhava-se somente durante seis meses;
- escassez de trabalho;
- "caminhadas" à procura de "serviço", "mei de vida", "refrigério";
- dificuldades de comercialização da produção acompanhada de baixos preços, devido à abundância dos mesmos produtos colhidos numa mesma época.

Todas estas questões são abordadas já a partir da ótica de quem experimentou o trabalho com a irrigação. Daí, a freqüente polarização atraso/avanço, antigo/moderno, atraso/desenvolvimento, presente nos discursos.

Enquanto a expressão mais utilizada para referir-se ao tempo da agricultura tradicional de vazante é "tempo do atraso", a irrigação surge no universo simbólico do grupo fundada em categorias como "avanço", "progresso", "desenvolvimento", "moderno" e "movimento" (3).

"... as ilha se vieram desenvolver depois é dessa rede elétrica (...) O pessoal começaram a plantar mais, a produzir mais, ter mais um dinheirinho e quando um dinheirinho rende, a situação financeira também vai melhorando, né?" (A.A.S.).

"E aí o povo foram achando que o valor já tava no terreno do alto. Comprava um motorzinho, aí botava ali, aí chegava dois, três pra trabalhar, todo mundo queria trabalhar. Mas, a vida de lá era uma vida sacrificada, mas depois que descobriram, assim que começou a passar pelas rede, energia, aí clareou mais, né? Então, foi quando começou o desenvolvimento, foi aí. Aí

pronto. Agora essa região nossa supria quase todo o Estado (...) E quando a coisa começou a clarear, que o povo despertaram, aí melhorou 100%" (V.M.L.A.).

"... o povo começou a descobrir a vida do mundo como era..." (M.R.S.i.).

Dentre os aspectos positivos apontados para a irrigação, surgem:

- trabalho constante durante todo o ano;
- maior produção;
- facilidade de comercialização;
- possibilidade de "pegar no tostão" e adquirir bens de consumo;
- possibilidade de maior diversificação de plantios e
- ascensão social.

Vale observar que essa diversificação de culturas presente nos discursos, frequentemente não é verificada na prática, pois que a irrigação é introduzida na região ao lado de programas de incentivo a determinadas culturas, como a cebola por exemplo, destinadas exclusivamente ao mercado ou prioritariamente com esse fim. BICALHO/HOEFLE, a partir de dados do Ministério da Agricultura e IBGE, traça o quadro abaixo, através do qual podemos perceber o crescimento da produção de algumas culturas em detrimento do crescimento inexpressivo ou até negativo de outras.

**QUADRO 12** - CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO, ÁREA CULTIVADA E PRODUTIVIDADE, NO MUNICÍPIO DE CABROBÓ-PE EM 1970 (PERCENTUAL RELATIVO A DADOS DE 1948).

PRODUTO	PRODUÇÃO (%)	ÁREA (%)	PRODUTIVIDADE (%)
Cebola.....	84.486	8.875	817
Feijão.....	786	865	-7,8
Milho.....	1.149	836	37,1
Arroz.....	2.610	196,7	34,6
Mandioca.....	47,5	100	-26,1
Cana-de-açúcar....	-59,4	-10	-54,8
Algodão/caroço....	-67	-286	33,3
Batata doce.....	20,7		

Fonte: BICALHO/HOEFLE, op. cit., 81.

Quanto aos aspectos negativos, é interessante observar que, raramente, eles aparecem de forma explícita nos discursos. E, durante as entrevistas, mesmo quando foram questionadas as argumentações em favor da irrigação - como forma de provocação -, mesmo percebendo as próprias ambigüidades e até contradições, os entrevistados concluíam sempre priorizando as "vantagens" da irrigação. Os aspectos negativos que levantaremos, nem sempre referem-se a efeitos diretamente advindos da prática da irrigação na Ilha, estando alguns, vinculados a um contexto mais geral do processo de "modernização" da área e de sua economia como um todo; no entanto, todos eles aparecem tendo o surgimento da

irrigação como marco inicial - situação compreensível diante da noção de irrigação como fator de modernidade e desenvolvimento que tem o grupo.

"Depois dessas molhação foi que surgiu muita salina, (...) depois das molhação surgiu salina na vazante e no alto. Criou salina... Eu digo que foi, do adubo". (S.R.S.)

"Você sabe que a evolução também traz também coisas que dá prejuízo, às vez, né? (...) no início as coisa não eram tão cheias de química como hoje (...). Não se conhecia o sulfato. Hoje ele é o grande causador também de poluir as terras, deixa as terras tudo cheia de sal, né? (...) Uma coisa que a gente observa é que no início desse plantio de cebola, a gente só usava três tipos de veneno e combatia todos os insetos da roça, não tinha essa... essas história que tem hoje. E hoje você usa dez qualidade de veneno e não resolve o problema do inseto. (...) Eu acho que a tecnologia ela faz e depois descobre que não dá certo, né?" (A.A.S.)

"Antigamente o velho vivia até 115 anos, né? cento e poucos anos. Hoje o cabra com 40, quarenta e poucos anos, ele morre. Agora, por que? Eu acho que aquilo é através (...) daqueles veneno que larga na lavoura, né? Cebola mesmo, é um bicho que... ali come veneno!" (V.M.L.A.)

Enfim, estão também relacionadas ao advento da irrigação, as seguintes situações:

- . salinização do solo, devido à utilização de adubos, fertilizantes, herbicidas e inseticidas (4);
- . diminuição das estações de chuva;

- surgimento de novas combinações de parceria e mecanismos de exploração na meação - como o "fornecimento" e o "preço do dia" (5);
- aumento de preços de bens de consumo, de forma que, embora "defendendo bem" um "troquinho", não se adquiria o necessário para a manutenção desejada da família;
- e diminuição da expectativa de vida.

Das representações sobre as condições sócio-econômicas da Ilha após a introdução da irrigação - contraposta à situação representada como pertinente à experiência vivenciada na prática da agricultura de vazante - pudemos traçar o quadro que segue (ESQUEMA IV).

Como já me referi antes, o que há é uma avaliação relativa quanto à irrigação. No entanto, a sua importância e o seu papel são apontados, de uma forma geral, como positivos, mesmo que sejam relacionados, pelos próprios entrevistados ou percebidos nas entrelinhas, fatores negativos para o grupo - fatores estes, que vão do seu mau uso, a nível técnico, às conseqüências de sua inserção num modelo mais amplo de desenvolvimento priorizado para o vale.

A ambigüidade, também já referida, para alguns aspectos do discurso da irrigação, chega às vias da contradição em alguns momentos cruciais quando, por exemplo, a "modernização" é vista

## ESQUEMA IV

VAZANTE	IRRIGAÇÃO
(-)	(+)
a) "tempo do atraso" "vidinha aperreada", "apertada"	a) "desenvolvimento", "avanço"/ "clareou", "melhorou 100%"
b) ciclo produtivo = ciclos do rio e das estações (sujeição às condições climáticas)	b) produção contínua, todo o ano (controle da água)
c) escassez de trabalho	c) trabalho ininterrupto
d) cultivos de pouco valor comercial	d) produção direcionada ao mercado
e) desmonetarização	e) monetarização
f) baixo poder aquisitivo	f) aumento de poder aquisitivo
(+)	(-)
a) fertilidade da terra	a) solos "cansados", "salinizados"/dependência de produtos químicos
b) baixo custo de produção	b) elevação dos custos de produção
c) "união"/ajuda mútua	c) processo de trabalho individualizante/assala- riamentos
d) relações de parceria favo- ráveis ao agricultor ("de três, um")	d) relações favoráveis ao "dono da molhação", ao "patrão"/"fornecimento", "preço do dia"
e) "fatura" de produtos para subsistência	e) aumento do custo de vida
f) maior expectativa de vida	f) diminuição de expectativa de vida

como indício de "desenvolvimento" e esta categoria, encabeça um quadro de valorização da irrigação. Ora, aprofundando mais a discussão com alguns dos entrevistados, percebemos uma certa insegurança em estender esse "desenvolvimento", esse "grande resultado" a todos. O que vem corroborar com idéias discutidas no início deste trabalho quanto à política agrícola brasileira como um todo e ao programa de desenvolvimento para o vale do São Francisco - ambos idealizados nos moldes de um desenvolvimento capitalista que, ao invés de proporcionar ao menos o bem-estar das populações atingidas pelos seus programas, promovem ainda mais a desigualdade social e a acumulação (também desigual). Os depoimentos abaixo são, estranhamente, de dois entrevistados em cujos discursos a ideologia desenvolvimentista assume caráter quase ufanista.

"olhe, em 65 começou o BANDEPE em Belém, muito devagar. Quando o BANDEPE foi instalado em Belém do São Francisco, eu lembra que só **podia fazer empréstimo quem tinha nome de rico**. Eu mesmo fui fazer um cadastro e me enrolaram e nunca fiz a proposta..." (A.A.S.)

"... aí começou o desenvolvimento do pessoal, e aí começou, um botava pr'aqui, outro pr'acolé, mas **pra quem tinha os meio tudo bem, tinha facilidade**, né? Mas pra quem não tinha a coisa era meia... não era muito boa não..." (V.M.L.A.)

Parece-me que a chave dessa ambigüidade gira em torno do processo de monetarização ou capitalização da economia local. De todas as expressões utilizadas no discurso da irrigação, as

mais recorrentes são aquelas relacionadas com o lucro provindo da comercialização da produção. A ausência ou insignificância deste (lucro) no período anterior à agricultura irrigada é o principal fator da sua valorização negativa. Desenvolver-se significa exatamente "pegar em dinheiro". "Quando não tinha a molhação tinha mais fartura, mas quando começou a molhação desenvolveu mais, a gente pegava em dinheiro, né?" - diz a esposa de um entrevistado.

Minha observação, no entanto, é que a irrigação introduzindo a agricultura comercial abre a possibilidade, remete para o campo do possível um processo de capitalização, antes inviável; processo esse que, mesmo durante a expansão e fixação das novas tecnologias, já se tornava impraticável, permitindo um lucro que raramente ultrapassa o atendimento das necessidades básicas, domésticas e produtivas, das unidades familiares. As expectativas giram quase sempre em torno do cultivo da cebola. Como vimos em capítulo anterior, vários fatores contribuíram, no início do processo de expansão da irrigação e cultivo da cebola, no sentido de favorecer a criação dessa imagem promissora da atividade ceboleira e incentivá-la. Fatores como fertilidade de solos e baixos custos de produção, verificados anteriormente, que proporcionaram o "enriquecimento" de tantas pessoas, já não se verificam mais na região. Saturamento do solo, aumento dos custos de produção e concorrência da produção do Sul/Sudeste fazendo seu preço oscilar consideravelmente no mercado, são elementos que desmistificariam a imagem do cultivo da cebola, como atividade segura para o pequeno produtor.

Em publicação datada de 1988, o Banco do Nordeste do Brasil, confirma a cebola como principal cultura no submédio São Francisco, mas aponta para um decréscimo na sua produção: "A partir de 1962, porém, a participação desta região, que era de 72,3%, vem caindo anualmente, atingindo seus limites mínimos em 1966, com aproximadamente 35%" (BNB, 1968: 38). Relaciona, também, algumas causas para essa queda de produção, como a praga chamada "mal das sete voltas" e deficiências na estrutura de comercialização.

Os Relatórios Anuais do Mercado do Produtor de Belém do São Francisco (MEPRO/BSFCO) registram uma queda de produção da cebola de 17,3% em 1984, em relação à produção do ano anterior. Em 1985, essa produção cai na ordem de 60,5%, em relação ao ano anterior. E o relatório de 1986 observa: "a velha tradição ceboleira do Vale foi, mais uma vez relegada a 2º plano"; isto, devido a problemas de ordens técnica, climática e econômica relacionados com essa cultura. Continua o Relatório: "a rede oficial de crédito desenvolveu uma campanha de fomento à cultura do arroz a qual, detentora de preços mínimos, ainda isenta de pragas e moléstias na região e, com baixo custo de produção, sensibilizou a classe produtora da região, a ponto de se tornar o maior expoente agrícola de nossa região de influência" (baseia-se o técnico que elaborou o relatório não em dados oficiais, mas tem como testemunha da "quantidade de caminhões que deixaram as oito usinas de beneficiamento" instaladas na cidade de Belém).

Ao contrário de alguns pequenos produtores que já deixaram de cultivá-la, paira sobre a cebola uma atmosfera

sedutora que convida ao risco de tudo perder ou "desenvolver-se", "pegar em dinheiro" - como já aconteceu com outros - porque quando ela "sai toda boa" (sem nenhum problema com pragas) e "dá preço" é lucro certo. "Quando começou essas cebola todo mundo pegava em dinheiro, comprava suas coisa...". Os riscos todos, advindos de sua fragilidade própria e dos mecanismos do mercado, fizeram incorporar ao imaginário dessa atividade a idéia de "jogo" e suas corolárias "sorte" e "azar".

"Então com todo sacrifício, com toda despesa que existe, com todo o trabalho que tem a cebola, mas é a única que dá uma rendazinha, que você às vez pode comprar um... uma vaquinha, né? Pode comprar um transporte, né? é a cebola, porque antes da gente plantar a cebola ninguém nunca teve, como é quem diz, o prazer de pegar um dinheiro, pra comprar uma vaquinha, um transporte, ou um motor, um terreno; porque o feijão e o arroz é um lucro só mesmo pra manutenção da casa, comer, aquilo que sobra volta pra roça novamente e pronto. Então com toda despesa, com todo trabalho, a cebola é a única... é o único plantio que deixa algum resultado, porque quando ela resolve dar um prego, ela dá mesmo: a gente fica conversando só. Porque primeiro é um plantio que depende muito de custeio agrícola, e muitas vez a gente faz o custeio e ela resolve botar pra trás, né? Então aí o cobra dança: fica sujeito ao Banco, fica até sem sono. Mas também quando ela resolve tirar do prego, às vez uma safra tira o atraso de duas, três safras que você perdeu. Ela tem essa vantagem também, a cebola, né? Quando ela diz 'eu vou dá', ela dá mesmo. A cebola é um jogo exatamente. Mas como o homem do campo é um aventureiro, ele vive do jogo, então ele não pode deixar de jogar ela, né?" (A.A.S.).

Diante desse quadro, encaro as ambigüidades percebidas nos discursos analisados sobre a representação da irrigação para os entrevistados.

## 2. SOBRADINHO, OU DO MEDO COMO TÉCNICA PEDAGÓGICA

O discurso das transformações ocorridas na Ilha encontra na Barragem de Sobradinho um marco fundamental. O seu caráter negativo expressa-se de duas formas: enquanto elemento desestruturante das práticas tradicionais da agricultura de vazante e das atividades pesqueiras, e imagem trágica dos processos e resultados ligados à ação do Estado na construção de barragens.

Ora, ao lado da expansão do uso da irrigação que, priorizando os "alto", relega a um plano secundário as vazantes, acontece a construção da barragem de Sobradinho. Até então, mesmo ocupando um espaço cada vez mais não valorizado, as vazantes continuam a ser utilizadas para cultivos não comerciais, por famílias que não dispunham de instrumentos de irrigação. E, se a salinização passa a atingir as vazantes, devido à má utilização técnica da irrigação ("o sal descia nas vazantes"), o rio periodicamente, em suas cheias anuais, propiciava uma "lavagem" do sal deixando as vazantes prontas para o uso agrícola. A conclusão da barragem, na década de 70, controlando o volume e a vazão das águas do rio, vai impedir tanto a "lavagem" do sal acumulado nas vazantes, como a própria liberação destas áreas

fertilizadas pelo depósito de húmus e com a umidade necessária à agricultura.

"O rio agora, de um tempo desse pra cá, depois dessa barragem de Sobradinho, aí num teve mais ... num teve mais vazante de... quase de se plantar, não. A vazante ficou normal... Não teve mais vazante... agora o rio é tudo é cheio d'água".(S.R.S.)

"... porque nós não podia plantar mandioca e nem batata, porque o rio não enche! A água era irrigada lá pro... pra barragem, a barragem mandava o que queria mandar". (A.B.S.)

"Depois que Sobradinho foi construído, a cheia do rio mudou... aí ficava a cheia do rio controlada por Sobradinho". (J.B.A.)

A recorrência de categorias e expressões indicadoras de uma percepção fundada na noção de estabilidade social interna é freqüente nos discursos dos entrevistados; esta noção parece perder sua força, no entanto, à medida em que entram em cena tanto a irrigação como a construção da barragem de Sobradinho. Assim, a mudança no ciclo de vazão do rio - juntamente com o avanço da irrigação - vai implicar não apenas na transformação do ritmo produtivo do grupo, mas na própria apreensão do tempo, que tinha no ciclo ecológico - especialmente vinculado ao rio - os seus marcos (6). Tornando obsoleto um saber pragmático adquirido no convívio, observação e interpretação dos fenômenos naturais - saber antigo e atualizado através das várias gerações, como dizia um dos entrevistados: "todos nós sabia trabalhar porque nossos pais nos criaram lá trabalhando, e da mesma forma como nossos

pais nos criaram lá, nós também ia criar nossos filho, né?" Entre os depoimentos, um, apesar de longo, destaca esse conhecimento grupal, tornado ultrapassado com as inovações tecnológicas e intervenções no ritmo ecológico da região.

"... o homem do campo hoje está trabalhando diariamente, não está mais tendo tempo. Houve uma época que eu mesmo alcancei meu pai trabalhando nesse esquema: tinha os tempo determinado de fazer tudo, né? Como também você sabe, se a gente observar bem [palavra inaudível] porque esse pessoal mais velho... eu não sei se é na história que vem da Escritura - sempre diz que Jesus disse que é de vim um tempo que quando os homens quizesse saber mais do que ele, ele mudaria os tempo, né? Então a gente observando bem, a gente vê que parece que... que Deus também mudou o rumo das coisas. A trovoada que antigamente a gente tinha por certeza... o meu pai mesmo dizia: olhe, mês tal é mês de trovoada - e era trovoada! -, mês tal é o mês do inverno - e vinha o inverno. Quer dizer, os homens tinha experiência com os sinais. é Lua Cheia, Lua Nova, Mancha do Sul, a posição, o Cruzeiro do Sul, é Caminho de São Tiago, Chave de Sacrário, não-sei-o-quê... essas coisas os homens se baseavam por esses sinais e sabiam até o mês que o rio ia encher. Eu alcancei meu pai se baseando desta forma e nunca perdia. Parece mesmo que havia um contato com a natureza que era... tudo que ele dizia acontecia. Então, nessas época, os homens sabiam o tempo de se plantar, sabia até o tempo em que se podia tirar uma madeira e a abelha não penetrar na madeira. Mas, você sabe que hoje depois da grande tecnologia, depois que a ciência tomou conta do mundo, ninguém tá mais se regendo pelas coisa de Deus.(...) e o pessoal hoje não tão mais se regendo pelo tempo, mas tão à vontade, quer dizer, plantam uma planta, tira; pra não perder tempo, planta outra coisa logo também; se ele se saiu-se bem, ele quer plantar outra pra vê se aranja mais dinheiro, né?(...) hoje ninguém trabalha nem pelo tempo, o tempo é ter água na terra e a terra pronta pra se plantar". (A.A.S.)

Dentro ainda dessa perspectiva de desorganização das atividades tradicionais da comunidade, a construção de Sobradinho é apontada ainda como a responsável pela escassez de peixes no rio. Estes, "presos" pelo reservatório da barragem, tiveram sua circulação natural dificultada, diminuindo a sua quantidade no curso do rio à jusante da barragem e prejudicando a sua obtenção por parte das populações situadas na área. "Nessa época que não tinha barragem era uma barriga cheia lá".

A segunda questão que aparece nos discursos quando trata-se de Sobradinho, é de fundamental importância para a compreensão do quadro referencial construído pelo grupo com respeito à imagem da CHESF, na medida em que contribuiu, como parâmetro, para fundar e alimentar um espírito de enfrentamento e resistência na população, por ocasião de seu confronto com a empresa, que iria agora desalojá-la com a construção de mais uma barragem - Itaparica.

A imagem de Sobradinho guardada na memória, muito recente e viva, do grupo, não poderia ser acompanhada de outro adjetivo que não "trágico" ou "catastrófico". O fenômeno da "caminhada", a que já me referi, permitiu que várias pessoas da Ilha tivessem contato direto com Sobradinho. E, dentre os entrevistados desta pesquisa, por exemplo, três, pelo menos, chegaram até a trabalhar em sua construção. Estes, trouxeram para os que não conheceram pessoalmente a barragem, além de suas próprias experiências enquanto trabalhadores na obra, o que viram e ouviram dos trabalhadores rurais atingidos. Estes relatos, em nenhum momento apresentam possíveis aspectos positivos relativos

à barragem, caracterizando-se como discursos trágicos, com situações que vão de acidentes com operários durante a construção da obra, ao desespero e até "loucura" de atingidos pelas águas do reservatório, como passaremos a ver nos depoimentos que se seguem.

"... eu andei um bocado de tempo lá em Sobradinho. (...) Quando chegava lá na barragem, não encontrava mais eles [os 'colegas']. Não encontrava mais eles, que dizia que tinha morrido bastante debaixo do concreto. Aí esse cara que a gente via, eles nunca mais apareceram na cidade. Bastante morreu, morreu bastante. (...) Porque o serviço era feio, trabalho no concreto direto, né? Debaixo... risco de vida... não era fácil, não". (M.R.S.2.)

"Eu trabalhava num local muito perigoso, arriscado. Vi muito companheiro mesmo meu... teve um de Afogados da Ingazeira que, conterrâneo meu, caiu. (...) Ele tava segurando nos ferro, quando pegou [um guincho], tourou os dedo dele. Torou, ele se mandou lá pra baixo. Só conhecemo ele por causa do crachá". (V.M.L.A.)

"E aí começaram [a CHESF]: a uns pagava direito, a outros não pagava, outros ficava sofrendo e esse [refere-se a um atingido conhecido] perdeu até o juízo, ficou louco. (...) E aí muita gente ficou assim no meio do mundo, outros foram pra Lapa, muitos vieram aqui pro Salitre. E ficou assim, ficou aquele espatife. (...) Um sofrimento, é um sofrimento, ali dentro foi sofrimento. Muitos chegava, mandava fechar, muitos foram tirados de helicóptero (...). E foi assim, foi esse espatife todo. Eu conheci muito bem a luta lá, eu conheci bem, bem mesmo". (V.M.L.A.)

Essa imagem aterrorizante, associada à experiência de grandes enchentes provocadas por problemas técnicos na barragem

(7), vai, por um lado, amedrontar a população da Ilha e interferir na decisão de muitas famílias em aceitarem a idéia de "retirada" da área - diz um entrevistado, em consonância com muitos outros, que "a gente ficou muito amedrontado por causa daquele problema de Sobradinho, que eles contavam que teve gente que não queria sair, e para sair foi preciso sair de avião e as água tomando e acabando com tudo. (...) Eles falavam que essas águas vinha (...) " -, e por outro lado, enquanto realidade palpável do que poderiam vir a ser as conseqüências para si próprias da construção da barragem de Itaparica, serviu ao mesmo tempo para dirimir a insistência dos que ainda teimavam em não acreditar na possibilidade de se construir uma obra de alcance tão extenso e desastroso, como também de referência e reforço na decisão de se empreender e/ou engajar-se num processo de resistência e reivindicações frente às ações da CHESF.

"Eu só saí de lá porque era dentro daquele buraco, buraco [a ilha], né? Falava: 'ah, vai inudar tudo, aqui acaba, vai afundar'. (...) Tem é que desalojar mesmo, né? porque podia à noite, aí como tem essa barragem lá pra cima, ela desabar de lá prá cá (...), quando o dia amanhecesse tava a zero, afundado. (...) No começo a gente não acreditava não. Nem eu, nem nenhum. Dizia: ô, nunca que vem! Outros dizia assim: 'vem, porque lá um Sobradinho fizeram lá uma barragem assim, e eles vem pra cá!' E, aí foi quando depois eles estabeleceram". (M.R.S.2.)

V.M.L.A, após relatar sua experiência com Sobradinho nos termos em que transcrevemos seu depoimento acima, conclui que

"Aí nós despertemo por causa dessa daí, porque se nós não tem se despertado, nós tinha sofrido o mesmo que eles sofreram ali...";

e deixa evidenciar como o exemplo de Sobradinho contrariava a imagem de "boinha" apregoada pela CHESF no sentido de conquistar a credibilidade da população e, como esta contradição, percebida pela população, era utilizada como elemento no processo de enfrentamento cotidiano:

"quando eles [técnicos da CHESF] chegavam lá pra conversar com a gente, que a CHESF tinha tudo de bom, que lá em cima tinha reagido com o pessoal direito... Eu cheguei até a desmentir. Eu falei (...): 'você diz que ela é tão boinha, mas vamos lá em cima, você e quem quiser, vamos lá em cima pra eu lhe mostrar um louco que tem lá'".

Cabe ressaltar, finalmente, que o exemplo de Sobradinho aparece sob vários aspectos como referencial para Itaparica, seja na literatura acadêmica - ANDRADE, por exemplo, em 1982, questionava: "será que vai ser repetida a triste experiência de Sobradinho, em que a empresa estava consciente de que num sistema capitalista sua função é obter, por custos mais baixos, uma maior acumulação de capital, mesmo agindo com o maior desprezo em relação à população local?" (1983: 99) -; seja na pauta da memória do movimento dos atingidos por Itaparica como um todo - no seu depoimento na CPI das Enchentes, enquanto presidente da CONTAG, SILVA colocava que "os trabalhadores rurais dos municípios atingidos [por Itaparica], conhecedores dos problemas, dificuldades e sofrimentos pelos quais passaram e ainda estão

passando seus companheiros da região abrangida pela barragem de Sobradinho e outras, por suas entidades sindicais, iniciaram desde cedo, um trabalho de defesa de seus direitos e reivindicações..." (1981: 13), e, entre as conclusões de uma publicação do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, provavelmente de 1988, encontramos: "será que não aconteceria com nós, o mesmo que aconteceu com nossos companheiros atingidos pela Barragem de Sobradinho?" (S/d: 16).

### **3. ITAPARICA, OU DE COMO SE "RETIRAR" PARA TRÁS**

#### **3.1 A chegada da "besta"**

A instalação da barragem de Itaparica, iniciada na década de 70 (8), representa um novo e fundamental marco dentro do processo de transformações em curso nessa região do submédio São Francisco. Com a sua conclusão, em 1987, verificamos, num raio que extrapola inclusive a área de localização de seu reservatório, alterações das mais diversas ordens, que vão de deslocamento de grandes contingentes populacionais a inundação e reconstrução de cidades, redefinições de papéis e surgimento de novos atores sociais a reestruturação de redes de relações econômicas, acirramento de conflitos sócio-políticos e/ou criação de outros, etc. (9)

A partir de informações fornecidas pela bibliografia e pelo material coletado em campo, até pelo menos o início dos anos 80, a mobilização dos pequenos agricultores que seriam atingidos

pela barragem, centralizou-se nos municípios mais próximos da obra, como Petrolândia - PE e Glória - BA, que já eram afetados por esta, mesmo antes de sua conclusão (10). Nestes, a ação da CHESF se fazia mais direta e efetivamente em decorrência da localização da própria barragem, enquanto que nos outros municípios, de uma forma geral, as ações giravam em torno de levantamentos técnicos.

A nível da realidade social a ser trabalhada em função do reassentamento, para toda a região, o processo foi lento, e só após uma série de conflitos e de mobilizações empreendidas pelos trabalhadores rurais organizados através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e estes em torno do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, é que vão-se definindo mais concretamente diretrizes que norteariam o deslocamento e reassentamento dos atingidos. Para se ter uma idéia do descaso para com a situação e do desrespeito da CHESF para com os trabalhadores que seriam atingidos, até abril de 1980, sequer o mapa com a delimitação da cota do reservatório havia sido levado ao conhecimento dos interessados; e só em dezembro de 1986 - um ano antes da conclusão da construção da barragem -, após uma manifestação organizada pelos STRs dos municípios atingidos, quando ocuparam o canteiro de obras da barragem e paralisaram as atividades de sua construção durante seis dias, é que conseguiram da CHESF a assinatura de um Acordo definindo e tornando públicos um cronograma e as diretrizes básicas para o reassentamento da população rural atingida (11).

No início dos anos 70 corria notícias extra-oficiais da construção da barragem. Esta já em andamento e famílias insistiam em não acreditar na realidade da obra. No caso da Ilha, os depoimentos são numerosos nesse sentido. Parecia assumir ares de fantasia uma obra construída, há uma distância em que a maioria das pessoas sequer havia percorrido, viesse a atingi-los e provocá-los a uma "retirada" forçada.

"No começo a gente não acreditava, não. Nem eu, nem nenhum". (M.R.S.2)

"Nós pensava que parecia, aquilo parecia um sonho assim... Não acreditava muito naquilo, não. Parecia um sonho, uma coisa assim muito longe quando falavam naquilo". (A.S.S.1)

Algumas situações vão trazendo à realidade os descrentes. Como já me referi há pouco, Sobradinho assume nesse sentido o papel determinante como exemplo concreto do que poderia ser situado apenas no campo do possível. Por outro lado, os depoimentos são unânimes em ressaltar a importância do trabalho pastoral de um padre da Diocese de Floresta que, com frequência, visitava a comunidade. Nos discursos dos entrevistados não aparece a figura da Igreja, mas unicamente deste padre. O carinho e o respeito com que todos, sem exceção, deixam transparecer ao referirem-se ao trabalho do religioso dá-nos uma idéia da importância deste para a comunidade. E este apreço, parece-me, não deve ser creditado pura e simplesmente à forte religiosidade do grupo: os entrevistados são muito contundentes ao identificarem, mesmo dentro da Igreja, os seus aliados; e a

imagem do padre veiculada nos discursos não é apenas, nem principalmente, a de um celebrante de ritos - por sinal, bastante valorizados pelo grupo -, mas de quem lhes "abriu os olhos", "orientou" no sentido de se conscientizarem do que lhes estava por vir com a construção da barragem e de que precisavam se organizar para enfrentarem a nova realidade. A partir de seu trabalho as pessoas começaram a se orientar no sentido de criarem e associarem-se em um Sindicato.

"Aí o povo foi se orientando, frei A. caiu de dentro e aí... mandando que o pessoal se reunisse e se fizesse um sindicato. Então começemo, começemo daí a luta". (V.M.L.A)

"Faz muito tempo. A gente via falar nisso aí [da barragem], mas ninguém nem sabia pra onde ficava esse negócio. Adepois chegou... chegou o padre, pegou a chegar um padre lá vindo aí untá nós, visitar nós, aí pegou sempre a indicar algumas coisinha, indicando pra nós que vinha, ia entrar esse negócio. E então ele nos ensinando o modelo de fazer nós se ajuntar uns com os outros, fazer uma comunidade, umas reunião bem feita, pra combater o bicho. (...) e até quando o bicho chegou. Ele inventou... inventaram logo de fazer... tirar sindicato, entremo no sindicato... De 80 pra cá, a gente pegou a se enfrentar naquilo". (A.S.S.2.)

O padre trabalha na área até que "foi retirado daí pelos home de Belém" através de ameaças de morte e queixas feitas ao bispo. ARAÚJO refere-se ao seu afastamento da Diocese de Floresta como tendo ocorrido em 1981, quando o "bispo acusa-o de comunista" (op. cit., 176) (12).

O STR de Belém do São Francisco é fundado em 1980. E, a partir daí, inicia-se o processo de sua construção.

A sua atuação vai girar, como no caso dos outros STRs dos municípios atingidos por Itaparica, prioritariamente em torno do problema do reassentamento. Visto com certo descrédito, a entidade passa a aumentar o número de associados em 1987, ou seja, só após a conquista do reassentamento com a assinatura do "Acordo" pelo Governo Federal. As suas diretorias nesses anos de existência sempre contaram com trabalhadores da Ilha, como em 1987 quando dos sete diretores, quatro eram da comunidade, inclusive o presidente - que já o havia sido também em outras gestões. No quadro seguinte, podemos observar que o maior número de associações parece verificar-se sempre após alguma ação concreta de vulto dentro da história do movimento sindical da área, no sentido em que mobilizou-se grande número de trabalhadores e resultou em alguma conquista real - o que vem corroborar com a nossa observação de descrença que aos poucos vai sendo vencida. Uma outra situação pode ser visualizada: as localidades SA, CB, AR, PP, CR e MB são todas áreas de fazendas situadas às margem do rio; nestas, as associações vão se dar só a partir de 1983, diferentemente do que ocorreu na Ilha, onde o maior número de associados aparecem nos anos de fundação do sindicato - o que de certa forma confirma a observação, dos entrevistados, quanto à dificuldade de penetração da entidade nestas localidades, devido à dominação e controle exercidos pelos proprietários sobre os seus meeiros. O Quadro 13 foi elaborado a partir de dados colhidos nos arquivos do STR de Belém, em 05 de

novembro de 1988. Na ocasião, a entidade contava com 1207 associados.

QUADRO 13 - NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES NO STR - BELÉM DO SÃO FRANCISCO  
SEGUNDO LOCALIDADE E ANO DE ADMISSÃO

Localidade	ANO DE ADMISSÃO/N. DE ASSOCIADOS <sup>1</sup>										Total de assoc./locali- dade.
	1980 <sup>2</sup>	1981	1982 <sup>3</sup>	1983 <sup>4</sup>	1984	1985 <sup>5</sup>	1986	1987	1988		
ILHA	66	48	7	43	34	9	11	24	3		245
S.A.	-	-	-	2	1	-	-	7	-		10
C.B.	-	1	-	7	1	1	1	5	-		16
AR.	-	-	-	1	2	1	-	10	-		14
P.P.	-	-	-	25	10	6	14	18	1		74
CR.	-	-	-	2	1	-	-	10	-		13
M.B	-	-	-	-	-	2	1	6	-		9
Total de As- sociação/ano de admissão	66	49	7	80	49	19	27	80	4		381

Fonte: Arquivo de cadastro de associações do STR-Belém do São Francisco-1988.

1. Devido o extravio de algumas fichas de cadastro de associados, esses números não são perfeitamente exatos.
2. Criação do STR-Belém.  
Trabalhadores conquistam da CHESF o mapeamento da área a ser inundada pelo reservatório.
3. Trabalhadores rurais do município de Glória-BA, após mobilização conseguem um reassentamento provisório.
4. 5a. Concentração dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem, em Petrolândia (participam mais de cinco mil trabalhadores).
5. Ocupação do canteiro de obras da barragem, que resultou na assinatura de "Acordo" entre CHESF e trabalhadores.

Acordados do "sonho", com o passar do tempo, a perspectiva da "retirada", de serem "expulsos", começa a "desinquietar". Sem qualquer plano oficial de reassentamento para a população rural, ao contrário da maioria que engajou-se na luta de reivindicação do reassentamento ou simplesmente aguardaram o desenrolar dos acontecimentos, várias famílias da comunidade, retiraram-se à procura de espaço seguro para trabalharem. A descrença agora era não mais quanto à construção e inundação da área com a barragem, mas no que diz respeito ao reassentamento.

"Essa mudança, quando a gente soube dela, nós ficou muito agitado, ficou muito aperreado, mas depois a gente foi acalmando, acalmando, porque na realidade não tinha... não tinha jeito mesmo, né?" (A.S.S.1.).

A entrada da CHESF em cena, vai evocar antigas imagens de caráter mítico-religioso presentes no imaginário do grupo. Dentre estas, a do Diabo (o Cão) e a da Besta-fera são as mais recorrentes. Esta última, a Besta-fera, figura bíblica (Ap. 13), aparece nos discursos, principalmente dos entrevistados mais velhos, associada à imagem da CHESF. Um entrevistado (S.R.S. - entrevista realizada em 1987), relacionando sinais, lembra que "os mais véi falava" que haveria de chegar um tempo em que "vinha a Besta dando dinheiro... ela vinha dando aqueles dinheiro ao pessoal" - muitas vezes deixando o mesmo ao pé da porta de cada residência. E continua o entrevistado: "ainda não vi, nem quero ver, esse negócio de botar na porta", mas "assim como eles falava na Besta-fera, eu quero entender que eles tão assentando essa

CHESF... de fato, ela num vem semear na porta como o Livro indicava, né? Quem já viu o caba pegar em tanto dinheiro como agora, né?" (O dinheiro referido é uma alusão às indenizações pagas pela CHESF).

Um outro sinal da Besta é o carimbo, ou seja, no seu advento ela marcaria pessoas e coisas com o seu "ferro". Diz um entrevistado que "o carimbo da Besta-fera é 666... quem com ele for ferrado, de Deus está separado e anda com Lúcifer" (S.M.S.). Este sinal foi associado à etiquetagem dos móveis e outros utensílios domésticos, realizada pelos técnicos da CHESF, com o objetivo de facilitar a identificação de seus proprietários por ocasião das viagens de mudança para os projetos de reassentamento; a mesma relação foi feita quando da fixação de "brincos" numerados nas orelhas dos animais com a mesma finalidade.

O medo provocado por esta imagem é ressaltado pelos entrevistados.

"Não, mas não vou duvidar [que a CHESF seja a Besta-fera], porque o pessoal, hoje, todo mundo tem medo, ouviu falar na Besta-fera tem medo, uns têm medo. E pode ser... eu num sei nem também se ela não seja mesmo, né? Não vou duvidar, não!" (S.M.S.).

A ação perversa da empresa faz com que lhe sejam associados atributos ou feições relacionados com o Diabo, como um entrevistado que, ao descrever algumas situações da mudança e de Sobradinho, comenta: "ela [a CHESF] tem três cabelos do Cão, parece, né?".

Desse universo mítico-religioso não afloram categorias referenciais apenas para a apreensão de Itaparica. Outros fenômenos relacionados com transformações sociais e modernizações têm ou tiveram-nas como parâmetros. O surgimento da irrigação e eletrificação, o aparecimento de automóveis na área ou a criação do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador (FUNRURAL), são apreendidos de forma semelhante.

Durante o trabalho de campo, cheguei a conhecer pessoas que deixaram de receber pensões ou aposentadorias, na época em que surgiu o FUNRURAL no município, por desconfiar e temer a origem do dinheiro "fácil". Era o "dinheiro dos véi", que muitos não quiseram receber "porque era dinheiro da Besta-fera".

"Morreu velho aí, velho que nunca quis ele [o dinheiro a que passavam a ter direito pela aposentadoria]. O pessoal mais velho de outros tempo, que tinha medo, que esse dinheiro não era bom, que era isso, que era aquilo. (...) Porque os mais velho do outro tempo, os que alcançaram, vinham em jeito dizer que eles vinham com aquele dinheiro, jogando aí na porta, camaradinha não panhar, jogasse pro mato". (F.S.)

Outras situações novas para o grupo, são apresentadas como já previstas, em caráter quase profético, pelos "mais velho do outro tempo". Assim aconteceu, com relação às barragens no rio, por exemplo.

"Sobradinho pegou a esbrangir [espalhar] pra todo canto. Todo mundo achou bom, né? Pegaram a fazer, e hoje tá tudo... Porque os mais velho dizia, os mais velho do outro tempo, dizia que é de vim tempo que esse rio nosso

ia virar poço. Agora nós não sabia como era, mas hoje eles tava sabendo. Negócio poço é esse, né? eles cortando em riba, cortando em baixo (...) O poço é isso. Hoje em dia tá aí, tá cortado ali... ali em Sobradinho, cortado em Paulo Afonso, cortado em tudo canto e tá vendo mais". (F.S.)

A já referida escassez progressiva de peixes, iniciada com a introdução dos motores na irrigação e atingindo o seu ponto máximo com a construção de Sobradinho, também foi prevista pelos "mais velho", segundo o mesmo entrevistado.

"Acabou porque o peixe se afugentou, não descia, não. O peixe ficava todo pra cima, não descia pra baixo. (...) Mas o pessoal dizia, os mais velho do nosso tempo, dizia# meus filho, olha, o peixe vai estar todo lá em cima e ele só desce pra baixo se o camaradinha subir pra cima e sair descendo, rezando 'Maria-valei-me' pra o peixe descer". (F.S.)

A própria mudança com a barragem de Itaparica encontra a sua imagem no eco dessa voz dos "mais velho".

"Os mais velho é que dizia, que era de vim tempo de nós andar como andorinha. Tinha. Sair, andar assim, como andorinha. Justamente como nós tamo vendo: hoje aqui, amanhã acolá. Nós nunca alcancemo, nunca esperemo sair de nosso lugar pra hoje tá aqui - e nós não tamo?!". (F.S.)

Diz um entrevistado, sobre a reação de pessoas da comunidade, por ocasião da realização de serviços topográficos para a instalação de posteação elétrica na Ilha, gerada pela desconfiança da presença de "estranhos", que

"... então muita gente dizia: 'isso é coisa da Besta-fera', 'isso é coisa pra tomar as nossas terras', né? porque veio a topografia, nessa época era novidade, né? Aqueles homens... (...). Então a gente tinha até medo quando via aqueles homens estranhos lá nas ilhas". (A.A.S.)

Outro depoimento lembra que, quando apareceram as bombas para irrigação, "muita gente não quis, foram embora dizendo que era coisa da Besta-fera". E, o mesmo entrevistado, remonta a um antigo livro devocional, o "Livro da Missão Abreviada", onde constava que haveria de se "ver nessas ilha andar cavalo de fogo" e que "ia sair umas linha, feito telegrama, dando fogo". Segundo o entrevistado, as duas previsões já se concretizaram com o aparecimento de alguns automóveis, transportados para a Ilha, e as linhas "dando fogo", que nada mais são que a fiação do sistema de eletrificação.

Esta cosmovisão mística de caráter apocalíptico, teria também como fonte inspiradora, a doutrina propagada por missionários católicos que, desde o século VII, realizavam as chamadas "Santas Missões" ou "Missões Populares" (13) por todo o interior do Nordeste. Segundo HOORNAERT, "o século 17 foi o século por excelência das Santas Missões no sertão" (1990: 50). E René RIBEIRO, em trabalho sobre movimentos messiânicos, onde ressalta o "misticismo apocalíptico" como um dos elementos basilares para a sua compreensão, observa que "a pregação dos missionários pelo interior, especialmente durante as 'missões' também deve ser apontada como veículo e estímulo às crenças no Apocalipse"; e situa o "Livro" referido acima por entrevistado, a Missão Abreviada, como exemplo dessa pregação apocalíptica, na

medida em que recorre com frequência às figuras do "Anticristo" e seu "Profeta" (1982: 226 - 227). Este livro escrito por um padre oratoriano português, Manuel José Gonçalves Couto, no século XIX, e que tinha como objetivo "despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar os frutos das missões", foi muito divulgado no sertão do Nordeste, chegando a tornar-se, como diz OLIVEIRA (1985: 85), no "livro de catequese mais lido na região do século XIX" (14).

Todo esse discurso da Besta-fera está em consonância com observações feitas por pesquisadores sobre outros campesinatos em outras regiões do país. Otávio VELHO, por exemplo, em um artigo intitulado "O Cativo da Besta-Fera", procede a uma análise desta categoria onde registra a sua recorrência em associações à figura do Estado, à economia mercantil, aos bancos, ao dinheiro ou estrangeiros (1987: 7).

O medo de terem suas terras tomadas ou serem "ferrados" (marcados) com o sinal ("carimbo") da Besta associa-se, como vimos no caso concreto da comunidade pesquisada, a:

- a) inovações tecnológicas;
- b) recebimento de dinheiro que foge à lógica da transação comercial mais comum e experimentada pelo grupo (aposentadoria do FUNRURAL ou indenização de bens no processo de desapropriação realizado pela CHESF);
- c) presença de estranhos em atividades que possam ser relacionadas com demarcação de terras ou fixação de marcos.

Todas estas situações parecem nos remeter a uma imagem do Mal que vem de fora, compreensível dentro de um contexto que Otávio Velho chama de "desconfiança ontológica" (op. cit., 16).

Outras categorias de referência à CHESF aparecem nos discursos. Estas parecem ter sido geradas no processo de relações da comunidade com a empresa e, ao contrário das figuras da Besta-fera ou do Cão, encontram-se despojadas do caráter mítico-religioso verificado naquelas. Enquanto a imagem da Besta parece referir-se à personificação do Mal em si, em decorrência de sua presença na composição do quadro de uma concepção de existência ou visão de mundo - que é religiosa - partilhado pelo grupo; outras categorias são forjadas no embate concreto e reportam-se a características atribuídas à postura e atuação da empresa em seu trabalho e a contextos relacionados com possibilidades de reações diferentes por parte do grupo.

Assim, a atuação da empresa, utilizando-se de artifícios com o objetivo de "enganar", "iludir", "trair", passando uma imagem de "esperta" e "sabida", é associada a figuras de animais peçonhentos e ardilosos, como a **aranha** e a **cobra** - que espreitam a presa, até o momento certo para o bote fatal.

"Aí [a CHESF] engana a gente de qualquer jeito, lá vai a gente fica enganado. O senhor não vê... olhe, a CHESF faz é assim - o senhor conhece **aranha**?"

P - Aranha? Conheço aranha, aquele bicho!

R - É aquele bichinho que tece aquele fio. Ela é assim. A casa da gente é aqui, quando acabar ela vem bem pr'aqui - não pode pegar,

né? Aí vem pr'aqui [a narrativa do entrevistado é toda acompanhada de um gestual mímico relativo à ação descrita]. Quando acabar, ela vem pr'aqui assim, sai rodando, rodando... o freguês tá aí no meio... ela vai, vai - quando é pra pegar um bichinho -, quando chega aqui que dá o bote, o bichinho mete os pés... pr'onde vai mais?! Já tá cercado! que a redinha agarra, né?" (M.R.S.2).

É interessante notar, nesse depoimento, como as descrições da ação da empresa e do ritual de apresamento da aranha são fundidos em alguns momentos do processo narrativo. Este contexto relaciona-se diretamente com a desconfiança e a não credibilidade do grupo no que diz respeito à empresa. Promovidos e reforçados, estes sentimentos passam a exigir do grupo maiores cuidados e precauções ante qualquer movimento da CHESF, visto que, muitos se "abestalharam" ao acreditarem em suas "promessas" e caíram em seus ardis.

Por outro lado, as conquistas do movimento sindical contribuíram para a construção de uma outra imagem que não se confunde com a da invencível Besta-fera (diz o texto do Apocalipse em tom desafiador: "Quem é comparável à Besta e quem pode lutar contra ela?" - Ap. 13, 4b), nem com as espertas e traiçoeiras - e por isso perigosas - Aranha e Cobra. A imagem continua sendo de um animal, mas este já não tem o hábito ardiloso de pegar a presa sem que esta o veja e possa defender-se. Relacionadas à ferocidade, as imagens "Onça" ou "Bicho" são veiculadas no discurso do confronto. A empresa não é mais, nesse contexto, um animal difícil de ser vencido, por não se apresentar às vistas da presa. A luta travada pelo movimento sindical ao

insistir em procurar in locus e arrancar do esconderijo o animal peçonhento, transforma-o em animal que se expõe e com o qual pode-se travar combates e, organizados, vencer. Nesse sentido, diz um entrevistado após narrar o processo de conscientização do problema da barragem através do trabalho realizado pelo padre a que me referi antes:

"... se juntar uns com os outros, fazer umas comunidade, umas reunião bem feita, pra combater esse **bicho**. Isso aí isso ia entrar! Daí nos fomos trabalhando nisso e se ajuntando, né? e até quando o bicho chegou".  
(A.S.S.2.)

Em cordel escrito sobre a ocupação do canteiro de obras da barragem, em dezembro de 1986, por Fulgêncio Manoel da Silva, diretor do STR de Floresta na ocasião, em vários momentos, ao referir-se à CHESF, aparece a imagem da Onça - notar a significação dos verbos empregados.

"....."  
Lá mais tarde apareceu  
Um bocado de amostrado (...)  
Que só sabe aparecer  
Quando o **bicho está pegado**.  
....."  
Quando a **onça está pegada**  
Depois que a **bicha está presa**  
Todos quer dar uma paulada.  
....."  
Nessa altura tinha chegado  
Gente de todo lugar  
Daqueles que tinha medo  
De ir a **onça amarrar**  
Mas depois da **onça presa**  
Todo mundo foi pra lá.  
....."

Enfim, o esquema abaixo dá-nos uma visualização geral do quadro de elementos constitutivos - categorias e idéias afins

- da imagem da CHESF construída pelos entrevistados e expressa em seus discursos.

#### ESQUEMA V

Apreensão mítico-religiosa	Universo relacional cotidiano	Enfrentamento político
"Besta-fera"/"Cão"	"Aranha"/"Cobra"	"Onça"/"Bicho(a)"
. personificação do Mal	. capacidade de, sem apresentar-se à vista do inimigo/presa, preparar ardis e deixá-lo sem defesas no momento do ataque.	. ferocidade controlável
. mudanças irreversíveis nos ciclos ecológicos;	. engano/ilusão; . sedução com promessas de "vida nova", progresso; . utilização de mecanismos sutis com objetivo de pauperizar, fragilizar o adversário;	. intransigência; . uso da ameaça e violência física; . concessão de espaços secundários, reivindicados, como estratégia.
. destruição de estruturas tradicionais com a implementação de inovações no âmbito social ou dos sistemas produtivos/tecnológicos, ou a nível moral e de costumes;	. execução do projeto da "Besta".	
. expropriação de bens, principalmente terra;		
. anúncio do "cativeiro".		

Um outro aspecto a ser ressaltado, quanto à presença e atuação da CHESF, principalmente no contexto de enfrentamento político, é o surgimento de uma espécie de sentimento de cidadania. Canalizado pelo movimento sindical, e gerado mesmo, direta ou indiretamente, em seu seio, este sentimento faz aflorar numa população inicialmente descrente e impotente diante do

poderio da "Besta", a noção de "direitos", e passa a reivindicá-los. Esta noção, para a população pesquisada, baseia-se na consciência das perdas provocadas pela barragem, tanto a nível da expropriação efetiva das terras, como da desestruturação de redes de relações sociais e de produção, já estabelecidas, ou da inviabilização de acessos a recursos naturais e serviços locais. Neste processo, a compulsoriedade da "retirada" assume papel importante e avalisa a reivindicação dos "direitos", mesmo para aqueles que não tinham propriedades.

"Saí do meu lugar meu lugar, que... nascido e criado, para mudar assim... não saí satisfeito, não. Saí, porque eles me tiraram (...) negócio a pulso". (S.M.S.)

Um outro entrevistado, referindo-se à reclamação de técnicos da CHESF que se "aborrecem" diante das reivindicações dos reassentados no projeto, comenta:

"Quer dizer, além de tomar tudo que nós tinha, tomaram nossos terreno, nossas áreas, nós vivia era sossegado, nós nem tava incomodando eles... porque eles também acha que nós aborrece eles, mas porque nós aborrece eles? Porque nós luta por aquilo que nós tem direito..." (A.A.S.).

Ao fato de terem sido os "incomodados", aplica-se a regra de quem provocou o incômodo que assumira suas conseqüências. Ao mesmo tempo, alguns entrevistados constroem os "direitos" também sobre a compreensão de estarem de alguma forma contribuindo para o atendimento das necessidades energéticas do

país. Para tal, chegaram até a "deixar" seus bens, em prol da causa. Os "direitos", nesse caso, fundar-se-iam no reconhecimento do problema, por parte do Governo.

"Todos nós que viemos da margem do São Francisco, a gente contribuíu com essa obra, estamos contribuindo porque deixemo a nossa área pra que fosse inundada a respeito dessa obra de Itaparica que vai fornecer energia para o Brasil inteiro. Quer dizer, eu acho que se o governo raciocinasse mais um pouco nesse sentido, nós era até isento de pagar energia (...) quer dizer, nós tamo tirando o nosso sustento pra - como é que se diz - pra o crescimento do país (...). Tirando de nós mesmo pra ajudar, né? E eles não enxergam isso". (A.A.S.)

As categorias "desalojar" e "desabrigar", tão recorrentes no discurso dos entrevistados, expressando o sentimento de perda dos atingidos, apontam para uma dimensão mais ampla da questão. Alojjar e abrigar, seus apostos, denotam significações para além da esfera dos bens materiais. Estar alojado traz em si idéias de pouso, fixação, comodidade, agasalho; de forma semelhante, estar abrigado nos remete a estar-se resguardado de algum possível dano ou perigo, acolhido ou protegido. Assim, a representação das perdas e prejuízos não se limita à indicação da expropriação dos bens indenizáveis, apontam também para o esfacelamento de uma estrutura de relações, que proporcionava sentimentos de estabilidade e segurança, assegurando a reprodução das condições econômicas e culturais, necessárias à sobrevivência e manutenção da comunidade.

As regras do "Acordo" com os trabalhadores, assinado em 1986, pela CHESF, estabelecendo as diretrizes para a mudança e o

reassentamento, sob a denominação de "promessas", aparecem com muita frequência no discurso sobre os "direitos". Para os não-proprietários este elemento é fundamental, pois, torna dispensável a noção de permuta como justificativa para suas reivindicações.

A partir deste são definidos:

- a) conograma de reassentamento;
- b) critérios de reassentamento - inclusão dos não-proprietários atingidos entre os beneficiários;
- c) critérios para distribuição dos lotes rurais;
- d) remuneração de 2,5 salários mínimos para um dos membros de cada unidade familiar reassentada, "até a comercialização da primeira colheita";
- e) reajustes nos preços da tabela de indenizações "sempre que se fizer necessário"; entre outros (conferir "ACORDO...", 1986).

Em publicação de 1987 editada pela ACS/DIR/CHESF, lemos: "... a CHESF oferece a quem vai participar dos projetos:

- a) casa para morar com água e luz;
- b) terra (lote) para plantar e criar;
- c) cerca e desmatamento;
- d) sistema de irrigação...;
- e) energia elétrica para irrigação;
- f) orientação para o crédito agrícola;
- g) orientação técnica para plantar e vender"

Durante o processo de negociações entre a empresa e os trabalhadores, através de suas entidades de representação,

verificado a partir de 1987, essas diretrizes são detalhadas com vistas à operacionalização, outras são incluídas e critérios são redefinidos. Instalação de infraestrutura básica de transporte, abastecimento, acesso a educação, saúde etc., fazem parte dessa pauta. Todos estes elementos compõem o quadro das "promessas".

No entanto, para a comunidade, para quem a posse da terra tinha o caráter estruturante na construção e manutenção de sua identidade, como vimos anteriormente, a noção de "troca", de permuta, ou restituição do que foi expropriado, justifica, a priori, para além da legalidade do "Acordo", o estabelecimento e a reivindicação dos "direitos". O "Acordo" é importante enquanto reflete os "direitos" reivindicados e compromete política e moralmente a CHESF no seu cumprimento. As regras para a aplicação dos direitos, ao contrário, são frequentemente questionadas, na medida em que fogem à lógica interna ao grupo de percepção dos problemas.

Nesse contexto, compreendemos o depoimento de um entrevistado, ao narrar a sua luta para conseguir que uma tia recebesse a "verba de manutenção" (2,5 salários mínimos que, segundo os critérios definidos pela CHESF, não receberiam os inativos), quando, durante uma discussão com a assistente social da empresa que insistia em obedecer os critérios estabelecidos, teria argumentado com irritação:

"Direito [apenas] a casa, não. Ela tem direito a casa, tem direito a salário, tem direito a terra. Você tem que dá a ela terra, é casa e salário - casa, não, que nós já tamo. (...) Ela tinha casa dela, tinha minha

terra, ela tinha os pés de árvore, porque que ela não tem direito?!" (B.P.C.).

A preocupação, observada em campo, com a propriedade da terra (os lotes) no projeto e a sua legalização, demonstra a insegurança do grupo em torno do cumprimento dos "direitos" por parte da CHESF, como veremos adiante. O depoimento abaixo reflete claramente essa situação e reforça a idéia do caráter quase que natural ou moral atribuído aos "direitos" dentro do processo de expropriação, e não simplesmente adquiridos ou conquistados politicamente.

P - Os direitos que o senhor diz, é como?

R - Documento assinado do terreno, os terreno... nós ter o **documento do terreno** daqui [o lote no projeto]. Porque nós tem direito (...) Agora, que ninguém sabe quando eles não dar esses direitos à gente (...).

P - Mas porque o senhor acha que tem esses direitos?

R - **Porque eles nos jogaram de lá pra cá.** Eu acho que nós tem esse direito. (...) Eu tava lá em meu terreno... eu ainda tenho o documento dele aí, eu não joguei no mato porque pode precisar, o senhor sabe, a gente pode precisar. (...) Minha casa não tinha documento, porque casa lá dentro da ilha não... ninguém tinha documento dela, mas minha casa eles ficaram com ela, a casa eu dei pra receber outra. Como é que eu troco uma coisa mais o senhor e não tenho direito? Eu não posso perder os meus direitos, o senhor acha que eu posso perder os meus direitos? (...) O senhor tem um terreno: - 'ô, seu Severino, vamo trocar esse terreno com aquele meu acolá?' Eu digo: - 'home, dará certo?' - 'Dá, home, dá'. - 'Eu troco, eu troco!' Eu posso perder o meu terreno? Eu tenho direito ao meu terreno, o senhor ficou com o meu, eu fiquei com o seu. Não tenho nada mais lá com o caso, já lhe entreguei. (...) Por isso eu acho que eu tenho direito,

viu, seu Zé! Meus direito é assim. Eu quero, que eu tenho meus direito, se não fosse isso, eu não tinha direito, não". (S.M.S.)

Esse discurso nos remete a uma espécie de acordo paralelo ao "Acordo", politicamente conquistado pelo conjunto dos trabalhadores, através do movimento sindical. Acordo expresso pela representação da prática tradicional e comum da "troca", onde moral e honra são elementos indispensáveis no jogo. A evocação da "troca", significativa no universo cultural da área, é importante, tendo em vista que a argumentação política parece não se apresentar como força convincente o suficiente para fazer-se cumprir ou impedir o constante e flagrante descumprimento do "Acordo", oficial, por parte da CHESF.

Por fim, paralelamente à construção dos "direitos", e também vinculado à mobilização sindical, observamos um movimento em direção à constituição de uma identidade do grupo, enquanto "trabalhadores". "Direitos" e "trabalhador" são categorias que aparecem nos discursos frequentemente juntas. O entrevistado citado acima, por exemplo, conclui o seu discurso da seguinte forma: "eu vim pr'aqui como um trabalhador, como isso-e-aquilo-outra, mas que eu vim com os meus direito, eu quero meus direito - dá o de César o que é de César". E um outro entrevistado, descrevendo os conflitos ocorridos durante a "greve na barragem" (ocupação do canteiro de obras da barragem em 1986), ressalta todo o tempo o confronto com policiais. Neste contexto de enfrentamento, aflora a auto-denominação de "trabalhadores". A idéia de "trabalhador" parece trazer em si a noção de cidadania, de portador de direitos civis, de dignidade suficiente para

enfrentar e ser respeitado pelo poder constituído. A um "capitão" da Polícia Militar que os aborda na tentativa de retirá-los do acampamento, teria-se dito, segundo o entrevistado: "nós queremos, você telefona pra o Ministro das Minas e Energias pra vim nos dar nossos direitos". Sobre o enfrentamento com os policiais, diz:

"Aí enfrentou nós, metralhadora assim, aqui perto de nós assim... nós só ia assim e polícia ao redor de nós. Nós gritemo: 'o senhor, vocês metralha nós, mas nós vamos de pedra também - que tinha pedra pra danar lá na barragem -, nós lhe quebra na pedra aqui'. (...) ... aí eu digo: 'nós num somo bandido pra nós ir preso!'" (A.B.S.).

Aos operários da obra, não informados inicialmente do que se tratava e qual o objetivo daquela mobilização no canteiro, teriam explicado:

"Viemos receber nossos direitos... que lá vamos ser desalojados de nossa terra por causa dessa peste dessa barragem. Nós queremos os nossos direitos, pra nós sair como trabalhador, não como selvagem". (A.B.S.)

A conquista da assinatura do "Acordo" assegurando o reassentamento e abrindo para o movimento sindical canais de negociação, assegura o status de "trabalhador" para os pequenos agricultores atingidos.

Destacaria, finalmente, a utilização do mecanismo de oposição, típico do processo de construção de identidades sociais, no discurso do entrevistado. "Trabalhador" aparece em

contraposição a "bandido" e "selvagem" - categorias sociais marginais ou marginalizadas, a quem a sociedade nega ou suspende ou atribui-lhes apenas parcialmente determinados direitos.

### 3.2 A volta do cativo

A literatura sobre camponeses no Brasil, com frequência registra, nos mais diversos contextos, referências à condição de "cativo", ao "cativo" e à "volta do cativo". Trabalhos importantes sobre campesinatos, como VELHO, 1981; MUSUMECI, 1988; SOARES, 1981; GARCIA JR., 1983 e SIGAUD, 1979, são exemplos dessa produção. VELHO, em artigo onde analisa o significado das categorias "cativo" e "besta-fera", observa que "ambas as expressões são extremamente plásticas, servindo para caracterizar situações as mais diversas, desde os contextos sócio-políticos mais amplos, até circunstâncias do cotidiano"; e acrescenta que embora o "cativo" esteja "referido à escravidão histórica havida no Brasil... para os informantes é também mais do que isso, já que existe a crença na volta do cativo. Ou seja, aquele cativo histórico poderá voltar, por ação da Besta-Fera..." (1987: 6).

Assim, são encontradas referências ao "cativo" nas áreas tradicionais da plantação de cana-de-açúcar do Nordeste ou nas frentes de expansão da Amazônia, relacionadas com transformações nas relações de trabalho ou com situações de conflito geradas por ações do Estado, "capitalistas", grileiros, etc.

GARCIA JR, em seu trabalho sobre pequenos produtores no Agreste de Pernambuco, mostra como estes percebem a condição de "morada", dos trabalhadores dos engenhos na Zona da Mata, como "cativeiro": "é interessante observar que o pequeno proprietário reserva para o morador da área da cana a designação de **cativo**. A subordinação, do morador ao patrão na área da cana é pensada em termos de **cativeiro**, enquanto fora da área da cana fala-se de **sujeição e obrigação**. (...) O **cativeiro** representa, assim, uma das formas da **morada** em que são acentuados os traços de dependência do morador à vontade do patrão" (op. cit., 73).

Num mesmo movimento de continuidade histórica, a categoria "cativeiro" aparece entre os trabalhadores da cana-de-açúcar da Zona da Mata pernambucana, estudados por SIGAUD, sob perspectivas diferentes na medida em que, mudadas as condições sociais, mudam-se também os referentes da categoria. Assim, num primeiro momento, "marcado pelos mecanismos de expulsão a que foi submetido para deixar o engenho e tendo descoberto a 'liberdade' de morar na rua, o trabalhador, seja ele **clandestino** ou não, pensa a vida no engenho tal como a deixou sob a forma de um **cativeiro**." O "cativeiro" fundamenta-se na "morada", que estabelece as suas condições, na medida em que submete o trabalhador ao trabalho sob quaisquer condições, independente de sua vontade. Nesse caso, o trabalho "**cativo**" do engenho é apreendido por oposição à condição de "**liberto**" possibilitada pelo morar na "rua", "em casa própria ou pelo menos em uma casa que, embora alugada, não pertence ao patrão" (op. cit., 205). Num outro contexto, o "cativeiro" da "morada" é deslocado para o

"cativeiro" da "ficha", ou seja, a "disposição" (15) atribuída ao "clandestino" é contraposta à "sujeição" inerente à condição de "fichado", para a qual associa-se a noção de "cativeiro" fundada na "obrigação de trabalhar nas piores condições e ganhando menos por causa da ficha ..." (op. cit., 235). Em ambos os casos, no entanto, mantém-se a "idéia fundamental do cativeiro que é a perda da contrapartida", da reciprocidade.

A evocação do "cativeiro" como referência ao cativeiro histórico é assinalada por SOARES entre camponeses de uma comunidade maranhense. No entanto, o autor observa o alargamento dos limites da categoria que, atualizada, presta-se como modelo analógico para explicar situações vividas no contexto atual pelo grupo. "Pode ser aplicado sobre uma realidade passada ou presente e não se confunde com o tempo histórico da escravidão propriamente dita. Entretanto, é justamente no período remoto da escravidão que a memória coletiva encontra a forma mais acabada do 'cativeiro'. (...) No contexto atual de sua resistência à invasão das terras por 'fazendeiros', 'grileiros', 'barões' e 'capitalistas', as lutas são dirigidas contra a submissão a novo cativeiro. E o cativeiro é redefinido como a perda de controle sobre os meios de produção e o processo de trabalho, sobre o cálculo que preside às operações produtivas, comerciais e de consumo, sobre a distribuição do tempo entre lazer e trabalho, sobre os limites entre vida doméstica e vida produtiva" (op. cit., 36-37).

Entre os trabalhadores das frentes de expansão na Amazônia (Marabá - PA), o cativeiro, em sua "referência mais

restrita prende-se à escravatura, tal como existiu até a sua abolição". E, "o que mais os impressiona fundamentalmente no cativo, tal como ouvem contar é o fato de trabalhar-se sem receber nada em troca, a não ser roupa e comida. Por extensão, qualquer situação considerada de muita exploração e perda de autonomia é identificada com o cativo. Simplesmente trabalhar regularmente como empregado já apresentaria certas características de cativo" (VELHO, 1981: 130). O autor chama atenção ainda para a perspectiva corrente da "volta do cativo". Esta, daria-se "através da ação dos ricos, do Governo e talvez de estrangeiros". Só que, este novo cativo, não atingiria apenas os pretos, mas os "pobres" de uma maneira geral, pois, atualmente misturados no meio do povo, tornar-se-ia difícil separá-los (op. cit., 131).

A noção de cativo, não obstante a diversidade de situações concretas às quais é aplicada, parece, enfim, referir-se à "existência de algo que tolhe a ação. Sobretudo, o controle sobre a vida, o trabalho e o tempo", como observa Otávio Velho (1987: 13).

A ocorrência do cativo, no discurso dos camponeses pesquisados, dá-se em dois momentos. No primeiro, ele marca um tempo remoto, onde vigorava a escravidão histórica. Pouco explorada nos discursos, como vimos em capítulo anterior, esse "tempo do cativo" traz a conotação de um passado tão longínquo que mau se tem lembranças, refere-se exatamente ao cativo histórico. Cabem aqui as observações feitas no capítulo 4 (4.1.) deste trabalho.

Numa segunda instância, o cativeiro associa-se à idéia de retorno e refere-se ao processo de reassentamento da população promovido pela CHESF após o enchimento do reservatório da barragem de Itaparica.

Abordar a questão do cativeiro no discurso do reassentamento, significa atentar para outros elementos, tais como: a associação da categoria à situação histórica da escravidão; os ensinamentos em tom profético dos "mais velho do outro tempo" (o discurso do "há-de-vm-o-tempo"); a auto-representação do grupo e seu trabalho; vinculado a esta, a imagem construída de outros projetos de irrigação; a atuação concreta da CHESF na área e as condições reais instaladas no projeto até o momento.

Como foi visto anteriormente, o discurso da autonomia permeia todo o processo de construção da auto-imagem do grupo. O ser "livre", trabalhar "por conta própria" ou não submeter-se aos "grande", aos "rico" das circunvizinhanças, são elementos não só essenciais de auto-valorização e constitutivos da identidade grupal como são frequente e enfaticamente ressaltados nos discursos. Ora, toda circunstância ou ação, no passado ou no presente, que aponte para uma real ou possível negação dessa autonomia, aparece envolta de valorização negativa que materializa-se verbalmente ou através de comportamentos e sentimentos significativos, como o medo, a desconfiança, a insegurança, a incerteza, etc.

Todo o processo que envolveu a instalação da barragem de Itaparica, das notícias extra-oficiais de sua construção à

atuação direta da CHESF na área por ocasião da preparação para o reassentamento, forneceu material rico em sinais identificáveis ou passíveis de uma leitura onde a identificação do reassentamento com um novo cativo seria a conclusão menos surpreendente.

Identificada como a Besta-fera, a CHESF criou um clima, no período anterior ao reassentamento, que não apenas anunciava o que viria a ser a vida no Projeto como, de alguma forma, a antecipava. A atmosfera de "aflição", de "agonia" experimentada pela comunidade, foi expressa, por exemplo, na última Roda de São Gonçalo dançada na Ilha, em dezembro de 1987, onde a ritualização da despedida atraía muitas famílias. Durante a dança, coletei alguns versos, que foram cantados pelos "dançadores", onde se observa o tipo de expectativa reinante.

"Meu divino São Gonçalo  
A sempre Virgem Maria  
Pedimos saúde a Deus  
Oh que **grande agonia**"

"Minha casa onde moro  
Não existe muita mágoa  
Hoje está em cima de um morro  
Amanhã **debaixo d'água**"

"Meu divino São Gonçalo  
O que devemos fazer?  
Já **vendemos o que tinha**  
Pra comprar o que comer"

"Meu divino São Gonçalo  
Oh que **grande aflição**  
Já estamos de saída  
**Tenha de nós compaixão**".

A idéia da "retirada", e retirada "a pulso", não opcional, já era por si, motivo de inquietação e intranquilidade,

como vimos anteriormente. Aliás, a própria idéia de "opção", utilizada pela CHESF, para caracterizar uma escolha, por parte dos atingidos quanto ao seu destino, soa falso. Na verdade, apenas teoricamente a "opção" foi possível. Para os pequenos produtores, não aceitar o reassentamento, significava a ruína, visto que vários obstáculos o impediam de reestruturar-se das perdas, de modo a garantir a sua reprodução. Identificamos, entre os entrevistados, vários agricultores que buscaram, antes da decisão definitiva pelo reassentamento, avaliar concretamente as condições de uma possível "solução própria". Para estes, o primeiro entrave foi encontrado no próprio município de Belém, onde, com a atuação da CHESF, verificou-se uma significativa especulação de terras. Quem conseguiu manter sua propriedade, inteira ou parcialmente, na borda e fora da cota do reservatório, não intencionava desfazer-se da mesma ou inflacionava o seu valor. De forma que os pequenos produtores se viram impossibilitados de adquirir terra necessária para recomeçar a vida. Por outro lado, os valores pagos como indenização estavam aquém do mercado. No caso da Ilha, essa questão agrava-se, tendo em vista um dos critérios de indenização para as terras de "posseiros": o valor da indenização correspondia a apenas 60% do seu valor real. Chegamos a entrevistar um caso de "solução própria" que, devido as suas condições econômicas satisfatórias, conseguiu adquirir propriedade no município baiano de Curaçá; não conseguindo se estabelecer ali, desfz-se da propriedade e passou a residir na sede do município de Santa Maria da Boa Vista - onde se encontra

instalado o PG; e, durante a pesquisa de campo, encontrava-se tentando conseguir, pelo menos, uma casa no projeto, onde reside uma filha, uma irmã e netos. Outros casos de "solução própria" contactados, também não conseguindo se reestruturarem, se acham no projeto na condição de "ocupantes", ou seja, invadiram casas que se encontravam desocupadas, ali fixaram residência e aguardam decisão da CHESF. Um entrevistado chega a comentar a situação de alguns que "optaram" por "solução própria": "muita gente que saiu e está mais aperreado do que nós".

Para os não proprietários, o reassentamento, apesar de todas as desconfianças, significava o acesso para um possível estabelecimento em terra própria.

O desgaste com os processos de negociação de indenizações foi outro fator de intranquilidade e apreensão nesse período que antecedeu a mudança. Processos estes marcados pela "esperteza", pela "enrolada" da empresa que não valorizava os bens desapropriados.

"...a CHESF, ela não quer... ela só defende o lado dela, ela não quer valorizar o trabalhador em nada, nem naquilo que a gente possui ela não quer dar o valor que merece, por que tudo que ela faz... ela diz assim: 'eu indenizei', ela usa essa palavra 'indenizei', mas ela não indenizou nada, ela pagou uma besteira como ela quis pagar e nos jogou pra fora. Porque se eu for indenizar... o meu terreninho lá, era pouco, mas se eu for indenizar eu tinha arrumado dinheiro pra comprar outro e isso não aconteceu. (...)A gente sabia a **enrolada** dela, a gente percebia que ela **jogou bola** [brincou/iludiu] com a gente (...) ela é **sabida** (...)". (A.A.S.)

A empresa, muitas vezes, no processo de negociação, venceu proprietários pelo cansaço e pelo medo. Como aparece frequentemente nas entrevistas, após a apropriação dos bens, o proprietário comparecia ao Setor Jurídico local e iniciava o processo. Sempre nivelado por baixo, a cada rejeição do valor oferecido pela empresa, às vezes se passavam meses até que o Laudo de Apropriação voltasse a ser negociado. A ameaça aparece também nos depoimentos, como um dos recursos utilizados pela empresa para apressar o acordo com o desapropriado: caso não aceitasse determinado valor apresentado, o proprietário não o receberia mais, ou o receberia depois de muito tempo, sem correções ou, ainda, só o receberia em Itaparica. Com o início das mudanças, muitos foram coagidos, a entrar em acordo, pelo temor de não receberem a indenização. Outros, até hoje aguardam parte desta.

Outro fator stressante para a comunidade, e para a população atingida como um todo, foi a desativação das atividades produtivas estabelecida pela CHESF, seis meses antes do início das mudanças, ou seja, em junho de 1987. Mesmo com a insistência de algumas famílias em continuarem produzindo, o fato é que a produção diminuiu e famílias chegaram a passar necessidades ou gastar suas economias para se manterem até a data da mudança. A situação chegou a agravar-se a ponto de, sob pressão dos trabalhadores através dos sindicatos, a empresa passar a fornecer cestas básicas de alimentos às famílias até que esta se mudassem. Essa pauperização progressiva promovida pela CHESF teve, como uma de suas conseqüências, a quebra da resistência de algumas

famílias em mundarem-se apenas quando todos os seus problemas estivessem resolvidos. Dentre estes problemas, denominados de "pendências", encontravam-se indenizações não recebidas e casos de reassentamentos de parentes, amigos ou vizinhos (membros da comunidade) ainda não resolvidos. Um entrevistado, por exemplo, diz claramente que a desativação das atividades produtivas deixou as pessoas, inclusive ele, "doido pra vim embora" - vale lembrar que o atrativo da mudança era o receber, a partir dali, os 2,5 salários mínimos de referência.

"Aí o pessoal [da CHESF] já ia dizendo que ninguém plantasse mais, né? Que se plantasse, se plantasse não adiantava não, que tinha que vender, não trazia pra comer, porque a CHESF não trazia muito volume do pessoal, né? Aí a gente ficou doido pra vim embora". (M.R.S.1)

Essa desativação significou, para muitas famílias, a antecipação da fome prevista pela população para o reassentamento.

A limitação do número de animais, a ser transportado por cada família, fez com que estas se desfizessem de parte daquilo que fundamentalmente representava um fator de equilíbrio da economia doméstica na área, o criatório. Por outro lado, contribuía para confirmar o temor do controle, a ser exercido pela CHESF, sobre as suas vidas, no projeto.

Vários outros fatores poderiam ser ainda citados, dentro desse quadro de tensões promovido pela CHESF, na área, e que reforçava ainda mais a negatividade que representava o

projeto de reassentamento. Um destes, que vale a pena ser reforçado, é o conhecimento das condições de vida e produção experimentadas por outros agricultores em outros projetos de irrigação instalados, por exemplo, em Petrolina e Juazeiro (BA). Ora, a imagem construída dos "colonos" desses programas governamentais constituía, e ainda constitui-se, no que se poderia chamar de a anti-imagem, ou seja, a imagem exata de tudo aquilo que não se quer ver na própria. Este conhecimento, associado à própria experiência, entrava em contradição com toda a propaganda desenvolvimentista divulgada pela CHESF, sob bandeiras de "Vida Nova", "Mudar para Melhor" (ver ANEXOS VI, VII e VIII) - estaríamos diante do que VELHO observa, a partir de um episódio verificado em Marabá sobre a atuação dos "vampiros", a saber, que o mal, vindo de fora, "age por intermédio da sedução e do encantamento", ou seja, "cativando"? (1987: 9). Essa propaganda, associada às "promessas", aparece nos discursos dos entrevistados como estratégia da empresa, para induzi-los a se retirarem da área do reservatório e optarem pelo reassentamento.

"Ô! diziam que era uma coisa muito boa, que era pra habitar o povo, pra tirar das ilha que ia afundar... que o freguês tinha terra, água aí à vontade do corpo, pra trabalhar... 'Vocês quando chegar lá vão é viver bem'".  
(M.R.S.2)

"E depois que acho que nos achou aqui é que tá acontecendo essas coisa aí [descumprimento do "Acordo"]. Que ela é sabida, a CHESF, mandou derrubar as casas, logo. Quando nós demo as costa ela derrubou as casa tudo, porque disse: 'eles pode voltar... então...'"  
(A.B.).

A divulgação desse tipo de propaganda, sob certos aspectos, pode ser classificada de totalmente irresponsável, visto que, ao apresentar à população um quadro ideal de instalação e funcionamento do projeto, não a preparou para enfrentar as suas precárias condições reais, nesse longo período de transição, que começou com o reassentamento das famílias - entre o final de 1987 e início de 1988 - e vem se estendendo até o momento (1992). Para se ter uma idéia do atraso apenas da instalação do sistema de irrigação", basta dizer que, segundo o "Acordo", a "conclusão da implantação dos sistemas de irrigação" estava prevista para julho de 1988. Durante a realização desta pesquisa, no entanto, sequer o canal principal de condução da água para o projeto estava concluído, pelo contrário, esteve por vários meses com sua obra paralisada; e os lotes rurais de várias agrovilas ainda não haviam sido sequer demarcados.

A vida no projeto veio confirmar definitivamente para os reassentados a verdadeira face da CHESF. O sentimento de terem sido traídos, enganados, iludidos pelas "promessas", e a impotência na correlação de forças em jogo na nova situação trazem à tona as imagens do "cativeiro" e da "esperança". A possibilidade da volta do "cativeiro" é muito forte na representação do reassentamento. Esta, relaciona-se à escravidão histórica em alguns momentos.

"Escravo, olhe, só de falar em escravo até eu fico é arrupiado e penso que a CHESF aqui querem fazer com nós aqui é como quem é escravo, é, mas é duro, viu?

P - O senhor fica pensando que eles querem fazer isso?

R - é, que eles tão caçando, pode tá caçando essas descendência, né? Pra vê se pega quem é escravo, da donde veio aquela descendência, né? Pra vê se pega. Que é pra poder haver a escravidão, como quem quer arrebentar outra escravidão, é. Aí é donde eu digo, olhe, a gente pra ser escravo hoje, não precisa nem vim essa descendência, os home já faz da gente escravo. Nós aqui, de que jeito é que nós tamo aqui?! Uma escravidão! Comendo por regra - porque nós aqui come por regra, né? (...) É, por isso eu digo, nós tamo aqui que nem uns escravo, sem ter descendência nisso". (M.R.S.2)

Este depoimento nos remete a algumas outras questões importantes. A escravidão, no passado histórico, dirigida ao negro, pode "arrebentar", hoje, indistintamente pela ação dos "home", embora pareça recair, mesmo nos dias atuais, preferencialmente sobre o negro. Otávio Velho faz a mesma observação, com relação à "volta do cativo", como vimos, verificando inclusive, entre os trabalhadores da frente, "certas manifestações claras de racismo, que poderiam representar um esforço de separar-se dos pretos, contra quem se dirige, preferencialmente, o cativo" (1981: 131).

Outra questão diz respeito ao racionamento da alimentação. Sob as expressões de "comer por regra" ou "comer de ração", este sempre foi um dos principais problemas levantados pela comunidade desde antes da mudança. A convivência com a "fartura" contrapõe-se a um temor e rejeição radicais ao simples aceno da escassez ou mesmo diminuição ou controle de alimentos. Essa preocupação persiste e o espectro da fome visualiza-se muito próximo. Ainda mais quando atentamos para o fato de que praticamente acabaram-se os estoques de mantimentos (alimentação)

trazidos pelas famílias para enfrentar o que se temia mais imediatamente.

"... negócio de passar fome, não, eu nunca gostei, mas aqui... Aqui eu tô vendo... Ainda não passei fome, mas, tô vendo a passar, tô vendo a passar". (A.S.S.2.)

Relaciona-se com a noção de cativo a dependência ao recebimento do "salário" que, evocado sempre de forma depreciativa ("besteira"/"besteirinha", "mincharia", "tostão", "nica" [níquel]), não atende às necessidades do consumo doméstico, e representa um elemento forte de "sujeição" do reassentado à CHESF. Impossibilitado de produzir por não estar concluído o sistema de irrigação, o corte do "salário" é temido e constitui-se, no momento, a principal forma de ameaça da CHESF sobre as famílias: se não se enquadra dentro das regras estabelecidas, corta-se o "salário". Basta o atraso do pagamento para se provar do temido, a fome.

A perda da autonomia de decidir sobre a própria vida no futuro, sobre o que produzir e como, é captada, por exemplo, até nas constantes discussões sobre a possibilidade de negociar com a casa ou lote recebidos e sobre a viabilidade destes ou daqueles cultivos naquele tipo de solo. Regeita-se, no caso, a idéia de um "fiscal" que controlaria o trabalho ou o modelo do "colono" para si mesmos - mesmo que alguns pensem ser essa uma possibilidade que já se concretiza lentamente.

"Em Orocó, acham muito isso: 'você não era colono, mas agora você é colono!' Aí peguei a teimar. 'Não, você não é colono, mas vai ser, que a CHESF é que vai tomar conta, a

Codevasf... ' E nós vamo ficando mesmo, colono mesmo". (A.B.S.)

O mesmo entrevistado, diz o que entende por "colono":

"... colono é tudo... porque é da empresa, e nós, trabalhador da empresa, é colono, é como nós tamo aqui (...) nós não queria não, mas não teve jeito (...) nós fica no mesmo lugar trabalhando pra ela, recebendo aquela comissão, aquela contribuição, contribuição como os cabras de Petrolina, os colonos de Petrolina recebe".

É interessante notar a referência ao "colono" como "trabalhador", a mesma categoria utilizada para designar quem trabalha no pior dos serviços apontados pelo grupo, aquele que "parece que é amaldiçoado", ou seja, o "dia de serviço", o "alugado" ("trabalhador" é o diarista, que, destituído de todos os meios de produção troca sua força de trabalho por uma determinada quantia em dinheiro). Significativa associação.

Em suma, a idéia do "cativeiro", apontada para o reassentamento, parece construir-se da oposição entre ser "livre", "trabalhar livre", "independência" e "escravidão", "sujeição"; e refere-se não apenas ao temor de uma "sujeição" a nível das relações de produção, mas, também, a uma sensação atual mais profunda e existencial de cerceamento de movimentos, "prisão", "sufoco", e de desestruturação, confusão.

"Olhe, essa mudança a gente estranhou muito, porque a gente não tinha costume de morar em área de caatinga, né? A gente nasceu na beira do rio vendo a fatura de água né? A gente plantando... aquilo que a gente sempre gostava, a maneira como a gente sabia plantar, quer dizer, todo mundo era livre, né? (...) a gente não conhecia (...) o sistema

de escravidão, né? porque aqui a gente tá vivendo aqui quase como escravo da CHESF, porque aqui a gente só faz o que ela quer (...) aqui a gente tá vivendo submisso, pra comer de ração. Porque o homem da raça ele não sabe comer de ração, ele não vive, nunca viveu de salário, né? (...) A gente fica aqui assim como passarinho na gaiola, né? esperando que as coisa aconteça, mas que as coisa está muito devagar". (A.A.S.)

"... pra mim tá parecendo assim um tipo de escravidão... não tem espaço! Não tem espaço pra nada, a gente... não sei, é preso, encurralado, não tem transporte..." (M).

"De todos os apertos que já vi, esse daqui tá sendo o pior. E se for como eu penso, pra viver de sujeição, não, pra quem nunca viveu que nem em cativeiro... é duro, viu? Freguês quer mudar uma passada pr'ali, não poder mudar, com uma peia! Não tem jeito". (M.R.S.2)

O "cativeiro" encarna, como que num processo cíclico, o retorno a tudo que já foi experimentado de negativo pelo grupo. Assim, se vê compelido a um novo enfrentamento da "sujeição", da "retirada", da seca e da privação.

## NOTAS

- (1) Sempre que utilizar o termo "bomba" estarei me referindo a eletrobomba/motor elétrico; para motor movido a óleo diesel, usarei simplesmente "motor".
- (2) BICALHO/HOEFLE já atentava para a questão quando afirma que "na irrigação, muitas vezes, mais importante do que ter a terra é ter a água" (op. cit., 91).
- (3) Sobre a ideologia desenvolvimentista difundida em todo o país e sua relação com a população do vale, ver os autores supra citados. Estes ressaltam ainda a importância de meios de comunicação, como rádio, as escolas, o MOBREAL e a televisão, mais recentemente, como veículos de difusão dessa ideologia (op. cit., 95 e 109).
- (4) Sobre problema de salinização, ver ainda BICALHO/HOEFLE (op. cit.).
- (5) "Preço do dia" é a expressão utilizada para designar o mecanismo de correção do valor das despesas do plantio, pelos preços correntes no mercado, no momento do ajuste de contas final, entre "patrão" e "meeiro", após a colheita.
- (6) Sobre a relação entre uma concepção de estabilidade social ("estado estável") e a percepção de tempo, ver GEERTZ, 1978: 272.
- (7) Essas cheias vão contrastar-se com a enchente periódica do rio que, como diz PIERSON, "é ocasião mais de prazer do que de temor ou apreensão de perda", na medida em que "aumenta as possibilidades não só das colheitas para os que vivem da

lavoura nas margens do rio ou nas suas ilhas, mas também de um maior suprimento de peixes para os que vivem da pesca, ou fazem dela um complemento de seu meio de vida" (op. cit., 51). A data de que dispomos nas entrevistas para essas cheias imprevistas é 1979. Ela teria ocorrido logo após a inauguração da barragem de Sobradinho. Segundo um dos entrevistados, o reservatório teria acumulado água para proporcionar uma certa boa impressão no momento em que se procedesse as solenidades de sua inauguração. O problema vai surgir quando, após a inauguração, o reservatório passou a receber um grande volume de água, talvez não previsto, e a solução encontrada foi dar vazão à água que se acumulava para além da capacidade do reservatório. Daí a enchente grande e inesperada. Os prejuízos produzidos são relatados por muitos dos entrevistados, que recordam-se da perda de plantios e destruição de engenhos e rodas d'água localizados nas margens do rio.

A julgar por documento elaborado em 15 de fevereiro de 1980 e enviado ao Congresso Nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outras entidades, onde reivindica-se a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar cheias extemporâneas ocorridas no São Francisco, não apenas em 1979, mas no ano anterior e, em 1980, também ocorreram estas enchentes; e suas causas, segundo ARAÚJO, deveram-se a "erro de previsão dos projetos de Sobradinho e Três Marias" (op. cit., 36). A CPI destinada a investigar as causas e conseqüências das cheias do rio São

Francisco foi criada em 25 de junho de 1980. (Sobre toda essa questão ver CONTAG, 1980; SOUZA, 1981; SILVA, 1981).

- (8) A bibliografia disponível não me permite precisar o ano exato de início das obras de Itaparica: em ARAÚJO encontramos 1974 como o ano de "início da construção da barragem de Itaparica" (op. cit., 159); em SBPC, "Itaparica iniciou sua hidrelétrica em novembro de 1975" (1989: 49); segundo um outro artigo, da mesma autora citada acima, "se inicia a implantação da usina hidrelétrica de Itaparica" em 1976 (PANDOLFI, 1989: 59).
- (9) Ver, por exemplo, repercussões da construção da barragem sobre comunidades indígenas localizadas fora do alcance do reservatório em HIDROSERVICE/CHESF, 1987 e MARTINS, 1983. Esta última chega a identificar já no início dos anos 80 um aumento no número de posseiros na reserva dos Pankararu, situada entre os municípios pernambucanos de Petrolândia e Tacaratu. Diz a autora: "... houve um aumento do número de posseiros, atualmente vivendo uns 400 naquelas áreas. Isso se deu, principalmente, depois da construção da hidroelétrica de Itaparica, pois muitas famílias que moravam naquelas áreas foram expulsas e transferiram-se para os limites da reserva dos Pankararu" (op. cit., 21).
- (10) ARAÚJO (1990), oferece uma "Cronologia das lutas dos trabalhadores do Submédio São Francisco - PE/BA" ocorridas entre 1973 e 1985.
- (11) Essa postura da CHESF em relação a Itaparica não é um caso isolado dentro das ações do setor elétrico no Brasil. A literatura citada sobre a questão da construção de barragens

- tem apontado para recorrência do fato; SIGAUD chega a afirmar que "a tradição da Eletrobrás e de suas concessionárias é de ignorar as implicações sociais de suas iniciativas, no momento da tomada de decisões" (1989: 57).
- (12) A mesma Diocese de Floresta, em 1977, "ordena a suspensão do trabalho pastoral realizado por uma freira que atuava junto ao STR"; e a de Paulo Afonso, também neste mesmo ano, "critica trabalho de mobilização dos trabalhadores rurais de Rodelas realizado por padre a ela vinculado" (ARAÚJO, op. cit., 163).
- (13) Santas Missões: "método pastoral recomendado pelo Concílio de Trento no século 16 para se atingir as populações rurais mal assistidas pelo sistema paroquial. No sertão brasileiro as Santas Missões criaram dinamismos que perduram até nossos dias" (HOORNAERT, 1990: 173).
- (14) Sobre a Missão Abreviada e as Santas Missões, ver ainda HOORNAERT, 1972 e FRAGOSO, 1988.
- (15) "Disposição é o termo empregado pelos trabalhadores para se referirem ao esforço e à força de vontade que cada um tem e que aciona no interesse de ganhar mais... A disposição depende de um ato de vontade do trabalhador..." (SIGAUD, 1979: 132).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com os discursos dos sujeitos desta pesquisa, constitui-se num dos possíveis canais de acesso a alguns dos aspectos do processo de transformações em curso na comunidade estudada. Este processo, abordado a partir do final da década de 40, com a viabilização, na área do submédio São Francisco, de um modelo de desenvolvimento empreendido pelo Estado e calcado em decisões políticas de redefinição da utilização das águas do São Francisco, foi tratado sob o ângulo das representações vinculadas nos discursos do universo de entrevistados relacionados pela pesquisa. Poderia ter sido de outra forma, ou seja, esta mesma realidade é possível de ser tratada a partir de diferentes perspectivas.

As condições históricas no momento da pesquisa permitiram as formulações que obtivemos. Destaca-se, como parte destas condições, o momento de crise pelo qual passa a comunidade. O caráter dinâmico intrínseco ao universo das representações - calcadas em experiências históricas e sociais concretas - permite que trabalhem com a possibilidade do acréscimo de elementos novos a este universo no futuro. Sendo assim, é preciso assinalar também a vinculação da pesquisa e de seus resultados às condições históricas em que foram formulados e executados.

A análise dos discursos dos entrevistados, tomando como referência o momento em que foi realizada a pesquisa, ofereceu-nos um quadro que poderia-se assemelhar a uma típica construção idealizada do passado. Esta semelhança verifica-se na medida em que ao presente são atribuídos valores estritamente negativos e o

passado é representado em tons enfaticamente positivos. Uma leitura mais atenciosa dos mesmos faz-nos ver, no entanto, que essa semelhança é apenas aparente. O entre-jogo do dito e do não-dito permite encarar essa "idealização" como relativa. Relatividade esta, pautada em algumas questões que foram acenadas durante a exposição precedente. Primeiramente, constatamos que as condições atuais em que se encontra mergulhada a comunidade dentro do projeto de irrigação, são condições caracteristicamente de crise, de pauperização progressiva, de impotência diante dos desmandos da CHESF, de falta de perspectivas favoráveis; tendo em vista esse quadro concreto atual, qualquer realidade anterior torna-se passível de ser apreendida positivamente. Em segundo lugar, a "retirada" significou, de fato, a desestruturação sobre vários aspectos das bases da anterior organização sócio-econômica e cultural da comunidade - é abandonada uma realidade já estabelecida e que, portanto, proporcionava um certo grau de segurança, para uma nova, marcada pelo recomeço, indefinições e insegurança. Por fim, percebe-se nos discursos que, excetuando-se a construção da barragem de Sobradinho, que aparece apenas sob os seus efeitos negativos, tanto o passado anterior à irrigação como o posterior, ou o anterior à "retirada" como o próprio reassentamento, apresentam elementos concomitantemente positivos e negativos - quando menos esperanças de que os negativos sejam revertidos, como é o caso da situação presente.

Tudo isso, leva-me a concluir, não por uma imparcialidade das avaliações, não é o caso, mas a desmistificar essa possível caracterização dos discursos como uma visão

simplesmente idealizada do passado. Nestes, talvez, sob certos aspectos, possa-se verificar, utilizando uma expressão de BOURDIEU (1979: 60), um "estado de nostalgia" em relação a valores tornados obsoletos ou impraticáveis, em função da inserção do grupo numa nova ordem em processo na região.

A análise fez-me observar ainda uma verdadeira **apologia do trabalho** sobressaindo-se com veemência dos discursos. O trabalho parece constituir-se num dos parâmetros essenciais e mais evocados no processo de avaliação das ações do Estado na área e suas conseqüências - trabalho ao qual vincula-se a sobrevivência do grupo e de seus membros.

Possibilitar o acesso a este significa, pois, o efeito mais valorizado de qualquer empreendimento. Assim, o período anterior à introdução da irrigação tem os seus aspectos negativos enfatizados, por conter espaços de tempo onde ainda se permanece de "braço incruzado"; a irrigação, na medida em que permite o preenchimento desses espaços com uma atividade produtiva constante, tem os seus elementos positivos destacados; Sobradinho, avaliado negativamente sob todos os aspectos, obstruíu a alternativa paralela à irrigação, que era a agricultura de vazante; enfim, a construção de Itaparica, com a conseqüente "retirada" da população da área, deixando-a desde meados de 1987 impossibilitada de produzir, também é representada num quadro onde destacam-se valores negativos.

A este discurso da valorização do trabalho, vincula-se o da **monetarização**. Ora, sendo a irrigação a grande propulsora do trabalho - absorvia a todos e durante todo o ano -, é ela quem

vai abrir as portas da comunidade para uma nova realidade que se instalava, a saber, a expansão e fixação de um modelo de desenvolvimento capitalista na região. "Pegar no dinheiro" passa a ser definitivamente o fim mais imediato do trabalho, antes relacionado prioritariamente à produção de subsistência.

Destaca-se, ainda, da análise das entrevistas, o fato de que todas as questões apontadas são avaliadas sob um ângulo preferencialmente positivo, bastando que vislumbrem para a abertura de possibilidades. Ou seja, mesmo que essas ações do poder público, acompanhadas de suas conseqüências, não impliquem numa mudança concreta das condições de trabalho, no sentido de melhorar de forma efetiva a qualidade de vida dos entrevistados, elas são quase sempre avaliadas positivamente, bastando que sejam apreendidas sob o prisma da ideologia desenvolvimentista amplamente difundida na região, que desloca a efetivação de suas promessas globalizantes e mais otimistas para o campo do individual e do possível. Assim, por exemplo, diante dos resultados concretos não tão ou só vantajosos do plantio da cebola (introduzido com euforia durante a instalação da irrigação na área), para o pequeno produtor, lança-se mão, não de uma análise que identifique fissuras e contradições no modelo de política privilegiado para a região, mas da noção de "jogo" vinculada à "sorte" individual; ou seja, insiste-se na cultura ceboleira, e a sua introdução é vista sob uma perspectiva positiva, não pelo fato de ter proporcionado o "enriquecimento" concreto dos sujeitos entrevistados, mas porque, ao contrário de ações que fecham canais - Sobradinho é exemplo disso -, ela abre

o leque e torna possível o "pegar em dinheiro", mesmo que isso esteja subordinado à "sorte" individual - vale a pena "jogar".

Enfim, na análise dos processos de construção de auto-representações e imagens de mudanças ocorridas na comunidade, destaca-se a grande preocupação com a questão da autonomia reivindicada para o grupo.

O receio de sua perda é captado, nos discursos sobre a irrigação, sob a forma de insatisfação para com os novos mecanismos de exploração do trabalho que lhes seguiram, da dependência de água irrigada e de grande quantidade de agrotóxicos para a produção, como, também, da subordinação dos lucros às leis de um mercado externo à área.

Na avaliação de Sobradinho, o fechamento da possibilidade de práticas agrícolas tradicionais, como o plantio de vazante, e a escassez progressiva de peixes no rio, são enfatizadas sob esta mesma perspectiva de tolhimento dos movimentos do grupo.

No caso de Itaparica, por fim, a representação da autonomia e o receio de sua perda, encontra-se num campo acirrado de conflitos. Este traço constitutivo da identidade grupal encontra em Itaparica o abalo mais enfático. A compulsoriedade da "retirada", a dependência atual da CHESF e a perspectiva de um "colonato" para o futuro, enche de apreensão os discursos e apontam para a necessidade, verificada no grupo, de uma disposição para a resistência ao novo "cativeiro", mesmo que essa resistência possa significar concretamente, para algumas famílias, o abandono do projeto de irrigação.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## a) Livros e Artigos

- ALTHUSSER, Louis. 1985. Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, Rio de Janeiro: Graal.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1989. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio - Uso comum e conflitos". In Castro/Hébette (orgs.), Na Trilha dos Grandes Projetos - modernização e conflito na Amazônia, Belém: NAEA/UFPA, pp. 163 - 196.
- AMORIM, Paulo Marcos de. 1975. "Acamponesamento e proletarianização das populações indígenas". Boletim do Museu do Índio: Antropologia, Rio de Janeiro (2): 1-19, maio.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1981. Estado, Capital e Industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1983. Tradição e Mudança. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1986. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Atlas.
- \_\_\_\_\_/POTENGY, Gisélia Franco (coord.). 1980. Dinâmica das Microrregiões de Intensa Atividade Migratória. Recife: SUDENE. Vol. 3.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. 1967. Folclore Nacional. São Paulo: Melhoramentos. Vol. 2.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. 1990. Na Margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Massangana.
- ARISTÓTELES. 1987. Tópicos. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores).
- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. 1984. Onde Estão os Catingueiros e Ribeirinhos de Sobradinho? - Reservatório de Sobradinho: a Terra, o Homem e a Desapropriação. Salvador: Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFBA (Dissertação de Mestrado).
- BAIOCCHI, Mari de Nazaré. 1983. Negros do Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática / Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória. (Ensaio, 97).
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1988. Território Negro em Espaço Branco. São Paulo: Brasiliense/CNPq.
- BARDIN, Laurence. S/D. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BARROS, Henrique Oswaldo M. de. 1983. Projeto Sobradinho: avaliação sócio-econômica da realocização populacional. Recife: FUNDAJ/INPSO (Mimeo.).

\_\_\_\_\_. 1985a. Reorganização Espacial e Mudança Social na Área do Reservatório de Itaparica. Recife: Mestrado em Geografia/UFPE (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. 1985b. "Modernização agrícola no baixo São Francisco". Cadernos de Estudos Sociais, v.1, n.1, jan-jun/85. Recife: FUNDAJ/INPSO, pp. 97-113.

\_\_\_\_\_. 1987. "Irrigação no Nordeste". Cadernos de Estudos Sociais, v. 3, n.1, jan-jun/87, Recife: FUNDAJ/INPSO, pp. 29-50.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. 1989. "Memória e Família". Estudos Históricos, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Vértice, pp. 29-42.

\_\_\_\_\_. 1987. Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.

BARTH, Fredrik. 1976. "Introducción", in Los Grupos Etnicos y sus Fronteras. México: Fondo de Cultura Económica.

BASTOS, Eduardo-Marcos Chaves. 1983. "Estado e energia elétrica no Brasil". Fundação J.P., 3: 2-29, set/dez/ Belo Horizonte: Fundação J.P.

BERGER, Peter L./LUCKMANN, Thomas. 1987. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes (Antropologia, 5).

BICALHO, Ana Maria de Souza/HOEFLE, Scott William. 1979. "Transformações na vida sertaneja: a irrigação no Rio São Francisco". Revista Pernambucana de Desenvolvimento, 6 (1): 75-110, jan/jun. Recife: CONDEPE.

BOSI, Ecléa. 1987. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP.

BOURDIEU, P. 1979. O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectivas (Coleção Elos, 19).

\_\_\_\_\_. 1983a. "Esboço de uma teoria da prática", in Sociologia, São Paulo: Ática, pp. 46-81.

\_\_\_\_\_. 1983b. "O campo científico", idem, pp. 122-155.

\_\_\_\_\_. 1988. La Distinción: criterios e bases sociales del gusto. Madri: Taurus.

- \_\_\_\_\_. S/D. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel. (Memória e Sociedade). ✓
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1977. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiana: Ed. UnB.
- \_\_\_\_\_. 1986. Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense.
- BRITO, Otávio Elísio Alves de. 1981. "O impacto ambiental dos programas energéticos". Revista Brasileira Tecnológica, 12 (1): 3-8, jan/mar. Brasília.
- BRUK, S. 1985. Processos Etnodemográficos. La Poblacion del Mundo en el Umbral del Siglo XXI. Moscou: Editorial Nauka (Investigaciones Etnográficas Soviéticas, 3).
- BRUMANA, Fernando G. 1983. Antropologia dos Sentidos: introdução às idéias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense. ✓
- BRUYNE, Paul de. S/D. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CALMON, Pedro. 1983. História da Casa da Torre. Salvador: Fundação de Cultura do Estado da Bahia.
- CAPISTRANO DE ABREU. 1982. Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: Ed. UnB.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 1980. "Uma incursão pelo lado 'não-respeitável' da pesquisa de campo". Apresentado no IV Encontro Anual da ANPOCS, GT "Cultura Popular e Ideologia Política", Rio de Janeiro, 29-31/10/80.
- \_\_\_\_\_. 1984. A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1988. "A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia", Novos Estudos, nº 21, São Paulo: CEBRAP, pp. 133-157. ✓
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. 1978. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Estudos Brasileiros, 14).
- CARDOSO, Ruth. 1986. "Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método", in A Aventura Antropológica, R. Cardoso (org.), Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 95-105. ✓
- CARDOSO, Vicente Licínio. 1979. À Margem da História do Brasil. São Paulo: Nacional. (Brasiliana, 13).

CARVALHO, Célia/MADEIRA, Margot. 1984. "O significado de representação social como categoria de análise em pesquisa educacional". Educação e Cultura, ano III, n. 12, jan-mar/84, João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, pp. 53-54.

CARVALHO, Maria do Rosário. 1982. "Um estudo do caso: os índios Tuxá e a construção da barragem em Itaparica", in Santos, Sílvio Coelho dos (org.), O índio Perante o Direito (Ensaio), Florianópolis: Ed. da UFSC, pp. 117-127.

CASCUDO, L. da Câmara. 1962. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: INL/MEC. Vol. 2.

\_\_\_\_\_. 1985. Tradições Populares da Pecuária Nordestina. Recife: Asa Pernambuco.

\_\_\_\_\_. S/D. Vaqueiros e Cantadores. Rio de Janeiro: Ediouro.

COPANS, Jean. 1981. Críticas e Políticas da Antropologia. Lisboa: Edições 70.

CUNHA, Euclides da. S/D. Os Sertões. Rio de Janeiro: Ediouro.

DEBERT, Guita G. 1986. "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in A Aventura Antropológica, Cardoso, R. (org.), Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 141-156.

DIÉGUES JR., Manuel. 1971. Ocupação Humana e Definição Territorial do Brasil. S.L.: Conselho Federal de Cultura.

DUMONT, L. 1985. O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

DUQUÉ, Ghislaine. 1984. "A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens". Cadernos do CEAS, 91: 30-38, mai/jun., Salvador: CEAS.

DURHAM, Eunice R. 1986. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", in A Aventura Antropológica, op. cit., pp. 17-37.

DURKHEIM, E. 1989. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Paulinas.

\_\_\_\_\_/MAUSS. 1981. "Contribuição para o estudo das representações coletivas", in Mauss, Ensaio de Sociologia, São Paulo: Perspectiva.

FERNANDES, Florestan (org.). 1972. Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Nacional/EDUSP.

- \_\_\_\_\_ (org.). 1973. Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/EDUSP.
- FERRAZ, Álvaro. 1957. Floresta, memória de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário. Recife: SEEC/Imprensa Oficial do Estado.
- FERRAZ, Arrisson de Souza. 1966. Cabrobó, uma cidade pernambucana. São Paulo: Comercial Safady.
- FIAM. 1986. Enciclopédia dos Municípios do Interior de Pernambuco. Recife: FIAM.
- FIAM/FIDEPE. 1982. Belém do São Francisco. Recife: FIAM/FIDEPE; (Monografias Municipais, 12).
- FICHTER, J. H. 1973. "Definições para uso didático", in Fernandes, 1973, pp. 153-155 (op. cit.).
- FOWERAKER, Joe. 1982. A Luta pela Terra. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOX, Robin. 1986. Parentesco e Casamento: uma perspectiva antropológica. Lisboa: Vega.
- FRAGOSO, F. Hugo. 1988. "O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares, Nordeste do II Império", in Silva, Severino Vicente da (org.), A Igreja e o Controle Social nos Sertões Nordestinos, São Paulo: Paulinas, pp. 10-53.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. 1983. Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Estudos Sobre o Nordeste, 8).
- GEERTZ, Clifford. 1978. "Pessoa, tempo e conduta em Bali", in A Interpretação das Culturas, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 225-277. ✓
- GODELIER, Maurice. S/D a. "A Antropologia Econômica", in Copans, Jean, Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?, ✓ Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. S/D b. "Antropologia E Economia, in Horizontes da Antropologia, Lisboa: Ed. 70.
- \_\_\_\_\_. S/D c. "Lógica Dialética e Análises das Estruturas", idem.
- \_\_\_\_\_. S/D d. "Mito e História: reflexões sobre os fundamentos do pensamento selvagem", idem.
- \_\_\_\_\_. S/D e. "Sistema, estrutura e contradição em 'O Capital'", idem.

- GOLDEMBERG, José 1981. "A ideologia da crise energética". Revista Brasileira Tecnológica, 12 (1): 9-14, jan/mar, Brasília.
- GORENDER, Jacob. 1988. O Escravismo Colonial. São Paulo: Ática.
- GRAMSCI, A. 1987. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. 1989. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice. (Sociologia e Política, 21).
- HENFREY, Colin. 1987 a. "Poço Encantado: a formação de um campesinato brasileiro", Cadernos do CEAS, 110: 44-60, jul/ago.
- \_\_\_\_\_. 1987 b. "Onça Preta: a formação de um movimento camponês", Cadernos do CEAS, 111: 49-67, set/out.
- HESSEN, Johannes. 1979. Teoria do Conhecimento. Coimbra: Arménio Amado Ed.
- HOBBSBAWN, Eric J. 1976. Los Campesinos y la Política. Barcelona: Editorial Anagrama.
- HOHENTHAL JR. W.D. 1960. "As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco". Revista do Museu Paulista, 12 (5): 37-71, São Paulo.
- HOORNAERT, Eduardo. 1972. Verdadeira e Falsa Religião no Nordeste. Salvador: Ed. Beneditina.
- \_\_\_\_\_. 1990. O Cristianismo Moreno no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes.
- HUME. 1973. Investigações sobre o Entendimento Humano. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- KANT. S/D. Crítica da Razão Pura. Rio de Janeiro: Ediouro.
- KLEIN, Lúcia. 1987. "Bens de Capital e Estado no Brasil: a implementação do programa de eletricidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 3, v. 1, fevereiro, São Paulo: ANPOCS.
- KRAEMER, M.C. 1981. "Contribuição de Godellier para a Antropologia Econômica". Terra e Cultura, 1 (1), Janeiro, Londrina.
- LANGNESS, L.L. 1973. A História de Vida na Ciência Antropológica. São Paulo: EPU.

- LAVINAS, Lena. 1987. "Perímetros irrigados: na mira, a lógica do valor". *Relações de Trabalho e Relações de Poder; mudanças*. Fortaleza: MS/UFCE/NESP.
- LEFEVRE, Fernando. 1991. *O Medicamento como Mercadoria Simbólica*. São Paulo: Cortez.
- LÉVI-STRAUSS. 1976. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- \_\_\_\_\_. 1976 b. "O campo da Antropologia", in *Antropologia Estrutural Dois*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 11-40.
- \_\_\_\_\_. 1985. "Introdução: História e Etnologia". in *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LINS, Wilson. 1983. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Nacional/ Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória. (Brasiliense, 377).
- MACHADO, Eduardo. 1986. "Organização sindical e mobilização política na área da barragem de Pedra do Cavalo - notas preliminares". II Encontro Regional da ANPOCS, Fortaleza, nov. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. (coord.). 1987. *Poder e Participação no Campo*. Salvador: CAR/CEDAP-CENTRU/ São Paulo: CERIFA.
- MACIVER, R. M./PAGE, Charles H. 1973. "Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social", in Fernandes, 1973 (op. cit.), pp. 117-131.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 1984. *Festa no Pedaco*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1986. "Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas", in *A Aventura Antropológica* (op. cit.), pp. 127-140.
- MALINOWSKI, B. S/D. "Baloma; os espíritos dos mortos na Ilhas Trobriand", in *Magia, Ciência e Religião*, Lisboa: Ed. 70.
- MARTIN, Gabriela. "Dez mil anos de história, adeus". *Ciência Hoje*, v. 10, n. 56, agosto, Rio de Janeiro: SBPC, pp. 50-53.
- MARTINS, José de Souza. 1981. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. 1983. *Os Pankararu*. Recife: Dep. de Ciências Sociais/UFPE (Monografia).
- MARX. 1982. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas.

- \_\_\_\_\_. 1987. Para a Crítica da Economia Política ("Prefácio"). São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. S/D. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte, in Marx/Engels, Obras Escolhidas, 1: 199-285, São Paulo: Alfa-ômega.
- MATA, Vera Lúcia Calheiros. 1989. A Semente da Terra: Identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado. Rio de Janeiro: PPGAS - Museu Nacional/URRJ (Tese de Doutorado).
- MAUSS, M. 1979. "Ofício de etnógrafo, método sociológico", in Antropologia, São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. 1981 a. "Categorias coletivas de pensamento e liberdade", in Ensaios de Sociologia, São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. 1981 b. "Categorias coletivas e categorias puras", idem.
- MELATTI, Júlio César. 1984. "A Antropologia no Brasil: um roteiro". BIB, n. 17, 1ª sem., São Paulo: Cortez/ANPOCS, pp. 3-52.
- MELO, Rita Maria Costa. 1988. "Índios e barragens: o caso Tuxá em Itaparica". Cadernos de Estudos Sociais, v. 4, n. 2, Jul-dez/88, Recife: FUNDAJ, pp. 235-243.
- MENESES, Cláudia. 1976. A Mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes. Rio de Janeiro: Imago/ Brasília: INL.
- MICHELAT, Guy. 1987. "Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia", in Thiollent, Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, São Paulo: Polis, pp. 191-211.
- MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. 1985. Castanhinho: etnografia de um bairro rural de negros. Recife: Massagana.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. 1988. Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec.
- MOURA, Abdias. 1985. O Sumidouro do São Francisco: subterrâneos da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MOURA, Clóvis. 1988. Rebeliões da Senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- MOURA, Maria Conceição/MAIA, Veralúcia Gomes. 1986. "Antropologia das sociedades camponesas". Hyhyté, 11: 29-46, março, Crato (CE).
- MUSUMECI, Leonarda. 1988. O Mito da Terra Liberta. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: ANPOCS. (Socius, 2).

- NANTES, Pe. Martinho de. 1979. Relação de uma Missão no Rio São Francisco. São Paulo: Nacional (Brasiliana, 368).
- OLIVEIRA, Ariovaldo de. 1981. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. (Caminhos da Geografia).
- OLIVEIRA, Francisco de. 1985. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OLIVEIRA, F. Hermínio B. de. 1985. Formação Histórica da Religiosidade Popular no Nordeste. São Paulo: Paulinas.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 1976. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira.
- \_\_\_\_\_. 1983. "As 'categorias do entendimento' na formação da Antropologia". Anuário Antropológico/81, Fortaleza: Edições UFCE/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. 1988. "O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira?", in Sobre o Pensamento Antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Brasília: CNPq, pp. 109-128.
- PANDOLFI, Maria Lia Corrêa de Araújo. 1989. "Terra por terra na beira do grande lago". Ciência Hoje, v. 10, n. 56, agosto, Rio de Janeiro: SBPC, pp. 58-62.
- PESSOA, Dirceu (coord.). 1989. Transposição do Rio São Francisco: a dimensão sócio-econômica. Recife: Massangana.
- PIERSON, Donald. 1972. O Homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: SUVALE.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. 1990. "Guerra dos Bárbaros": resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE.
- PRADO Jr, Caio. 1966. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense. Vol. 3.
- \_\_\_\_\_. 1980. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1972. "O povoado de Santa Brígida", in Fernandes, 1972 (op. cit.).
- \_\_\_\_\_. 1976. "A Dança de São Gonçalo: fator de homogeneização social numa comunidade do interior da Bahia", in O Campesinato Brasileiro, Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 1983. Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva. São Paulo: CERU/FFLCH-USP (Textos, 4).

- \_\_\_\_\_. 1988. "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'", in Simson, Olga de Moraes Von (org.), Experimentos com História de Vida, São Paulo: Vértice, pp. 14-43.
- REGNI, Pietro Vittorino. 1988. Os Capuchinhos na bahia. Salvador: s/ed. Vol. 1.
- RIBEIRO, René. 1982. "Movimentos messiânicos no Brasil", in Antropologia da Religião e Outros Estudos, Recife: Massangana, pp. 221-241.
- ROCHA, Geraldo. 1983. O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil. São Paulo: Nacional/ Brasília: CODEVASF (Brasiliense, 184).
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. 1990. "Observações sobre poder local e desocupação: barragem de Itaparica". Cadernos do Mestrado em Antropologia, n. 3, Recife: MA/UFPE, pp. 24-49.
- \_\_\_\_\_. 1991. "Notas sobre planos e efetivação - o reassentamento rural de Itaparica". Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, Recife: UFPE/ Brasília: CNPq/ Rio de Janeiro: FINEP/ABA, pp. 567-576.
- \_\_\_\_\_. 1991. "A participação dos atingidos. Notas sobre discurso e poder no reassentamento de Itaparica". Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste, Recife: INPSO/FUNDAJ, vol. II, pp. 527-536.
- SBPC. 1989. "Itaparica: novos rumos". Ciência Hoje, v. 10, n. 56, agosto, Rio de Janeiro, pp. 48-49.
- SCHUSKY, Ernest L. 1973. Manual para Análise de Parentesco. São Paulo: EPU.
- SCOTT, Russell Parry/SÁ, M. Auxiliadora Ferraz de. 1990. "Barragem de Itaparica: indagações sobre a reconstrução da base familiar da produção agrícola". Cadernos do Mestrado em Antropologia, n. 3, Recife: MA/UFPE, pp. 1-23.
- SANTOS, Leinad Ayer O./ANDRADE, Lúcia M. M. de. (orgs.). 1988. As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo: CPI-SP.
- SANTOS, José Vicente T. 1984. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec.
- SIGAUD, Lygia. 1978. "A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios". Boletim do Museu Nacional, N. S., n. 30, dez/78, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1979. Os Clandestinos e os Direitos. São Paulo: Duas Cidades.

- \_\_\_\_\_. 1986. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/URRJ.
- \_\_\_\_\_. 1988. "Notas sobre os antropólogos e as hidrelétricas". Boletim da ABA, n. 5, 1ª sem., pp. 74-75.
- \_\_\_\_\_. 1989. "A política 'social' do setor elétrico". Sociedade e Estado, v. IV, n. 1, jan/Jun, Brasília: Dep. de Sociologia da UnB, pp. 55-71.
- \_\_\_\_\_ et alii. 1986. A Dupla Expropriação do Campesinato e a Concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- SIQUEIRA, Batista. 1978. Os Cariris do Nordeste. Rio de Janeiro: Cátedra.
- SOARES, Luiz Eduardo. 1981. Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. 1929. Pernambuco e o São Francisco. Recife: Imprensa Oficial.
- SOBRINHO, Vasconcelos. S/D. As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização. São Paulo: Freitas Bastos.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1982. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Difel.
- SORJ, Bernardo. 1986. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara.
- SOUZA, D. José Rodrigues de. 1981. "Depoimento na CPI das Enchentes do Rio São Francisco (1978, 1979 e 1980) na Câmara Federal". Revista de Cultura Vozes. 7 (75): 5-65, set., Petrópolis: Vozes.
- SOUZA, José Evangelista de/CERQUEIRA, Paulo César Lisboa. 1986. "Presença negra no Médio São Francisco". Cadernos do CEAS, 106-73, nov./dez., Salvador: CEAS.
- VANSINA, Jan. 1968. La Tradición Oral. Barcelona: Labor.
- VELHO, Gilberto. 1987. "Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea", in Individualismo e Cultura, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 55-64.
- VELHO, Otávio Guilherme. 1981. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar (Agricultura e Sociedade).

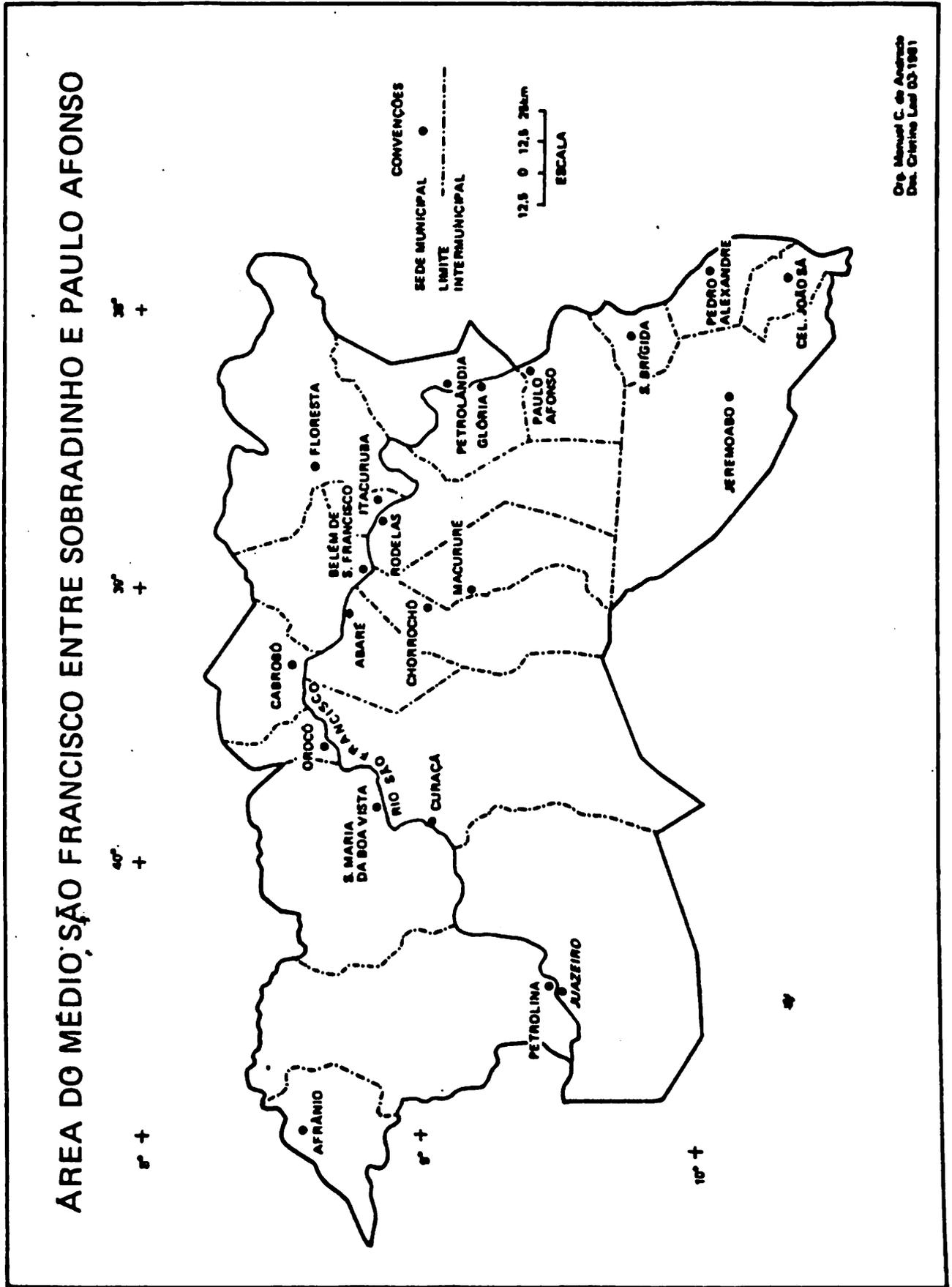
- \_\_\_\_\_. 1982. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1987 a. "O Cativo da Besta-Fera". Religião e Sociedade, 14/1, março, Rio de Janeiro, pp. 4-27.
- \_\_\_\_\_. 1987 b. "Sociedades Camponesas", in F.G.V., Dicionário de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, p. 1140.
- VIANNA, Aurélio. 1989 a. "Estado e meio ambiente: a implantação de hidrelétricas e o RIMA". Tempo e Presença, n. 243, ano 11, jul/89, Rio de Janeiro: CEDI.
- \_\_\_\_\_. 1989 b. "Hidrelétricas e meio ambiente: informações básicas sobre ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil". Documentos, n. 3, jul/89, Rio de Janeiro: CEDI.
- WANDERLEY, Maria Nazaré B. 1979. O Camponês: um trabalhador para o capital (versão preliminar). Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Grupo de Estudos Agrários (mimeo).
- WILKINSON, Joh. 1986. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo: Hucitec/ Salvador: CEPA.
- WOLF, Eric R. 1976. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.

#### b) Documentos e Periódicos

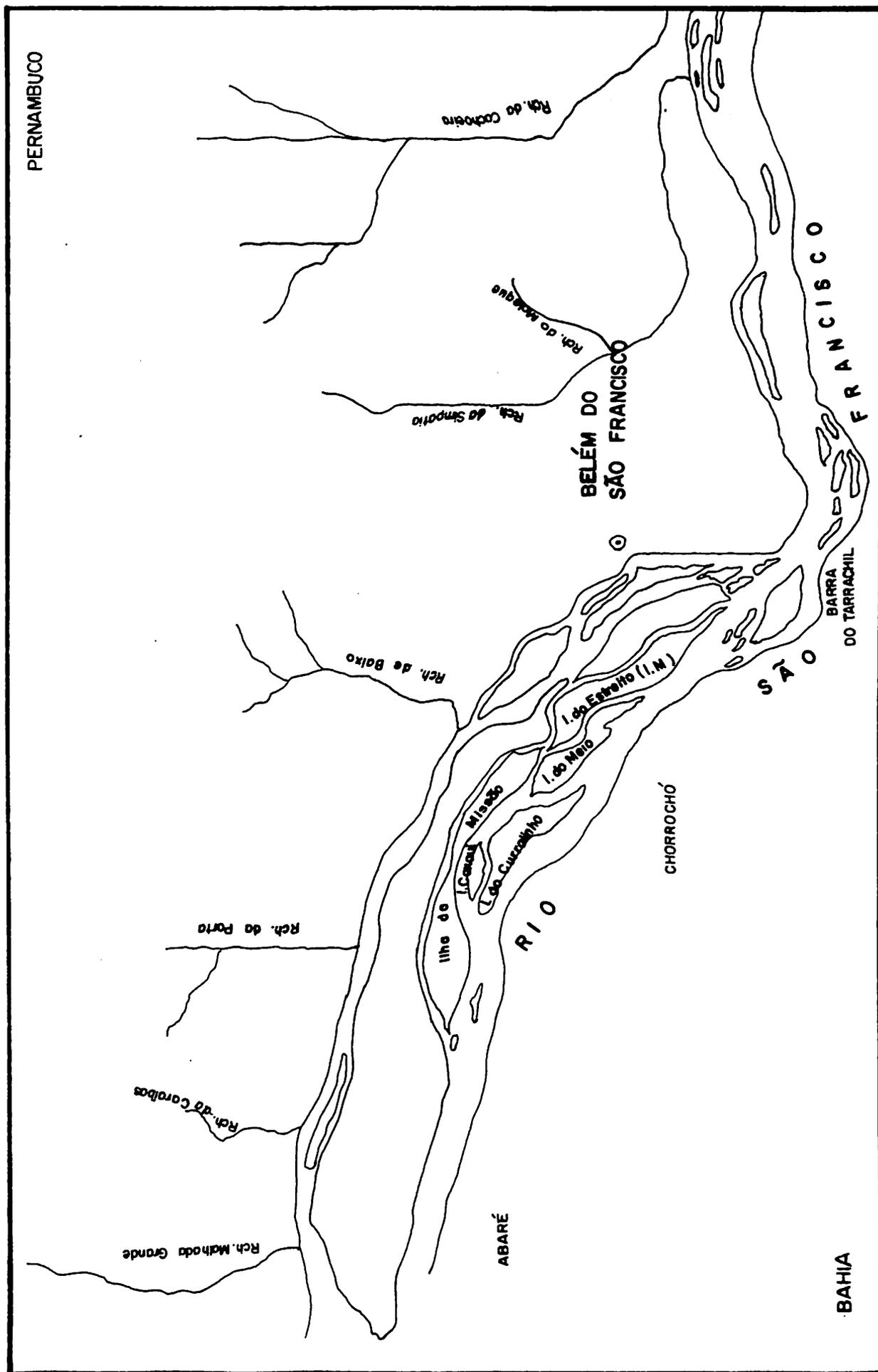
- "Acordo entre a CHESF e Trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com a presença do Ministério das Minas e Energia". Itaparica, dez/1986.
- Arquivo do Conselho Ultramarino - documentos referentes a Pernambuco, microfilmados e arquivados pela Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFPE.
- ACS/CHESF. Reservatório de Itaparica - folder informativo.
- ACS/DIR/CHESF. 1987. Mudar para Melhor.
- BNB. 1968. A Cebola no São Francisco. Fortaleza, outubro/1968 (Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste - Divisão de Agricultura).
- CHESF. 1987. Relatório dos estudos realizados junto à população rural, durante a primeira visita para divulgação do Plano de Reassentamento. Belém do São Francisco, julho/87.
- CHESF/ATIR. 1987. Avaliação do Plano de Reassentamento da População Rural de Itaparica: Termos de Referência. Recife.

- CHESF/CI/DIR. 1985. Reservatório de Itaparica: Plano de Desocupação. Recife/85.
- CONTAG. 1980. "DOCUMENTO DA CONTAG, Federações do Vale e outras entidades sobre as enchentes"; Terra por Terra na Margem do Lago: boletim dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica, n. 4, março/80, Petrolândia, C.T.R.S.S.F.
- CORRESPONDÊNCIAS das Prefeituras (1914-1934), Manuscritos (Arquivo Público de Pernambuco, Recife).
- FASE. Proposta, n. 46, setembro/1990, Rio de Janeiro, FASE.
- FUNDAJ/INPSO. 1988. Avaliação do Reassentamento da População Rural de Itaparica - Relatório Final. Recife.
- HIDROSERVICE/CHESF. 1987. Avaliação dos impactos socioculturais decorrentes da construção da UHE ITAPARICA sobre os grupos indígenas Pankararu (PE), Pankararé (BA), Tuxá (BA), Atikum (PE). Recife.
- MEPRO. Relatórios Anuais. Belém do São Francisco, 1984, 1985 e 1986.
- PÓLO Sindical do Submédio São Francisco. Diretrizes básicas para o reassentamento. Itaparica, 1984.
- \_\_\_\_\_. s/d. Hora de Mudar é Hora de Lembrar. Petrolândia.
- SILVA, Fulgêncio Manoel da. O Acampamento da Hidrelétrica de Itaparica (folheto de cordel).
- SILVA, José Francisco da. 1981. Depoimento prestado pelo Sr. José Francisco da Silva, presidente da CONTAG perante a CPI que apura as causas e conseqüências das cheias no Vale do São Francisco. Brasília, 2 de abril de 1981. (reprod.).

**ANEXOS**



ANEXO II - Localização da "Ilha" no Município  
de Belém de São Francisco-PE.

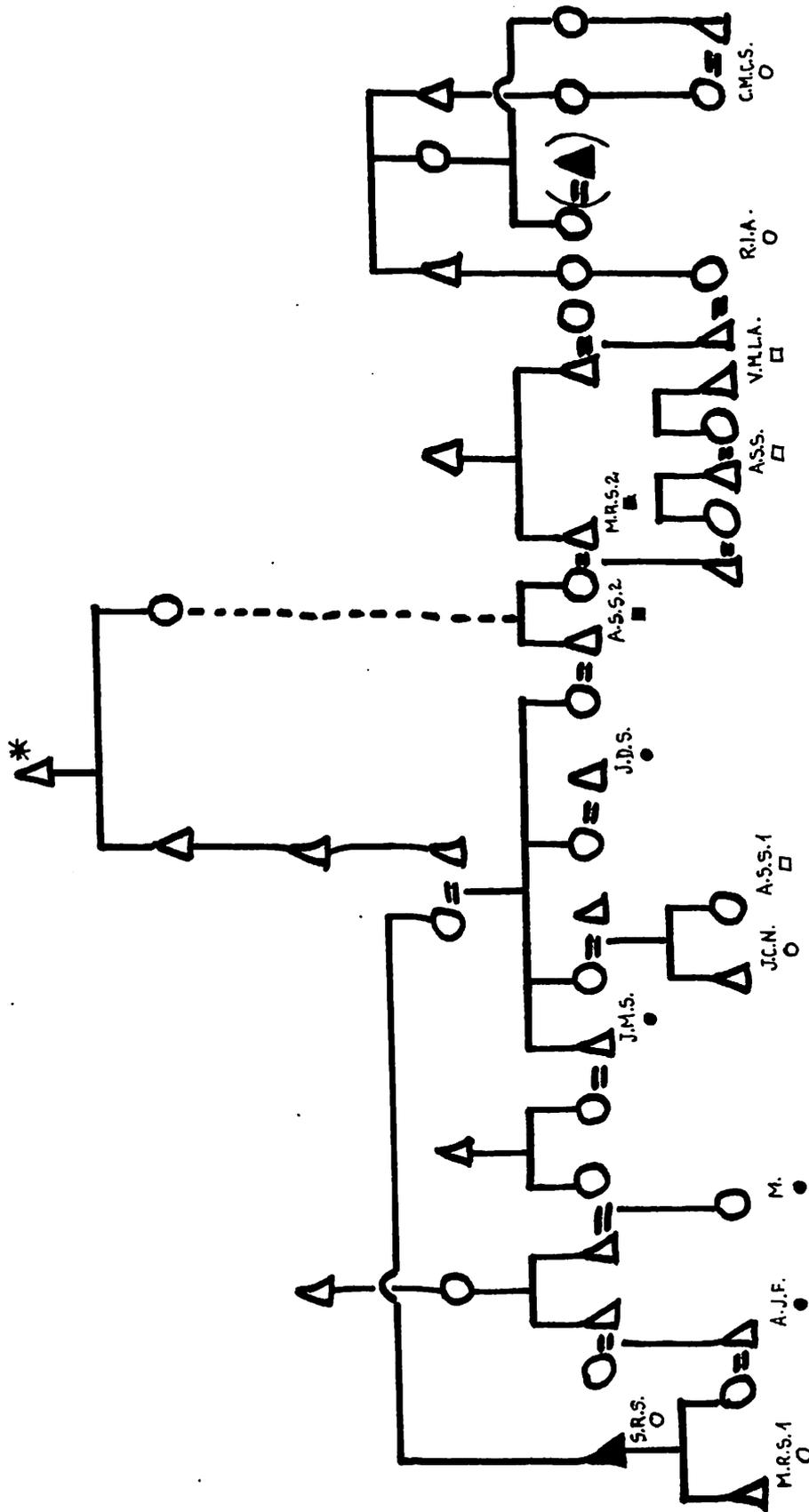


(Fonte: confeccionado a partir de "Levantamento Aerofotogramétrico da Área do Reservatório de Itaparica", HIDROSERVICE)



## ANEXO IV - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

NOME	IDADE	LOCAL ORIGEM	EST.CIV.	ESCOL.
S.R.S.	73	I.Meio	C	Alfb.
J.G.S.	+50	I. Meio/Belém	C	Alfb.
J.C.N.	58	I. Meio	C	-
C.M.C.S	55	I. Meio	C	Alfb.
M.R.S.1	40	I. Meio	C	-
R.I.A.	39	I. Meio	Sep.	Alfb.
C.B.S.	49	P. Agua (BA)	C	-
A.S.S.1	63	I. Estreito	C	Alfb.
V.M.L.A	38	I. Estreito	C	-
A.A.S.	47	I. Estreito	C	Alfb.
F.A.B.	35	I. Estreito	C	Alfb.
J.B.A.	40	I. Estreito	C	-
F.S.	77	I. Estreito	C	-
E.M.E.S.	77	I. Estreito	Viu.	-
B.P.S.	46	I. Curralinho	C	Alfb.
T.P.C.	40	I. Curralinho	C	-
I.M.S.	65	I. Curralinho	C	Alfb.
A.S.S.2	68	I. Curralinho	C	-
J.E.P.S	30	I. Curralinho	C	-
M.	41	I. Missão	Sol.	Alfb.
P.P.S.	86	I. Missão	C	Alfb.
J.D.S.	75	I. Missão	C	-
A.J.F.	47	I. Missão	C	Alfb.
P.P.C.	41	I. Missão	C	-
J.M.S.	67	I. Missão	C	Alfb.
A.B.S.	73	I. Missão	C	Alfb.
S.M.S.	69	I. Missão	C	Alfb.
B.P.C.	24	I. Curralinho	C	-
M.R.S.2	78	I. Curralinho	C	-

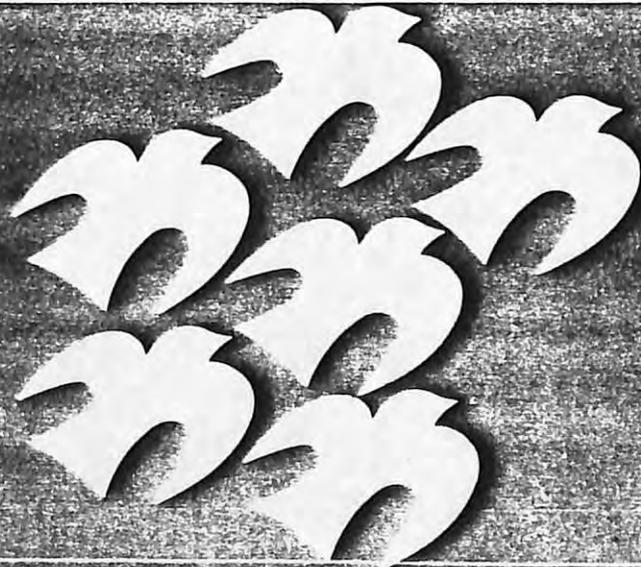


**LEGENDA**

- (\*) "Pai da geração das ilhas"
- (:) Sem informação
- (○) Ilha do Meio
- (●) Ilha da Missão
- (□) Ilha do Estreito
- (■) Ilha do Curralinho

Local de residência  
(anterior à "retirada")

**MUDAR  
PRA MELHOR**





COMISSÃO  
PROMOTORA DO  
SÃO FRANCISCO

COMISSÃO  
PROMOTORA DO  
SÃO FRANCISCO

1989



AGOSTO

1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

SETEMBRO

1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

MARÇO

1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

ABRIL

1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

**ITAPARICA - É TEMPO DE CRESCER**



# VIDA NOVA

Nº 06 - Janeiro/90

## APROVADO ORÇAMENTO DE 90

Foi aprovado pelo Congresso Nacional o orçamento de 90 para a Chesf. Do montante aprovado, 18%, ou seja, 196 milhões de dólares serão destinados às obras referentes ao reassentamento da população atingida por Itaparica.

Segundo o superintendente de Itaparica, Massilon Gomes, para a conclusão do projeto de reassentamento da população rural ainda são necessários recursos na ordem de 100 milhões de dólares. Esses recursos estão pendentes de financiamento do Banco Mundial.

## ATENÇÃO PARA OS DIAS DE VACINAÇÃO

Os programas e campanhas de vacinação nas agrovilas dos projetos são de extrema importância, no sentido de se prevenir contra doenças que podem até levar à morte.

Assim, os técnicos de saúde recomendam aos reassentados estarem sempre atentos aos dias de vacinação nos projetos, previamente estabelecidos pelas equipes de saúde na área.

## CONCLUÍDA ESCOLA NO PROJETO R-2

Concluída a escola rural de duas salas de aula na agrovila R-2, em Rodetas, Bahia. A escola tem capacidade de 140 vagas para estudantes de 1ª a 4ª séries primárias e atenderá à comunidade rural já reassentada, composta de 53 famílias atingidas por Itaparica.

## REASSENTADOS FAZEM PEREGRINAÇÃO NO PROJETO CARAÍBAS

Os reassentados no projeto Caraíbas, em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, realizaram no ano passado uma peregrinação religiosa por todas as agrovilas daquele projeto.

Os participantes da caminhada transportaram uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, doada pelo bispo de Petrolina, e um cruzeiro de madeira fabricado pelos próprios reassentados.

O encerramento do evento contou com a presença do bispo de Petrolina, Dom Paulo, que realizou na ocasião missa campal.



Dom Paulo (à esquerda): figura sempre presente no Caraíbas.

## TERRAS DO PROJETO FORAM TODAS ADQUIRIDAS

A Chesf já adquiriu todas as terras necessárias à implantação dos projetos de reassentamento. Essas terras foram adquiridas por meio de negociações amigáveis com os proprietários e também pela Justiça a partir do momento em que a Chesf fez o depósito em juízo de um determinado valor em dinheiro. Há mais de três anos a Chesf depositou em juízo o dinheiro dessas terras.

Diante do fato, a Companhia faz um apelo àqueles proprietários que se julgam prejudicados dentro da área do reservatório de Itaparica, aconselhando-os a recorrerem em juízo para discutir o preço de suas terras. Alerta ainda que é proibido fazer benfeitorias nessas terras desapropriadas. Se feitas, elas não serão indenizadas.

Doenças / BE-PIU

R\$ 2.000,00

09/12/92

39

S586 b

PT

R\$ 30,00

Silva Filho, Jose de Carvalho

A besta-fera e as aguas de bai  
xo um estudo sobre representaç  
ões

39/S586b//PT

(92/02437BC/92)